

empreendimentos: Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) de Fumaça e Covanca, no rio Gualaxo do Sul; de Emboque e Granada, no rio Matipó; da Cachoeira da Providência, Cachoeira Grande e Cachoeira Escura, no rio Casca; de Pontal e Brito, no rio Piranga, além das Usinas Hidrelétricas (UHEs) da Brecha, Pilar, Jurumirim, Baú I, Candonga, todas no rio Piranga e da Barra do Braúna, no rio Pomba.

Mais recentemente, o NACAB atuou na assessoria técnica aos atingidos pela Usina Hidrelétrica de Barra do Braúna, em Laranjal (MG). A partir de acordo entre a Comissão de Atingidos e a empresa empreendedora Brookfield Energia Renovável, o NACAB foi convidado a assumir a administração do Programa de Reativação Econômica, que já estava em andamento.

Em maio de 2019 o NACAB, por escolha das comunidades atingidas pelo Projeto Minas-Rio da empresa Anglo American, assinou contrato de Assessoria Técnica Independente (ATI-39) para as comunidades Beco, Cabeceira do Turco, Sapo e Turco, no município de Conceição do Mato Dentro (MG). Neste mesmo contexto, em outubro e novembro do mesmo ano, outras sete comunidades, a saber, São José do Jassém, Itapanhoacanga, Água Quente, Passa Sete, São José da Ilha, São José do Arruda e Taporoco, escolheram o núcleo para assessorá-los. Assim, em mais de duas décadas de atuação, o NACAB tem estado presente na defesa de direitos e no fortalecimento de comunidades atingidas por empreendimentos de impactos socioambientais e por desastres ambientais, tanto em etapas de participação em audiências públicas, de negociação de indenizações, de inventário de bens e avaliação de imóveis, quanto na criação de reassentamentos e na reativação econômica das populações afetadas.

Os aprendizados adquiridos pela entidade, por meio do uso de metodologias participativas, apontam para a necessidade de intervenções que vão além da resolução de problemas socioeconômicos e ambientais. A heterogeneidade dos sujeitos atingidos por grandes empreendimentos exige, antes de tudo, a compreensão dos significados culturais compartilhados em cada território, o que abarca os usos e costumes tradicionais, as formas de aproveitamento dos recursos naturais, a compreensão da configuração político e econômica da comunidade entre outros aspectos socioeconômicos e antropológicos. Nosso modo de atuação tem por princípio o empoderamento das comunidades para a participação, seja nas várias etapas de processos de licenciamento ambiental, seja em processos de negociação para reparação de danos.

O NACAB, como demonstra sua história, traz em seu modo de ação o diálogo, bem como o rigor e a qualidade técnica de seu trabalho, mas também o compromisso claro e incontestável com a defesa dos direitos das comunidades atingidas. Estas são nossas marcas e nossa razão de ser.

Pensando a Governança dos Projetos desenvolvidos institucionalmente, o NACAB criou o Comitê Gestor de Projetos (Comitê Gestor NACAB), integrado por três associados fundadores, que façam parte do Conselho Deliberativo da Instituição. Com a criação do “Comitê Gestor NACAB”, busca-se viabilizar projetos institucionais e garantir a governança, visando estabelecer uma relação otimizada e harmoniosa entre a Instituição, seus parceiros e colaboradores na execução dos projetos, seus contratantes e as comunidades beneficiadas pelas atividades e ações destes projetos. Ao Comitê Gestor NACAB cabe acompanhar o trabalho executado pelos parceiros e pelos colaboradores garantindo a



qualidade dos serviços prestados e a certeza de que os projetos desenvolvidos pelo NACAB estão em consonância com seus objetivos e missão institucional e cabe, ainda, organizar, consolidar, atualizar e disseminar informações necessárias ao acompanhamento dos projetos.

Ao Comitê Gestor NACAB, cabe também reportar as ações dos Projetos ao Conselho Deliberativo do NACAB, mantendo os sócios fundadores devidamente informados sobre as ações destes projetos. No âmbito da ATIr3 a função do Comitê Gestor passa por observar se a execução da ATIr3 está sendo realizada em consonância com as diretrizes da associação NACAB a partir de reuniões periódicas, previamente agendadas, e de acesso aos relatórios gerenciais do projeto



A ASSESSORIA TÉCNICA REGIÃO 3

A Assessoria Técnica Independente da Região 3 é liderada pelo NACAB conta com uma equipe multidisciplinar, conforme a definição da Assessoria Técnica Independente (ATI) explicitada na Nota Técnica do Ministério Público (2018):

“uma Assessoria Técnica multidisciplinar destina-se a informar tecnicamente os membros da comunidade, realizando a “tradução” de termos e informações técnicas em linguagem adequada às características socioculturais locais, de forma ampla e qualificada, colaborando com o desenvolvimento de processos participativos na comunidade, permitindo a simetria técnica e compensando a hipossuficiência das pessoas atingidas”.

Ancorados nessa orientação, assumimos como requisito indispensável para a contratação dos profissionais da Equipe Técnica o comprometimento em atuar considerando o contexto histórico e social das famílias assessoradas e o respeito à autonomia dos atingidos e atingidas ao longo do processo de reparação.

Considerando que há um histórico progresso ao desastre-crime que motivou a contratação dessa Assessoria Técnica Independente com a atuação de atores que se dedicam ao engajamento de públicos diversos para o desenvolvimento sustentável de territórios que fazem parte do escopo de atuação da ATI, o NACAB vislumbrou a oportunidade de somar esforços para co-construir um processo mais participativo, pautado nos interesses dos atingidos e atingidas. Dessa forma, foi construída uma aliança entre algumas entidades que possuem conhecimentos e expertises em áreas que se complementam: NACAB, Insea, Sustentar e Instituto Troca. A apresentação do NACAB, entidade líder dessa composição, já foi realizada na seção anterior deste plano de trabalho. A seguir apresentamos as demais instituições que compõem essa ATI.

FUNDAÇÃO FACEV DE APOIO AO ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E CULTURA

A Fundação Facev, com personalidade jurídica de direito privado sem fins lucrativos, instituída em 1998, tem como principal objetivo estabelecer a gestão de projetos e de planos de trabalho, com vistas ao pleno desenvolvimento institucional da Universidade Federal de Viçosa (UFV), instituição com 94 anos de serviços prestados ao Brasil.



Com integridade, a Fundação objetiva facilitar a execução dos projetos de pesquisa e, principalmente, dos projetos na área de cultura e de extensão. Desde novembro de 2017, a instituição também atua como fundação de apoio à Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (Epamig).



Com intuito de agregar valor ao processo de gestão e aumentar a qualidade técnica da ATI, o NACAB utilizará da expertise da FACEV/UFV no processo de execução de alguns produtos, contratando profissionais e sustentará as relações trabalhistas e administrativas com as organizações do terceiro o setor, sem fins lucrativos, que comporão o corpo de gestão da ATI em parceria com o NACAB.

É importante ressaltar que a Fundação foi revitalizada e atualizada junto à Promotoria Pública no ano de 2016, numa governança colegiada em todos os níveis, permitindo a participação solidária dos colaboradores, sem pessoalidades e em plena observância legal, do Estatuto, do Regimento Interno e demais Regulamentos, especialmente para apoiar atividades institucionais da Cultura, Extensão, Ensino, Artes e Cidadania. Dessa forma, caracterizam-se como apoio para o desenvolvimento da comunidade universitária e demais órgãos autorizados, proporcionando maior interação com a área local e regional, por meio da inovação tecnológica. Com a execução de diversas atividades da UFV e da Epamig, assim como a atuação de diversos setores da Fundação, as quais contribuíram para a instalação e o funcionamento de instituições que fomentem e representem Cultura, Arte e aprimoramento da Cidadania, por meio da promoção e incentivo a festivais, conferências, seminários, cursos, simpósios, exposições e programas de intercâmbio cultural, artístico e científico. patrimônio histórico e artístico.

INSTITUTO SUSTENTAR

O Instituto Interdisciplinar de Estudos e Pesquisa em Sustentabilidade, ou Instituto Sustentar, é uma organização não governamental sem fins lucrativos e econômicos, voltada à promoção e implementação, em ambientes rurais e urbanos, do desenvolvimento sustentável e da economia solidária como alternativa econômica.



Dentre as principais ações desenvolvidas pelo Instituto Sustentar estão: planejamento e participação na gestão de espaços naturais protegidos, promovendo a integração social nessas ações, além da realização de estudos e proposição de modelos de convivência equilibrada entre ser humano e meio ambiente. Desde sua fundação em 2006, um dos projetos desenvolvidos pelo Instituto visa à sustentabilidade de empreendimentos econômicos solidários, tendo como foco tecnologias sociais baseadas no envolvimento de trabalhadores na manutenção e fortalecimento da autogestão, trabalho coletivo e cooperativo. Esse projeto utiliza a pesquisa-ação com técnicas de participação e mobilização de atores em diagnósticos socioambientais e projetos de desenvolvimento local.

Na região de central de Minas Gerais, especialmente nos municípios de Paraopeba, Caetanópolis e na localidade de São José da Lagoa (Curvelo/MG), o Instituto Sustentar desenvolve o Projeto Minhocoçu. Dados os conflitos socioambientais e institucionais relativos à extração do minhocoçu, o Instituto, por meio de oficinas e uso de metodologias participativas com diferentes atores, têm realizado a formação coletiva do conhecimento que aponta a possibilidade de se adotar o uso sustentado do minhocoçu, diminuindo os problemas socioambientais e fortalecendo o empoderamento comunitário e manejo



adaptativo que auxiliam na implementação de políticas públicas.

Durante o desenvolvimento do Projeto Minhocuçu, foi constatada por comunitários do Quilombo da Pontinha (Paraopeba) a necessidade de alternativas de trabalho e renda no período que os minhocuços se reproduzem e não devem ser capturados. Assim, foi feito um estudo ecológico participativo com os quilombolas sobre possíveis frutos do Cerrado dentro do território comunitário que pudessem ser utilizados como alternativa de renda. Desta forma, surge o Projeto Pequi que objetiva o extrativismo sustentável do Cerrado e que já teve como resultados a realização de oficinas de capacitação, empreendedorismo e beneficiamento de frutos, com consequente aumento da organização coletiva e renda do grupo produtivo.

Na audiência pública realizada durante o licenciamento ambiental das operações da Mina Córrego do Feijão e expansão da Mina de Jangada localizadas em Brumadinho/MG e pertencentes à Vale S.A., o Instituto apresentou sugestão para que a Vale S.A. apoiasse a realização de um diagnóstico participativo com as comunidades do entorno, objetivando a construção de alternativas de desenvolvimento, visto o caráter não renovável da extração mineral. O diagnóstico avaliaria a viabilidade do turismo sustentável, dada a existência do Inhotim e do Parque Estadual da Serra do Rola Moça que já atraem turistas para a região de Brumadinho.

As ações e metodologias de trabalho adotadas pelo Instituto Sustentar visam o protagonismo e autonomia de grupos e comunidades, sendo esse o principal caminho que acreditamos levar à real soberania de povos que lutam tanto pela transformação socioambiental de seus territórios quanto pela criação de projetos de vida que valorizam o desenvolvimento integral do ser humano.

INSEA

O Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável – INSEA é uma entidade de assessoria técnica especializada, sem fins lucrativos, de atuação de âmbito nacional, criada em 2001, com sede em Belo Horizonte/MG. Tem como missão promover o desenvolvimento sustentável privilegiando a inclusão social de pessoas e a defesa dos seus direitos.



Atualmente suas ações são desenvolvidas em Minas Gerais, Espírito Santo e Amazonas. O INSEA atua com uma equipe multidisciplinar formada por profissionais de diversas áreas (Direito, Administração, Sociologia, Psicologia, Engenharias, Comunicação, Biologia, História, entre outras). Além da larga experiência na implementação de políticas públicas inclusivas, seu corpo técnico tem expertise em mobilização e condução de reuniões comunitárias, mediação de conflitos, utilização de técnicas lúdicas e educativas, realização de eventos públicos, capacitações e formações, produção de materiais técnicos e pedagógicos, publicações, participação em pesquisas e exposições em eventos nacionais e internacionais para disseminar sua experiência.

Desde a sua origem, o INSEA atua em parceria com universidades do Brasil e do exterior, outras insti-



tuições de pesquisa e entidades técnicas, bem como lideranças locais, buscando produzir, promover e disseminar conhecimentos, sobretudo em torno da temática de Direitos Humanos, Desenvolvimento Sustentável, Economia Social solidária, Reciclagem Inclusiva, Cooperativismo e Associativismo, Tecnologias Sociais e Educação Popular. Todas as ações buscam efetivar políticas públicas específicas e modelos de desenvolvimento territorial que atendam indicadores ambientais, econômico cultural e social, elevando as condições de vida, trabalho, renda, reparação de direitos e preservação ambiental.

Nos últimos anos, O INSEA vem atuando para construir outro modelo de desenvolvimento territorial sem a dependência estrutural da mineração, buscando integrar a defesa dos direitos, as iniciativas de produção de alimentos saudáveis e agroecológicos (hortas comunitárias), a geração de energias renováveis (óleo de macaúba, óleos de fritura, biogás), a recuperação de áreas degradadas e nascentes, o tratamento do lixo urbano com destinação adequada, o reuso e reaproveitamento, consumo consciente, entre outras iniciativas locais. Este modelo está centrado em novas diretrizes ecológicas, de serviços com forte protagonismo dos atores sociais e na preservação da vida humana e dos ecossistemas.

Nesta Aliança, a premissa é de que se deve aproveitar esses conhecimentos complementares e multidisciplinares de forma distribuída em todos os dez municípios que fazem parte da área de abrangência, sem que o território seja repartido entre essas entidades. A ideia é que haja um compartilhamento das responsabilidades e de compromisso com a transparência, o respeito a autonomia dos atingidos e atingidas e com a metodologia proposta de construção participativa.

INSTITUTO TROCA

O Instituto Troca é uma organização sem fins lucrativos fundada em 2017 por um grupo multidisciplinar com diversidade de trajetórias e convergência de propósitos. Acreditamos em um mundo mais justo, diverso, responsável e ambientalmente conservado e temos a missão de promover transformações socioambientais sustentáveis nos territórios onde atuamos, em parceria com a sociedade civil, empresas e setor público.



Os nossos valores são pautados na valorização da diversidade, na defesa dos direitos humanos, na promoção da cidadania, na felicidade e bem estar dos associados e parceiros, na transparência nas relações e no trabalho colaborativo.

Atuamos principalmente em projetos de desenvolvimento territorial de forma articulada com instituições, grupos e pessoas. A nossa atuação começa com a identificação de onde, com quem e porque queremos intervir no processo de desenvolvimento territorial. Nesse movimento de idealização e concepção de um projeto, buscamos conhecer o território onde as intervenções deverão acontecer, seu contexto cultural, ambiental e institucional, assim como a população beneficiária, suas características sociais, econômicas e políticas. Para isso, desenvolvemos pesquisas, buscamos compreender as expectativas dos atores implicados com o projeto e suas respectivas redes, investigamos possibilidades de governança e dialogamos com aqueles que apresentam divergências em relação ao processo de mu-



dança no qual queremos atuar.

O desenvolvimento dos nossos projetos são fundados na expertise técnica da nossa equipe conjugada com os saberes tradicionais locais e na busca por parceiros que desejam ser co-autores das iniciativas, pois acreditamos que processos participativos qualificam e legitimam as ações. Sempre buscamos monitorar, avaliar e construir a comunicação dos resultados, pois são fundamentais para que os desafios sejam superados e as conquistas sejam compartilhadas e festejadas.

Nesta aliança, a premissa é de que se deve aproveitar esses conhecimentos complementares e multidisciplinares de forma distribuída em todos os dez municípios que fazem parte da área de abrangência, sem que o território seja repartido entre essas entidades. **A ideia é que haja um compartilhamento das responsabilidades e de compromisso com a transparência, o respeito a autonomia dos atingidos e atingidas e com a metodologia proposta de construção participativa.**

PRINCÍPIOS NORTEADORES

Todos os processos e ações a serem realizados no contexto da ATI seguirão os seguintes pilares:



VISÃO DE REPARAÇÃO INTEGRAL

Tragédias como as ocasionadas por rompimento de barragens de mineração provocam uma degradação das condições de vida materiais das pessoas, com a ruptura das estruturas e circuitos produtivos locais/regionais, de redes culturais, sociais e econômicas, precarizando as condições de existência e colocando as pessoas e comunidades em situação de exclusão social, assim como agravando vulnerabilidades históricas.

A reparação integral deve ser pautada como uma ação estratégica para a superação da situação emergencial, numa perspectiva de promover a transição econômica dos territórios atingidos. A reparação integral dos atingidos só pode ser alcançada cumprindo estas três etapas: Ações Emergenciais, que respondem por demandas imediatas e urgentes decorrentes do rompimento; Ações Indenizatórias, que visam reparar demandas socioeconômicas, socioambientais e psicossociais decorrentes do rompimento; Ações de Desenvolvimento Territorial e Agroecologia, que visam a retomada econômica dos atingidos, a partir de processos participativos, gerando a autonomia encontrada antes do rompimento. Uma ação pautada nas demandas coletivas a partir de um amplo conhecimento das realidades locais e das vocações de cada região. Nestes contextos, significa criar as oportunidades objetivas e subjetivas, materiais e imateriais, econômico-financeiras, institucionais, políticas, ambientais e culturais para que indivíduos, famílias e comunidades, submetidas ao desafio de reabilitar a vida sob novas situações, frequentemente desconhecidas, tenham acesso a meios que assegurem pelo menos níveis equivalentes de bem-estar e, preferencialmente, meios de alcançar a melhoria contínua das condições de vida em todas as dimensões (CDDPH, 2012).



Com o entendimento de que a situação preexistente não será totalmente reconstituída, os desafios postos pelas diversas mudanças deflagradas pela perda de recursos de produção e reprodução da vida, somente serão adequadamente enfrentados através de planos de desenvolvimento territorial que permitirá que as comunidades atingidas possam ter um horizonte. Tais planos podem oferecer uma perspectiva de recomposição econômica, efetiva recuperação social, cultural e de desenvolvimento alinhado à biodiversidade local, incluindo, ainda, uma visão de futuro que ampliem os horizontes frente à tragédia que os reduzem. O NACAB privilegiará o desenvolvimento de ações com as instituições parceiras que já possuem atuação na área e que contribuem para o fortalecimento dos territórios e sua coesão social, formando uma rede ampla articulada e mobilizada em torno de objetivos comuns. Do mesmo modo, dada a complexidade das ações relativas à reparação integral, buscar-se-ão articulações e o estabelecimento de parcerias com outras instituições, tendo em vista a excelência dos trabalhos prestados pela ATI.

PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CONTROLE SOCIAL

A realização de processos participativos durante a execução do Plano de Trabalho se mostra decisiva e estruturante para o sucesso das atividades planejadas. Verifica-se que o envolvimento dos interlocutores nos processos de planejamento e implantação das atividades é a forma mais efetiva de se atingir os objetivos estratégicos do plano. O NACAB aposta que o engajamento das pessoas e comunidades aumentará na medida em que se tornarem co autores da reparação, além de agentes fiscalizadores do processo, por meio do controle social. Nesse sentido, propõe-se que as ações coletivas sejam planejadas e executadas em parcerias com grupos e instituições comprometidas com a proteção e garantia de direitos das populações atingidas a serem mobilizadas pela ATI, como o setor público, o legislativo, as organizações da sociedade civil (Oscs) e empresas.

COMPROMISSO COM A TRANSPARÊNCIA E COMUNICAÇÃO

A comunicação e a produção de informação são pilares metodológicos estratégicos para a participação das populações locais nas ações de reparação. Diante da heterogeneidade social e das situações de afetação, o processo de comunicação será desenvolvido de maneira particularizada para cada território e utilizando-se recursos e ferramentas diversificadas, tornando compreensível para as comunidades a importância do planejamento e do acompanhamento. Será realizado o compartilhamento contínuo de informações, de forma transparente e acessível aos diferentes públicos envolvidos. Para tanto, serão desenvolvidas formas diversas de abordagem e estratégias distintas de acolhimento e inclusão. Os métodos de abordagem devem ser propostos de forma singular, considerando-se as demandas apresentadas por cada público envolvido e as particularidades destes grupos.



VALORIZAÇÃO DE SABERES LOCAIS E TRADICIONAIS

Partimos do pressuposto de que quem mais conhece do passado, do presente e do futuro da realidade socioambiental das comunidades e pessoas atingidas são elas mesmas. Isso porque os conhecimentos sobre as dinâmicas sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais dos territórios atingidos são experienciados e construídos pelos grupos sociais que nele vivem. Nesse sentido, acreditamos que a compreensão dos danos e possíveis soluções relativas à reparação integral devem partir do território atingido, o que envolve o reconhecimento e valorização dos saberes locais e tradicionais sobre a vida comunitária, as relações de parentesco, os usos e apropriações dos recursos naturais, os regimes de propriedade, as relações com o rio, as manifestações religiosas e lúdicas, e as adaptações ambientais desenvolvidas historicamente.



BUSCA POR EFICÁCIA, EFICIÊNCIA E EFETIVIDADE

O NACAB acredita na realização de um trabalho eficiente, utilizando o investimento da melhor forma possível, reduzindo desperdícios de recurso e tempo, alcançando com sucesso os objetivos propostos, cumprindo as metas, obedecendo os prazos e entregando resultados. Para tanto é preciso uma equipe efetiva que tenha como características a proatividade, boa comunicação, sinergia, busca contínua pela melhoria, bom relacionamento interpessoal, senso de responsabilidade com a reparação integral, alinhamento de ideias e liderança.



TROCA DE EXPERIÊNCIA E SABERES

O NACAB buscará apreender e aprender sobre reparação com organizações e pessoas comprometidas com o processo de reparação. A busca por métodos e lições aprendidas será uma constante em territórios que já foram atingidos não só por barragens, mas por danos e riscos de grandes empreendimentos. Concebemos que conhecimento dos danos e suas complexas formas de incidência, bem como das potencialidades e ativos territoriais para reabilitação econômica, partem, sobretudo, das pessoas e comunidades atingidas. Acreditamos que a troca de experiências e saberes nos permitirá construir soluções eficazes com as pessoas e comunidades atingidas.



MULTIDISCIPLINARIEDADE

Devido à diversidade de atingidos presentes na Região 3, à complexidade dos danos existentes e às diferentes medidas de reparação que deverão ser encaminhadas, é imprescindível que o trabalho da assessoria técnica seja realizado de forma multidisciplinar. Assim, o NACAB irá trabalhar com uma equipe composta por profissionais de diferentes áreas que realizarão suas ações com qualidade e de maneira integrada. A visão sistêmica, participativa, humanística deste Plano de Trabalho está referen-



ciada na compreensão de que as comunidades atingidas possuem potencialidades em exercer outras funções para além do potencial produtivo, tais como: promoção da conservação dos recursos naturais, distribuição mais efetiva da renda, aumento do emprego no campo, contribuição para segurança e soberania alimentar e a manutenção da família no meio rural.



ECONOMIA DE RECURSOS/CONSUMO CONSCIENTE E RESPONSÁVEL

A garantia do direito à qualidade de vida passa, entre outros aspectos, pelas práticas de consumo e o equilíbrio ambiental como forma de preservar e manter um meio social com maior qualidade. Ao encontro desse princípio, todas as ações realizadas pelo NACAB serão alicerçadas nas dimensões da responsabilidade ecológica e economia de recursos, orientadas pelos valores da preservação, conservação e não desperdício.

JUSTIFICATIVA

Com base nas conclusões do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, em conflitos ambientais, há um enorme desequilíbrio entre empresas (poluidoras) e pessoas e comunidades afetadas, o que, como evidenciada por literatura científica diversa e a experiência do NACAB, tende à um aprofundamento das desigualdades e injustiças socioambientais, potencializando as vulnerabilidades dessas populações. Em geral, as empresas, pelo seu poderio econômico, simbólico e político, possuem condições favoráveis à contratação de um corpo técnico que trabalha a partir de suas demandas e necessidades, situação pouco comum às populações atingidas, geralmente situadas em condições de desfavorecimento em termos de aparato técnico, de comunicação, político e jurídico. Portanto, a viabilização do instrumento “Assessoria Técnica Independente” passa a ser recomendado por dito Conselho a fim de favorecer o paridade de forças no processo de reparação dos danos.

Nesta seara, este Plano de Trabalho se justifica pela intencionalidade da busca **pela paridade de forças através da garantia dos direitos de participação informada e controle social das pessoas e comunidades atingidas no processo de reparação integral de danos, o que requer práticas de pesquisa, para qualificação do contraditório em defesa dos atingidos, estrutura adequada e equipada para atendimento e acompanhamento das vítimas, além da formação e instrumentalização técnica para proposições estratégicas à retomada de projetos de vida, sejam eles coletivos ou individuais.**



OBJETIVOS DA ASSESSORIA TÉCNICA

OBJETIVO GERAL

Assessorar, como Assistente Técnico das I.J autoras do processo 5087481-40.2019.8.13.0024, as pessoas e comunidades da Região 3, a fim de que possam participar qualificadamente do processo de levantamento de evidências, definição e implantação monitorada dos planos, programas e ações necessárias à reparação integral das perdas e danos sofridos em razão do rompimento da barragem B-I e soterramento das barragens B-IV e B-IV-A da mina Córrego do Feijão da empresa Vale S.A.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Os objetivos específicos da Assessoria Técnica Independente, são:

- 1) Mapear, mobilizar e engajar pessoas e comunidades atingidas no processo de reparação integral.
- 2) Identificar espaços tradicionais de participação social e política.
- 3) Construir, com as pessoas e comunidades atingidos, novos espaços de participação social e política.
- 4) Apoiar as pessoas, famílias e comunidades na efetivação de medidas emergenciais, construindo, de forma participativa, novos critérios para elegibilidade aos direitos emergenciais.
- 5) Subsidiar as I.Js na produção de provas e evidências no processo de defesa dos interesses e direitos de pessoas, famílias e comunidades à reparação integral dos danos.
- 6) Promover construção de conhecimento coletivo junto às comunidades para que possam participar dos processos de negociação por direitos de forma qualificada e com consciência ampla de sua realidade e suas reivindicações.
- 7) Identificação dos danos socioambientais, socioeconômicos, psicossociais e culturais decorrentes do rompimento da barragem B1 da Mina Córrego do Feijão e caracterização social, econômica, demográfica e cultural dos atingidos através de pesquisas diagnósticas quantitativas e qualitativas, de monitoramento e avaliação de dimensões pertinentes.
- 8) Promover processos formativos envolvendo as pessoas, comunidades da região 3, assim como a equipe da ATI, com foco na organização e fortalecimento das comissões e grupos locais, contemplando assuntos jurídicos, ambientais e demais demandados ao longo do processo de reparação integral.
- 9) Comunicar de forma eficaz todos os fatos e processos que influenciam o processo de reparação



integral dos danos sofridos. Garantir o direito à informação qualificada e o protagonismo das pessoas, comunidades na produção, interpretação e compartilhamento de conteúdos informativos.

10) Garantir orientação e assessoria jurídica, em dimensões coletiva e individual, para todos aqueles que se sentem atingidos.

11) Identificar e mensurar os danos coletivos vivenciados nas comunidades da região 3, visando promover o acompanhamento dos processos de reparação econômica dos territórios, promover a informação qualificada aos atingidos e o acompanhamento de ações de viabilidade econômica voltadas para geração de trabalho e renda, a qualidade ambiental e a retomada dos modos de vida.

12) Contribuir com as instituições públicas locais no processo de implantação de políticas públicas que possuem interface com as medidas de reparação integral.

13) Monitorar e avaliar de forma participativa o processo de reparação integral.

14) Em diálogo com o poder público, desenvolver ações permanentes e transversais que visam assegurar o apoio ao acompanhamento psicossocial das pessoas e comunidades da região 3 nas ações de reparação integral dos danos relacionados à saúde.

15) Produzir parâmetros de avaliação e valoração de danos.



O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO PARTICIPATIVA DO PLANO DE TRABALHO

Imediatamente após a conclusão do procedimento de escolha, a assessoria iniciou o processo de construção do presente Plano de Trabalho, feito com a participação das comissões articuladas na Região 3, que abrange dez municípios: Esmeraldas, Florestal, Pará de Minas, São José da Varginha, Pequi, Maravilhas, Papagaios, Fortuna de Minas, Caetanópolis e Paraopeba.

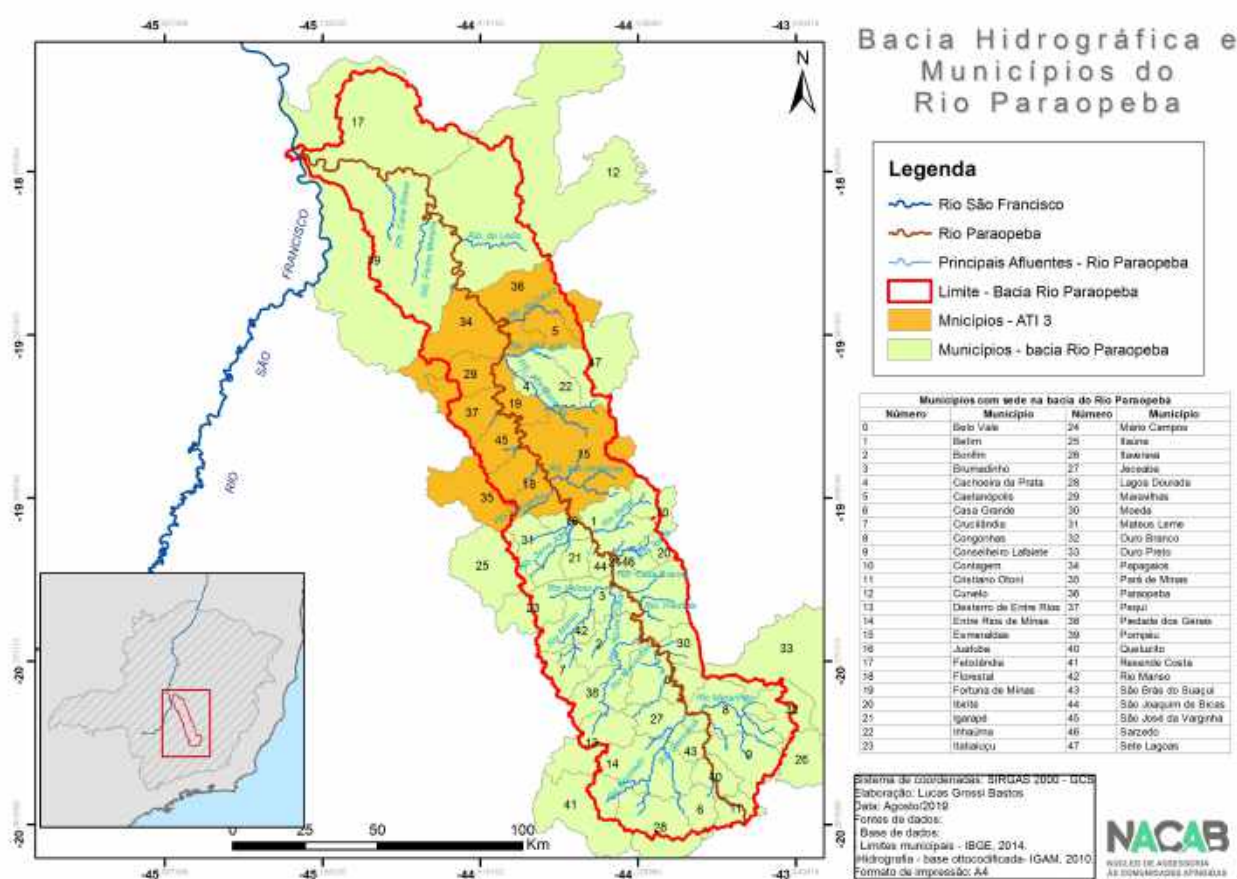


Figura 1 : Mapa de Localização da Bacia do Rio Paraopeba .

Os procedimentos metodológicos do processo de construção deste plano foram construídos a fim de garantir direitos de pessoas e comunidades atingidas à participação social e à informação. A partir deste propósito central, a equipe técnica responsável definiu as seguintes etapas de construção, cujo cronograma, objetivos e resultados - quando pertinentes - serão descritos a seguir:



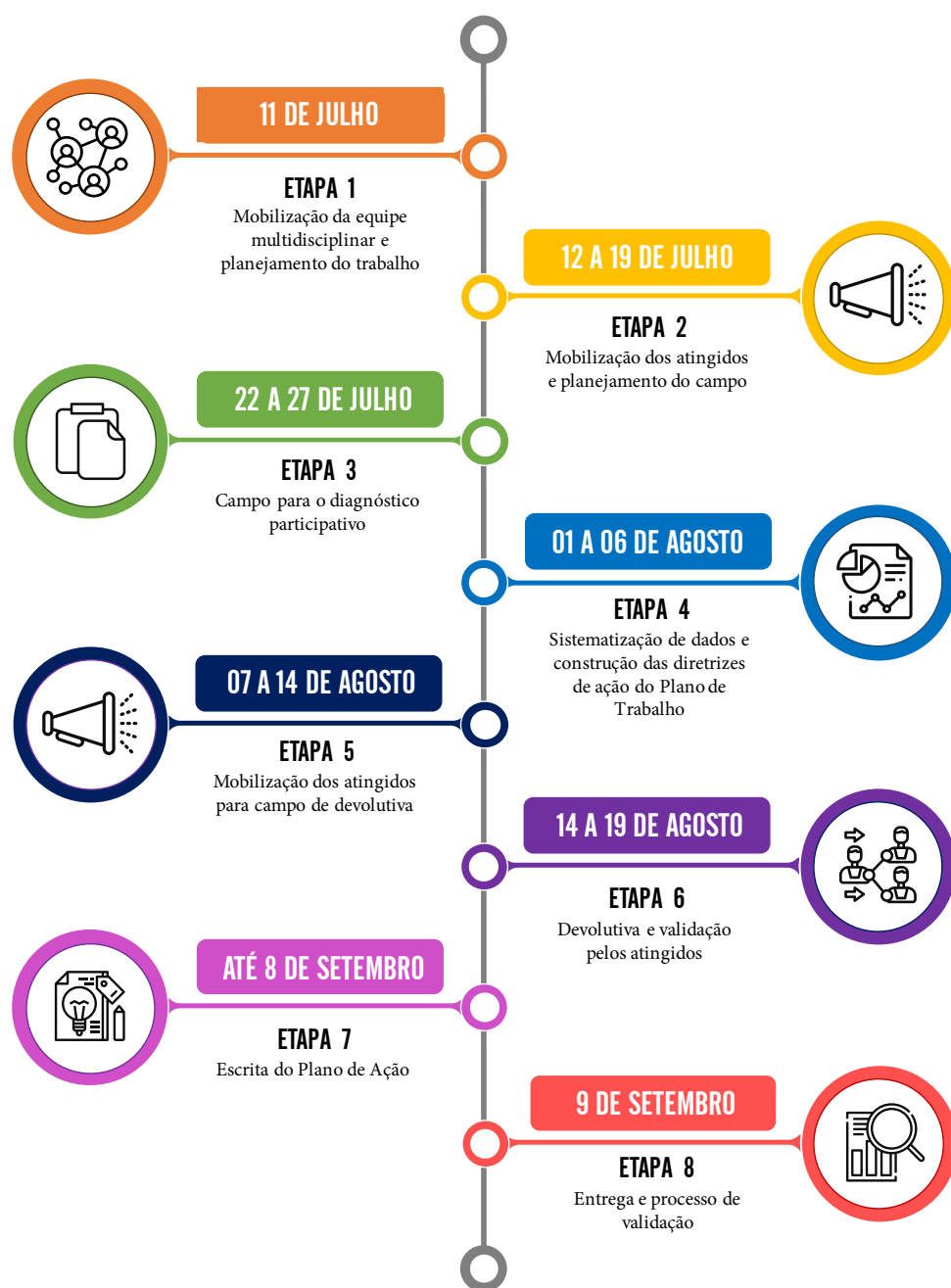


Figura 2 : Etapas de construção do plano de trabalho para a Região 3.

ETAPA 1

Mobilização de equipe multidisciplinar, planejamento do trabalho

O NACAB contou com a participação ativa de parceiros estratégicos para mobilização de equipe multidisciplinar experiente e profissionalmente competente para construção deste Plano de Trabalho. Ao todo, o NACAB mobilizou quase duas dezenas de profissionais das diversas áreas: ciências sociais, direito, assistência social, psicologia, engenharia florestal, engenharia agrônoma, engenharia sanitária e ambiental, engenharia de controle e automação, biologia, ciências socioambientais, administração e comunicação social.



ETAPA 2

Mobilização dos atingidos, planejamento do campo e construção da metodologia do campo

Nessa etapa, o NACAB entrou em contato pela primeira vez com os atingidos após os procedimentos de escolha. As mobilizações das comissões foram orientadas pela lista de nomes e contatos repassados pelo MPMG. Destaca-se o fato de que os membros das comissões se organizaram de forma célere e eficiente para participarem das reuniões com a ATI. Durante as reuniões buscou-se os seguintes objetivos:

1. Contextualizar os atingidos sobre a Vale S.A., o rompimento da barragem B1 da Mina Córrego do Feijão;
2. Apresentar o papel da assessoria técnica e o NACAB;
3. Apresentar uma linha do tempo contendo os principais acontecimentos e marcos desde o rompimento da barragem até o início previsto para o trabalho da ATI;
4. Realizar o levantamento participativo dos danos e medidas de reparação emergencial executadas;
5. Conhecer possíveis alternativas econômicas dos territórios;
6. Entender a dinâmica socioespacial no território;
7. Entender as preferências relacionadas a meios de comunicação;
8. Compreender aspectos relativos à composição das comissões.
9. Refletir coletivamente sobre o papel das comissões, assessoria técnica, instituições de justiça e Vale S.A.

Durante o campo, as seguintes perguntas foram centrais no debate:

1. Quais são os problemas gerados pelo rompimento?
2. Estes problemas estão sendo resolvidos?
3. Como estes problemas estão sendo resolvidos?
4. Existem outras atividades econômicas aqui que não dependem da qualidade da água do Rio Paraopeba?
5. O que não tem aqui e poderia ter para gerar renda?

As respostas a todas as perguntas foram listadas pelos próprios atingidos e validadas em plenária. Os resultados estão descritos no Item Ações Emergenciais, quando apresentamos os danos e as sugestões de medidas emergenciais.





Figura 3 : Registro de discussão com os atingidos e construção do painel de danos.

Ao refletirem sobre a formação das comissões e da importância dessa estrutura, os membros das comissões se apresentaram e relataram um pouco sobre seu papel durante esse processo e a realização de algumas ações. Discorreram sobre o nível de adesão ao processo, o desafio relacionado à participação e sobre a necessidade de mudança e reorganização do grupo. Um ponto importante a se destacar é o incômodo relacionado ao trabalho voluntário e a necessidade de investimento monetário e em infraestrutura para viabilizar os encontros das comissões e dela com a comunidade.

Para compreender a espacialização dos territórios dentro dos municípios, foi projetado um mapa simplificado com o contorno de cada município correspondente a cada comissão. A partir dessa projeção, os atingidos indicaram a localização aproximada de seu território e algumas referências espaciais relacionadas a locais de reuniões e festas comunitárias.



Figura 4 : Construção de um mapa participativo pelos atingidos em uma das comissões.



ETAPA 3

Campo de Escuta

No Campo de Escuta trabalharam sete profissionais, divididos em duas duplas e um trio para atendimento às 21 comissões da Região 3. As equipes presentes em campo foram responsáveis pela mediação e relatoria das reuniões. Abaixo segue cronograma de reuniões e o número de participantes (listas de presença em anexo).



Figura 5 : Fotografia de uma reunião da Assessoria Técnica Independente com a comissão de Valentim, Ribeirão do Ouro e Marinheiros em Florestal, Minas Gerais.



Figura 6 : Fotografia de uma reunião da Assessoria Técnica Independente com a comissão do Chacreamento Vargem Grande em Pará de Minas, Minas Gerais.



Abaixo segue cronograma de reuniões e o número de participantes (listas de presença em anexo).

Tabela 1 : Cronograma e o número de participantes das reuniões de escuta por município e comissões.

CAMPO DE ESCUTA (22 A 27 DE JULHO)				
MUNICÍPIO	COMISSÕES	DATA DA REUNIÃO	HORÁRIO	NÚMERO DE PESSOAS
Caetanópolis	Minhoca	22/07/2019	14 horas	75
Paraopeba	Pontinha	22/07/2019	19 horas	20
	Paraopeba	22/07/2019	19 horas	18
Pequi	Pindaibas	25/07/2019	19 horas	21
	Soledade			
Fortuna de Minas	Beira Córrego e Retiro dos Moreiras	24/07/2019	17 horas	11
	Córrego de Areia	26/07/2019	18 horas	08
	Três Barras	26/07/2019	18 horas	25
São José da Varginha	Povoado Cachoeirinha, Fundão, Mata da Juliana e Mata das Macenas	26/07/2019	9 horas	12
Esmeraldas	Taquara	27/07/2019	15 horas	86
	Padre João, Bambus e Vinhático	24/07/2019	19 horas	38
	Cachoeirinha	22/07/2019	18:30 horas	29
	São José	25/07/2019	18:30 horas	23
	Vista Alegre	23/07/2019	18:30 horas	27
	Riacho	22/07/2019	14 horas	22
Papagaios	Papagaios	26/07/2019	13 horas	10
Florestal	Valentim, Ribeirão do Ouro e Marinheiros	22/07/2019	14 horas	09
Maravilhas	Maravilhas	23/07/2019	19 horas	10
	Córrego do Barro	24/07/2019	18 horas	07
Pará de Minas	Chacreamento Paraopeba	27/07/2019	15 horas	03
	Chacreamento Vargem Grande	25/07/2019	19 horas	21
	Muquém	26/07/2019	18 horas	26
TOTAL				501

ETAPA 4

Sistematização de dados e construção das diretrizes de ação do Plano de Trabalho

Após a realização do Campo de Escuta, a equipe realizou reuniões internas para compartilhamento e análise das informações coletadas. Essas informações formaram os principais subsídios para a elaboração deste Plano de Trabalho e estarão permanentemente correlacionadas às linhas de atuação a serem desenvolvidas pelo NACAB para assessoria técnica junto aos atingidos.



ETAPA 5

Mobilização dos atingidos para o Campo de Devolutiva e Validação

Posteriormente ao tratamento das informações coletadas, da proposição de ações e da escrita parcial do presente documento, foram agendadas novas reuniões com as comissões, tendo como objetivo validar os principais eixos do Plano de Trabalho e registrar demandas de adequações/reformulações pontuadas pelos atingidos.

ETAPA 6

Devolutiva e validação pelos atingidos.

Esse momento, realizado entre os dias 14 a 19 de agosto e que denominamos “Campo de Devolutiva e Validação”, aprimorou a construção coletiva deste documento que se propõe como instrumento balizador da atuação do NACAB no assessoramento dos atingidos no processo de reparação integral dos danos observados na Região 3. Para esta etapa, estiveram em campo seis profissionais divididos em três equipes. Cada dupla percorreu sete comissões com o objetivo de apresentar o Plano de Trabalho e validar as ações propostas junto aos atingidos conforme cronograma apresentado na próxima página (Tabela 2). Nesse processo, os atingidos tiveram um papel fundamental na tomada de decisão referente à estrutura de trabalho e equipe da ATI. Além disso, eles avaliaram as propostas do plano como um todo utilizando a dinâmica “Que Bom, Que Pena e Que Tal”, na qual fizeram reflexões de pontos positivos, negativos e deram sugestões.



Figura 7: Fotografia de uma reunião da Assessoria Técnica Independente com a comissão de Padre João, Vinhático e Bambus em Esmeraldas, Minas Gerais.

Durante as reuniões, os atingidos fizeram observações gerais que foram registradas pela equipe a fim de serem utilizadas nas discussões de estruturação do Plano de Trabalho e, sempre que pertinente, na composição do próprio Plano. No anexo Resultados do Campo de Devolutiva, apresentamos o resultado por comissão das reuniões.



Figura 8: Fotografia de uma reunião da Assessoria Técnica Independente com a comissão de Córrego do Barro em Pará de Minas, Minas Gerais.

Tabela 2 : Cronograma e o número de participantes nas reuniões para apresentação e validação do plano trabalho por comissão.

APRESENTAÇÃO E VALIDAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO (14 A 19 DE AGOSTO)					
MUNICÍPIO	COMISSÕES	DATA DA REUNIÃO	HORÁRIO	NÚMERO DE PESSOAS	
Caetanópolis	Mínhoca	19/08/2019	14 horas	08	
Paraopeba	Pontinha	18/08/2019	19 horas	08	
	Paraopeba	19/08/2019	19 horas	13	
Pequi	Pindaíbas	14/08/2019	18:30 horas	14	
	Soledade				
Fortuna de Minas	Beira Córrego e Retiro dos Moreiras	16/08/2019	17 horas	18	
	Córrego de Areia		18 horas	08	
	Três Barras	15/08/2019	19 horas	14	
São José da Varginha	Povoado Cachoeirinha, Fundão, Mata da Juliana e Mata das Macenas	16/08/2019	9 horas	07	
Esmeraldas	Taquara	15/08/2019	15 horas	13	
	Padre João, Bambus e Vinhático		14 horas	11	
	Cachoeirinha		18 horas	20	
	São José		18 horas	15	
	Vista Alegre	17/08/2019	18 horas	19	
Papagaios	Papagaios	14/08/2019	Riacho	14 horas	13
			15 horas	12	
Florestal	Valentim, Ribeirão do Ouro e Marinheiros		13 horas	10	
Maravilhas	Maravilhas	19/08/2019	18 horas	08	
Pará de Minas	Córrego do Barro	15/08/2019	17 horas	23	
	Chacreamento Paraopeba	17/08/2019	17 horas	06	
	Chacreamento Vargem Grande	17/08/2019	9 horas	12	
	Muquém	16/08/2019	18 horas	09	
			TOTAL	261	



Para a apresentação aos atingidos das propostas estruturadas dentro do presente Plano de Trabalho, a equipe de do Nacab desenhou uma metodologia que buscou privilegiar mecanismos e procedimentos que assegurem a participação por meio de debates problematizadores. Como ferramentas, estruturou-se uma apresentação em PowerPoint e uma sistematização das falas a partir de dinâmica participativa, acima relatada, viabilizando uma elaboração coparticipativa, construtiva e bem fundamentada.

As comissões foram estimuladas ao debate desde a apresentação dos eixos estruturantes com o detalhamento das ações previstas para cada um. Em destaque, os atingidos reagiram especialmente aos Eixos “Relacionamento com os atingidos”, “Desenvolvimento Territorial” e “Ações Emergenciais”. No Eixo “Relacionamento com os atingidos”, as comissões acolheram com entusiasmo a indicação de compartilharem uma base de apoio com a ATI. A proposta foi recebida como manifestação de acolhida e atenção às demandas locais frente à complexidade das dimensões do território e danos. As narrativas em que se entrelaçam referências socioeconômicas, ambientais, culturais, históricas, discursos e práticas dos moradores permearam, por sua vez, as reações em relação às ações previstas nos Eixos “Desenvolvimento Territorial” e “Ações Emergenciais”. **O sentimento de irresolução frente aos auxílios emergenciais, bem como o entusiasmo com as propostas de tratativas, se expressaram veementemente nas intervenções dos atingidos. O contato com propostas de ações fundamentadas na retomada da autonomia de suas vidas de forma multidimensional suscitou manifestações de confiança e esperança.**

Em todas as comissões, as propostas do plano foram aprovadas por unanimidade, manifestando-se, ainda, a expectativa de que os trabalhos se iniciassem rapidamente. Registra-se que, todo o processo de construção conjunta com os atingidos por meio das comissões nos espaços de reuniões configurou-se como um momento privilegiado para cultivar a responsabilidade mútua e a cooperação, condições indispensáveis à efetividade do processo de participação social.

ETAPA 7

Escrita do Plano de Trabalho.

Durante todo o processo de escrita do Plano de Trabalho, a equipe do NACAB recebeu demandas e sugestões de pessoas que participaram das comissões. Como forma de qualificar e homogeneizar a resposta, foi criado um grupo de Whatsapp para comunicar aos atingidos as informações atualizadas do processo de trabalho.

Essas demandas fortaleceram a proposta de que a ATI deve propor ações emergenciais, além de estar muito próxima das instituições de justiça. A partir dessas demandas começamos a dialogar com o MP e demais ATIs das pessoas e comunidades atingidas na bacia do Paraopeba sobre o melhor formato de atuação. Após três reuniões com estes atores, fomos influenciados a traduzir e incluir diretrizes postas por esse fórum no Plano de Trabalho, sempre com a cautela de sermos fiéis ao que foi apresentado aos atingidos em campo.



ETAPA 8

Entrega e processo de validação.

Nas reuniões de apresentação do Plano de Trabalho foram esclarecidas para os participantes as regras de contratação da ATI. Deixamos claro nosso compromisso com o cronograma de entrega do Plano e, também, que o cronograma de contratação depende de avaliações e decisões tomadas no âmbito das Instituições de Justiça e do poder judiciário. Nas discussões desenvolvidas nessas reuniões, as comissões expressaram, enfaticamente, ansiedade pelo início das contratações.



DANOS APONTADOS PELOS ATINGIDOS DURANTE CAMPO DE ESCUTA

Os danos apontados pelas 21 comissões foram categorizados pela equipe do NACAB a fim de melhor compreendê-los, descrevê-los e propor ações efetivas de reparação. Importante ressaltar que os danos apresentados devem ser considerados como uma primeira aproximação, pois dado o caráter processual e crônico desse desastre-crime, outros danos e categorias podem eventualmente surgir ao longo do tempo.

Inicialmente, dentre as categorias criadas, estão:

1. Água e Meio Ambiente;
2. Socioeconômico;
3. Sociocultural e Psicossocial;
4. Saúde Coletiva.

Além desses danos, foram sistematizadas quais as medidas de reparação a Vale S.A. vem realizando no território e quais os problemas associados a essas medidas. Embora a categorização auxilie na compreensão dos danos e tratativas, há questões transversais que perpassam por todo o processo. Abaixo encontra-se uma breve descrição das categorias e os respectivos danos identificados durante os trabalhos de levantamento das informações junto às comunidades.



ÁGUA E MEIO AMBIENTE

Neste item foram incluídos problemas relacionados ao acesso, contaminação e insegurança em relação a água e ao ambiente.

Um dano levantado, de fundamental relevância, foi a qualidade da água para consumo humano. Várias pessoas tinham poços artesianos ou cisternas que ficavam a uma distância de até 100 metros da margem do rio e usavam essa água para diversos fins, como: beber, tomar banho, higienizar as casas, as roupas, saciar a sede dos animais, sejam eles com fins alimentícios ou domésticos. A restrição ao uso da água de poços e cisternas, devido a uma possível contaminação após o rompimento da barragem, causou um caos na rotina e segurança das pessoas que faziam uso dessa água. Associados a essa questão, dois outros pontos foram levantados: a incerteza da qualidade da água em outros poços e cisternas que não foram avaliados, e o risco de contaminação do solo, poços, peixes, lençol freático, açudes e outras estruturas que tenham contato com a água do rio, seja por confluência com afluentes ou por enchentes, considerando a sazonalidade durante o período de cheia do rio Paraopeba.

Outro dano bastante evidente refere-se à dessedentação animal de criações de gado de corte e leite, para as quais era utilizada a água do rio Paraopeba. Após o rompimento da barragem e a chegada do



rejeito, o uso dessa água ficou impossibilitado, gerando outros transtornos e sofrimentos aos produtores, como prejuízos para arrendar outros pastos que não estivessem às margens do rio. Além disso, alguns produtores rurais tiveram que reduzir a quantidade de cabeças de gado e, conseqüentemente, sua produção. Soma-se a isso a ineficiência e, por vezes, a ausência do cercamento das margens e até mesmo a própria contaminação possível dos animais de alguns produtores que não possuem condição de tomar outras medidas, a não ser deixar os animais beberem a água do rio Paraopeba. Foi relatado por algumas pessoas a morte de algumas criações que tiveram algum tipo de contato com a água.

Ainda relacionado ao uso direto da água do rio, várias pessoas dependiam dessa água para sistemas de irrigação, seja nas produções agrícolas e pastos, seja na agricultura familiar e em suas hortas para autoconsumo. Dada a contaminação da água, vários produtores rurais tiveram que interromper suas atividades.

Uma preocupação comum ao longo do território têm sido os riscos de contaminação de pessoas ao consumir água, animais ou produtos contaminados da região; riscos de contaminação da flora e da fauna silvestres e animais domésticos; riscos de contaminação relacionados à continuidade de atividades de apicultura e extração de areia. Alguns apicultores deixaram de produzir para evitar o comércio de produtos possivelmente contaminados, uma vez que para a produção do mel, as abelhas dependem de mais de 70% da água em sua composição; outros produtores moveram suas caixas de abelhas para locais mais afastados do rio, no intuito de se evitar a contaminação.



SOCIOECONÔMICO

Uma das esferas mais afetadas ao longo dos dez municípios está no campo da economia. Mesmo em escalas diferentes e com particularidades para cada um dos territórios das 21 comissões, os prejuízos em perdas de fontes de renda, perdas de produção e desvalorização de produtos e imóveis são fragilidades que permeiam toda a região.

Grande parte dos danos econômicos estão relacionados à cadeia da pesca, que depende diretamente da presença do turista. Com a impossibilidade dessa atividade no rio Paraopeba, o pescador não frequenta mais a região e deixa de consumir produtos e serviços locais. Dentre esses danos, estão a queda dos comércios da região, como açougues e casas de ração, a redução da venda de peixes, redução da venda de itens pesqueiros como iscas, anzóis, varas de pescar, linha e outros. Ademais, houve redução do consumo de peixes em mercados, bares e restaurantes. A questão econômica envolvendo a pesca vai além do relacionamento direto entre comerciante e pescador, uma vez que existem atores dentro dessa cadeia que estão sendo intensamente prejudicados pela redução do escoamento de produtos.

Nesse contexto, temos a presença de trabalhadores que fabricam os bornais, ou capangas, onde as minhoquinhas e minhocoçus são comercializados, os produtores de minhoquinhas e outras iscas perecíveis, os extratores de minhocoçus e as pessoas que fabricam produtos artesanais para a pesca. Houve também uma queda na procura por aluguel de barcos, sítios e casas pelos pescadores que utilizavam desses serviços para seu lazer às margens do rio Paraopeba.



Os prejuízos em atividades agropecuárias também extrapolam o cerne da produção. Além das perdas nas safras, redução de rebanhos, perda de áreas de pasto, perda e redução de área de plantio, do aumento de gasto para manter a produção, da interrupção na criação de suínos, aves e atividades de apicultura, há também a perda de diversos postos de trabalhos associados a essas atividades. Trabalhadores locais, que ocupavam cargos de diaristas, caseiros, pedreiros, marceneiros e outras atividades associadas à produção agropecuária, perderam seus empregos e estão em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Outro prejuízo comum associado às margens do rio é a interrupção da extração de areia e a consequente diminuição da renda dos atores envolvidos. Pode-se destacar novamente a perda de postos de trabalho causando danos à mão de obra local.

Em alguns casos particulares, foram encontrados também danos econômicos relacionados à deterioração e desvalorização de equipamentos e máquinas, como por exemplo bombas que estavam submersas no rio e que foram corroídas e inutilizadas (Figura 9). O financiamento de equipamentos e outros investimentos que foram realizados, antes do rompimento da barragem, para aumentar ou qualificar a produção, hoje estão paralisados resultando em grandes prejuízos individuais e dívidas financeiras. Além desses, ainda houveram gastos pessoais como ação emergencial no sentido da construção de cercas e o deslocamento do gado.

Do mesmo modo, foram relatados gastos com caminhões-pipa e instalações de caixas d'água fornecidas pela Vale S.A. Outra questão relacionada à queda de investimentos é a desvalorização fundiária e imobiliária. Antes do rompimento da barragem, o rio Paraopeba agregava valor aos terrenos que o margeavam, após a contaminação advinda do rompimento, não há mais procura por terras ao longo do rio, o que caracteriza um processo constante de desvalorização.



Figura 9 : A bomba d'água à direita foi retirada do rio Paraopeba (município de Papagaios) no mês de maio/2019 e observa-se que todo o seu revestimento externo foi corroído pelo contato direto com a água do rio. A bomba à esquerda, utilizada no rio Paraopeba antes do rompimento da barragem B1, apresenta revestimento intacto, servindo como base de comparação.

Ainda como danos socioeconômicos, pode ser citada a desvalorização de produtos da região e a insegurança alimentar. Pequenos, médios e grandes produtores estão sujeitos à rejeição ou desvalorização de seus produtos devido ao estigma sistematicamente produzido com o rompimento. Não há certezas sobre a contaminação da carne e leite dos animais nem dos produtos agrícolas, mas o receio relacionado à bacia do rio Paraopeba está instalado. Os produtores começam a sentir problemas no escoamento e o consumo próprio desses produtos é extremamente preocupante, o que causa a sensação de insegurança.



Outro ponto que tem sido discutido é o acesso regular e permanente à alimentação em quantidade e qualidade adequadas. Associado a essa questão, tem-se o aumento nos gastos com a compra de carnes para consumo de proteína, quando antes essa proteína era proveniente do peixe pescado no rio.



SOCIOCULTURAL E PSICOSSOCIAL

Existem danos que afetam os aspectos sociais, culturais e psíquicos de uma comunidade ou sociedade. Um elemento sociocultural tem a ver com as realizações humanas que podem servir tanto para organizar a vida comunitária como para dar-lhe significado. Já um elemento psicossocial se refere à relação entre o convívio social, incluindo a satisfação com a vida e com aspectos do estilo de vida do ponto de vista da psicologia clínica. Nesse sentido, diferentes problemas encontram-se presente na Região 3. Alguns deles são: enfraquecimento de festas e feiras locais, o que tem repercussão social e financeira (redução da renda das associações comunitárias); frustração de projetos de vida; perda do lazer relacionado ao uso do rio para banho e pesca, tanto para comunidade local quanto para o turista; danos afetivos relacionados à perda do prazer, de hábitos, costumes, sonhos; danos à memória coletiva associada ao rio. É importante destacar problemas de desarticulação familiar e comunitária, uma vez que o ambiente que os unia - o rio - foi seriamente comprometido. O estigma associado ao rio se reflete como um dano difuso de amplo alcance.

Os atingidos estão submetidos a uma série de conflitos inter e intrapessoais e institucionais relacionados ao uso da água, falta de informação ou desinformação pela empresa Vale S.A. e a própria estigmatização simbólica e material.



SAÚDE COLETIVA

Outro tema de grande relevância no território está relacionado à saúde de quem vive na região. Existem alguns danos psicológicos que estão associados às incertezas e aos riscos de contaminação, seja por alimentação, pelo contato com o ar poluído, ou por contato com o rio ao atravessá-lo para cumprimento de suas obrigações, prática comum entre vários trabalhadores da região. As incertezas, receios e as perdas que os atingidos vêm enfrentando culminam em um forte desgaste emocional levando muitos a desenvolverem quadros de depressão. Além da saúde mental, há a preocupação com a saúde física que pode ser comprometida com a contaminação por metais pesados e pelo aumento de incidência de doenças que acometem animais e humanos que moram e/ou trabalham próximo às margens do rio Paraopeba.



MEDIDAS E PROBLEMAS RELACIONADOS À REPARAÇÃO EMERGENCIAL

A Vale S.A. tem realizado algumas medidas de reparação emergencial nos municípios, porém sua presença não é uma realidade em todas as comunidades atingidas da Região 3. Existem grupos que não tiveram contato com a empresa e estão marginalizados no que diz respeito a qualquer auxílio. Até o momento, as ações da Vale S.A. identificadas ao longo do território foram as seguintes:

1. Fornecimento de caminhão-pipa com água para consumo humano (usos diversos) e animal
2. Distribuição de água mineral para consumo humano
3. Fornecimento de ração e silagem
4. Construção de cercas às margens do rio Paraopeba
5. Visitas técnicas
6. Perfuração de poços artesianos
7. Análise de água dos poços e cisternas
8. Postos de atendimento presencial
9. Atendimento através de telefone 0800
10. Pagamento de auxílio emergencial

Na aplicação destas medidas, destacam-se várias falhas que têm contribuído para o surgimento de mais conflitos, desarticulações, ansiedade e desgaste dos atingidos.

Em relação ao acesso a água, existem problemas na distribuição feita pela Vale S.A. Algumas pessoas que dependem do recebimento de água para consumo animal e/ou humano não estão tendo acesso a esse recurso, outras afirmam a irregularidade temporal da distribuição e/ou que a quantidade recebida é insuficiente. A falta de regularidade interfere diretamente na rotina das pessoas, incluindo a disponibilidade das mesmas em ter que aguardar dentro de suas residências a chegada do caminhão para que possam receber o recurso. Quando o caminhão não encontra um responsável para receber a água, essa é deixada com algum vizinho, o qual se torna responsável por fazer a distribuição. Um questionamento e reclamação em relação a tal situação é que a empresa não se preocupa em repassar a água dentro dos horários disponíveis dos atingidos, mas sim, eles que precisam, se adequarem ao horário de passagem do caminhão pelo território. Alguns atingidos relatam ainda danos causados pelo trânsito dos caminhões, como derrubada de postes de luz e cercas.

A distribuição de água mineral tem sido feita em fardos de garrafas descartáveis, o que tem gerado um problema em relação ao descarte do grande volume de embalagens. Ainda sobre a distribuição de água mineral, os atingidos relataram que a Vale S.A. tem responsabilizado voluntários da própria comunidade a receber o montante de fardos de água mineral em suas residências e distribuí-los para o restante da comunidade. Essa situação tem gerado conflitos e transtornos para os voluntários, pois muitos moradores buscam a água em horários inadequados e/ou reclamam que estão recebendo menos água mineral que necessitam. Além disso, a falta de regularidade na quantidade de fardos enviados pela Vale S.A. para a comunidade, acarreta desconfiança dos moradores sob os voluntários.



Outro ponto muito discutido foi em relação à dessedentação e alimentação animal. Além do suprimento de água, existe também irregularidade e ausência no recebimento e instalação de itens como caixas d'água, bebedouros, cochos, silagem, ração e outros.

A construção de cercas às margens do rio Paraopeba feita pela empresa também tem sido alvo de críticas. O cercamento não tem respeitado as Áreas de Preservação Permanente (APPs) e isso tem causado insegurança nos proprietários que temem receber multas dos órgãos ambientais. Outro fator de insegurança é em relação a área que está sendo cercada, a qual instalou-se um receio de que pode ser uma estratégia da empresa para uma posterior desapropriação. Há ainda relatos sobre a qualidade da cerca, que tem se rompido por não resistirem aos rebanhos de búfalos e da ausência da cerca em alguns territórios, interferindo diretamente na saúde dos animais, uma vez que estão tendo acesso à água do rio Paraopeba. Uma questão que permeia o campo da carência de ações associadas à saúde animal é a falta de atendimento nutricional e veterinário ao gado.

Outra medida realizada pela Vale S.A. e que tem gerado questionamentos são as visitas técnicas para a perfuração de poços. Alguns atingidos relatam que funcionários e/ou terceirizados da empresa já estiveram em suas terras, analisaram os danos, o terreno e agendaram a perfuração de poço no local, porém não o fizeram e sequer deram um parecer sobre o não cumprimento da ação. Outros relatam a ausência dos técnicos em suas terras para avaliação. Algumas questões chamam a atenção em relação à perfuração dos poços: problemas relacionados ao esgotamento do lençol freático devido à quantidade de poços perfurados; maior demanda de energia elétrica devido às instalações de bombas hidráulicas submersas; existência ou não de outorgas devidamente expedidas pelo órgão competente para perfuração dos poços. A empresa tem realizado análises de água em alguns poços e cisternas locais, porém os atingidos não têm recebido o parecer técnico com os resultados e ainda afirmam que não confiam nas análises feitas pela Vale S.A.

A comunicação é uma ferramenta que promove sinergia para alcançar os resultados almejados e, quando bem trabalhada, auxilia na integração entre os colaboradores. Porém, o processo somente é bem-sucedido quando o destinatário recebe, compreende e interpreta a mensagem. Muitos atingidos retratam problemas na comunicação com a Vale S.A., que vão desde a falta de respostas a respostas incompletas e confusas, seja nos postos de atendimento ou pelo canal 0800 criado pela empresa. Alguns pontos podem ser destacados no quesito atendimento da Vale S.A., como por exemplo: ausência de representantes da empresa nos territórios o que se caracteriza como uma violação dos direitos dos atingidos; o não atendimento presencial frente às demandas; poucos postos de atendimento e dispostos em lugares não distante, fazendo com que os atingidos gastem recursos próprios (tempo e dinheiro) para registrarem suas demandas e/ou levar documentações; a ineficiência de comunicação entre a empresa terceirizada que registra as demandas e o encaminhamento dessas para a Vale S.A., no qual consequentemente várias demandas são registradas e não são atendidas; erros constantes relacionados ao status da demanda realizada, entre outros aspectos relatados.

O pagamento do auxílio emergencial também tem sido foco de conflitos e questionamentos causando,



inclusive, desunião e desarticulação comunitária. A primeira discussão gira em torno dos critérios para o recebimento do auxílio emergencial. Segundo acordo judicial, somente tem direito ao recebimento pessoas residentes em edificações que estão dentro da faixa 1Km das margens do rio Paraopeba e que possuem comprovante de residência nominal. O critério de 1Km é fortemente excludente, pois várias pessoas que estão fora dessa área foram seriamente atingidas, como trabalhadores rurais, pescadores, sitiantes, comerciantes e outras categoriais que foram citadas ao longo do texto. Além disso, os documentos solicitados para comprovação de endereço são restritivos e existem pessoas e comunidades que têm dificuldade em acessar um comprovante que seja aceito pela empresa.

Da mesma forma, existe uma falta de clareza sobre quais documentos são reconhecidos pela Vale S.A. para validar a comprovação de endereço. Ainda em relação ao comprovante de endereço, segundo relatos, a Vale S.A. exige que filhos maiores de 18 anos, mesmo que tenham residência fixa com os pais, tenham comprovante de renda nominal, afirmando que a partir dessa idade a pessoa já possui estabilidade financeira, o que tem causado exclusão no recebimento do auxílio emergencial. A discussão do recebimento do auxílio financeiro emergencial também se dá em torno do valor e do número de parcelas. Muitos atingidos questionam se a empresa terá realizado a reparação de todo o território ao longo dessas 12 parcelas e se depois disso elas terão o restabelecimento de seus modos de vida.

Outro questionamento dos atingidos está relacionado tanto à morosidade da análise dos documentos, quanto ao pagamento dos auxílios financeiros a todos os membros do núcleo familiar, uma vez que em alguns casos somente uma pessoa do núcleo recebe o auxílio. O descompromisso e o desrespeito da Vale S.A. com os atingidos, somado ao sentimento de incerteza e insegurança, têm causado transtornos psicológicos que também estão sendo negligenciados pela empresa.



CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO DA REGIÃO 3

ASPECTOS SOCIODEMOGRÁFICOS DOS MUNICÍPIOS

Esse item apresenta alguns elementos dos municípios que compõe a Região 3 com a finalidade de contextualizar os aspectos demográficos, sociais, econômicos e culturais das populações atingidas que vivem na área do escopo de atuação da ATI NACAB ².

Os dez municípios da área de abrangência: Esmeraldas, Florestal, Pará de Minas, Fortuna de Minas, São José da Varginha, Pequi, Maravilhas, Caetanópolis, Paraopeba e Papagaios estão situados nas regiões Central e Centro Oeste de Minas Gerais e ocupam juntos uma **extensão territorial de cerca de 3.895 mil km² (Tabela 3)**. Quanto à população, o total de pessoas que vivem nesses 10 municípios, de acordo com as estimativas do IBGE (2018), **é de 242.237 mil, sendo que 77% da população reside em área urbana e 23% na área rural**.

Nos municípios de São José da Varginha, Fortuna de Minas, Pequi e Maravilhas essa divisão é mais equalizada. Em São José da Varginha, cerca de 47% da população está na área rural. Em Fortuna de Minas e Maravilhas, essa proporção é de 34% da população na área rural e 66% na área urbana. Em Pequi, 30% da população reside na área rural e 70% na área urbana. Os dois maiores municípios são Esmeraldas (910,679 km²) e Paraopeba (625,629 km²). Juntos esse dois municípios compreendem quase 40% de toda a área de abrangência.

Em relação à densidade demográfica, o município de Pará de Minas se destaca como o município mais populoso. De acordo com o IBGE, este município possui cerca de 29.542 domicílios e uma densidade demográfica de 168,9 hab/km². O total de domicílios de Pará de Minas supera o total de domicílios do maior município em extensão territorial entre os 10 que estão na Região 3. Esmeraldas possui aproximadamente 26.097 domicílios e uma densidade demográfica de 20,9 hab/km².

Sobre o PIB per capita, a região somou em 2016 (IBGE) um total de R\$ 164.066,38 decorrente da diversificada atividade econômica da região. Considerando todos os 10 municípios, a renda média registrada é de R\$ 537,85 (ATLAS BRASIL, 2010). No entanto, cerca de 2,93% da população é extremamente pobre com renda per capita de R\$ 46,00. O município de Esmeraldas lidera essa lista, com aproximadamente 14,4% da população municipal em situação de extrema pobreza, o que evidencia sua maior vulnerabilidade social. Outros três indicadores são relevantes para a caracterização socio-demográfica dos municípios. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), o Índice de Gini e o Indicador de Vulnerabilidade Social. O IDHM (2017) considera as dimensões de educação, longevidade e renda. O IDHM médio dos 10 municípios é de 0,69, valor limiar entre a classificação média e alta. Não há uma grande variação do IDHM entre os municípios. O menor IDHM é de 0,67 (Esmeraldas, Pequi, Maravilhas e Papagaios), valor médio, e o maior é de 0,73 (Pará de Minas), valor alto do índice.

² Esse item apresenta alguns elementos dos municípios que compõe a Região 3 com a finalidade de contextualizar os aspectos demográficos, sociais, econômicos e culturais das populações atingidas que vivem na área do escopo de atuação da ATI NACAB.



Tabela 3 : Dados sociodemográficos dos municípios que compõe a Região 3.

PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DA REGIÃO 3 - DADOS CENSITÁRIOS - BASE MISTA												
MUNICÍPIOS	EXTENSÃO TERRITORIAL (KM ²)	DENSIDADE DEMOGRÁFICA (2017)	NÚMERO DE DOMICÍLIOS	REGIÃO DE PLANEJAMENTO	POPULAÇÃO ESTIMADA IBGE (2018)			RENDA MÉDIA PER CAPITA	EXTREMAMENTE POBRES (%)	IDHM (2017)	ÍNDICE DE DESIGUALDADE DE RENDA (GINI)	VULNERABILIDADE SOCIAL (2010)
					TOTAL	URBANA	RURAL					
Esmeraldas	910,679	20,9	26037	Centro	70200	92%	8%	R\$452,60	14,4	0,67	0,43	36%
Florestal	194,242	38,4	2969	Centro Oeste	7386	82%	18%	R\$741,46	1,47	0,72	0,48	32%
Pará de Minas	586,521	168,3	29542	Centro Oeste	93101	94%	6%	R\$686,42	0,46	0,73	0,43	28%
São José da Varginha	205,501	20,9	1756	Centro Oeste	4927	53%	47%	R\$555,77	1,72	0,7	0,47	34%
Fortuna de Minas	198,7	14,8	1140	Centro	2927	66%	34%	R\$459,52	1,4	0,7	0,41	35%
Pequi	203,991	16,4	1920	Centro	4379	70%	30%	R\$522,22	0,6	0,67	0,43	35%
Maravilhas	261,604	30,1	2513	Centro	7904	66%	34%	R\$442,51	2,8	0,67	0,39	34%
Papagaios	553,577	11,1	4943	Centro	15543	82%	18%	R\$455,56	2,16	0,67	0,49	38%
Caetanópolis	156,039	17,2	4060	Centro	11495	80%	20%	R\$531,65	1,66	0,71	0,42	33%
Paraopeba	625,623	33,5	7930	Centro	24375	86%	14%	R\$530,79	2,62	0,69	0,45	34%

Fonte: IBGE (2010,2016,2018); Atlas Brasil (2013); IMRS (2016).



O Índice de Gini é um instrumento usado para medir o grau de concentração de renda. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, se uma só pessoa detém toda a renda do lugar (ATLAS, 2010). O Índice de Gini médio para os 10 municípios é de 0,44, o que evidencia, em termos comparativos, uma realidade socioeconômica com menor desigualdade que o Brasil e Minas Gerais.

A Vulnerabilidade Social no Atlas do Desenvolvimento Humano é calculada com base em diversas dimensões que dizem respeito a crianças de jovens - como taxa de mortalidade infantil, trabalho infantil e evasão escolar-, à família (como extrema pobreza, mães chefes de família e dependência de idosos), ao trabalho e renda (avaliando a porcentagem da população que é vulnerável à extrema pobreza e a relação entre escolaridade e ocupação informal) e às condições de moradia, que avalia a proporção de domicílios com banheiro e água encanada. A média da Vulnerabilidade Social para os 10 municípios é de 34%, um valor cuja leitura do Ipea o classifica como médio.

Na Tabela 3, é possível observar tais dados especificados por município, o que permite uma aproximação com a realidade local, assim como evidencia o quão distintos são. **Essa heterogeneidade entre os municípios reforça a necessidade do trabalho da assessoria ser capaz de atender, entre outros, a diversidade sociodemográfica e territorial de cada região, de maneira compatível com a extensão, intensidade e especificidades dos danos sofridos pelas respectivas comunidades, bem como as situações de vulnerabilidade social.**

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DOS MUNICÍPIOS

A região destaca-se no cenário estadual por seu potencial e diversidade socioeconômica. Possui uma economia impulsionada pelo setor de serviços concentrando em média, 67,91% de suas atividades neste setor, sendo Esmeraldas o município com maior concentração, com 83% de suas atividades (Tabela 4).

No setor da agropecuária a média de arrecadação do PIB é de 17,56%, tendo destaque o município de São José da Varginha com cerca de 54% de sua atividade econômica nesse segmento. Por sua vez, o setor industrial arrecada cerca de 14,49%, sendo Pará de Minas o município de destaque com 26,80% de suas atividades. Somados, de acordo com o IBGE (2016), os dez municípios alcançam um PIB de R\$ 4.511,004,01.

Refletindo uma característica do próprio Estado de Minas Gerais, a estrutura do setor produtivo da região apresenta uma diversificação e heterogeneidade na distribuição das atividades com consideráveis amplitudes entre os municípios retratando, entre outros aspectos, as desigualdades no desenvolvimento territorial.

De acordo com dados do Censo Agropecuário (2017), **é possível identificar 3.865 estabelecimentos**



Tabela 4 : Dados socioeconômicos dos municípios que compõe a Região 3.

DADOS ECONÔMICOS DA REGIÃO 3								
MUNICÍPIOS	ATIVIDADE ECONÔMICA CARACTERÍSTICAS	PRINCIPAIS REBANHOS E CULTURAS AGRÍCOLAS	PIB MUNICIPAL (2016)	AGROPECUÁRIA	INDÚSTRIA	SERVIÇOS	ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS (2017)	ÁREA TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS (HA)
Esmeraldas	Extração de areia, atividades agropecuárias e artesanato (bordado feito à mão)	Avicultura, bovinocultura, suinocultura. Cana-de-açúcar, milho.	R\$660.885,42	5,80%	10,60%	83,50%	961	57.722
Florestal	Serviços e Agropecuária	Avicultura, suinocultura, tomate.	R\$105.292,20	12,10%	10,30%	77,60%	247	13.022
Pará de Minas	Agropecuária, Indústria e Serviço. Tem destaque a produção de tecidos.	Avicultura, suinocultura, tomate, milho.	R\$2.487.224,28	4,20%	26,80%	69%	795	39.128
São José da Varginha	Agropecuária e serviço	Avicultura de corte, bovinocultura de leite, a horticultura, suinocultura, tomate, cana-de-açúcar.	R\$86.048,97	53,70%	2,70%	43,50%	259	16.646
Fortuna de Minas	Comércio, Agricultura e Pecuária.	Avicultura, suinocultura, bubalino, cana-de-açúcar	R\$34.289,44	18,30%	7,90%	73,80%	193	16.232
Pequi	Agropecuária e Serviço	Avicultura, bovinocultura, suinocultura, tomate, cana-de-açúcar.	R\$56.940,64	24,60%	4,30%	71,10%	247	13.865
Maravilhas	Serviço e indústria	Avicultura, bovinocultura, tomate, milho e cana-de-açúcar	R\$112.652,63	19,70%	14,50%	65,80%	278	19149
Papagaios	Extração de ardósia, gado leiteiro, criação de frangos de corte e ovos.	Avicultura, bovinocultura, milho, cana-de-açúcar e sorgo (grão)	R\$224.567,21	9,60%	19,50%	70,80%	308	38274
Caetanópolis	indústria e serviço	Avicultura, cana-de-açúcar, milho.	R\$219.264,24	13,10%	25,30%	61,50%	180	8.731
Paraopeba	serviço e indústria	avicultura, bovinocultura, cana-de-açúcar e milho	R\$523.838,98	14,50%	23%	62,50%	397	41.610

Fonte: <https://portalamm.org.br/caracterizacao-economica-das-regioes-de-planejamento/>



agropecuários no conjunto dos municípios, cobrindo uma área de 264.379 hectares. As atividades produtivas de destaque são produção de avicultura, bovinocultura, suinocultura, além da produção agrícola, como a horticultura.

Para projetar soluções de reparação integral, as atividades produtivas precisam ser compreendidas junto aos atingidos, pois interconectam relações de trabalho, práticas culturais, patrimoniais e simbólicas, que por vezes deflagram reações em cadeia, repercutindo em atividades e áreas cuja manutenção e dinâmica dependem de processos e práticas produtivas inviabilizadas.

POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS NA REGIÃO 3

A presença de povos e comunidades tradicionais, assim como povos de terreiro e outras expressões religiosas afro brasileiras atingidos na região 3 complexifica ainda mais os desafios do processo de afetação, assessoramento e reparação. É certo, para nós, que embora não devamos criar priorização, garantindo o caráter isonômico da ATI, necessitamos, à luz de várias normativas, garantir um acompanhamento diferenciado para determinados segmentos que encontram-se em situação de vulnerabilidade social histórica, que tendem a se agravar diante das adversidades do desastre.

Os povos e comunidades tradicionais são caracterizados pela subjetividade territorial diferenciada, historicamente construída e organizada por lógicas de controle, uso e apropriação singulares em relação à apropriação mercantil, ainda que, paradoxalmente, seja produto das próprias contradições do processo de desenvolvimento do capitalismo. Além da dimensão histórica, como assinala Aderval Costa Filho (2015), esta “nova” categoria carrega consigo atributos ecológicos, dado que emerge justamente no seio do debate ambiental e sobre a conservação da natureza.

Na perspectiva de Costa Filho (2015), quando nos remetemos a povos e comunidades tradicionais, estamos tratando também de múltiplas campesinidades e formas camponesas. Como bem pontua o autor, a particularidade organizacional e das formas culturais desses grupos se evidenciam em regimes de uso comum da terra e recursos naturais, no elemento étnico, no senso de comunidade, na importância cultural e simbólica da terra, na reciprocidade de ação, nas relações de parentesco intergrupual, entre outros aspectos relacionados à reprodução social desses povos e comunidades.

Na Região 3, ao longo do processo de reparação, a campesinidade, tradicionalidade e etnicidade serão objetos de identificação e compreensão, que os grupos detentores dessas características possuem, seja em decorrência dos direitos culturais, seja provenientes dos direitos étnicos territoriais. No contexto de PTr, a tradicionalidade e etnicidade foi identificada em dois casos específicos: a Comunidade Quilombola de Pontinha, localizada em Paraopeba, o coletivo de extratores e comerciantes de Minhocucu, situados no Shopping da Minhoca, em Caetanópolis, e as comunidades de Beira Córrego e Retiro dos Moreiras, da cidade de Fortuna de Minas. No que toca às comunidades quilombolas, embora essas possam ser classificadas como povos e comunidades tradicionais, o aparato jurídico-administrativo que a sustenta vai além destas categorias, pois está fundamentado no direito histórico de reparação frente às opressões do sistema escravista e suas consequências funestas. A ATI irá, em conjunto com as comunidades, estabelecer as entregas necessárias, como por exemplo, os “Protocolos de Consulta”.



Os direitos étnicos e territoriais das comunidades quilombolas tiveram suas bases instituídas, sobretudo, pelos artigos 68 do Ato das Disposições Constitucionais, que determina o reconhecimento e titulação das terras das comunidades quilombolas, e, 215 e 216, que versam sobre a proteção e promoção das manifestações e patrimônio cultural da população afrodescendente. Além das garantias constitucionais, há tratados internacionais que também promovem e protegem os povos e comunidades tradicionais, como a convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT, que versa sobre o direito de consulta em caso de intervenções territoriais por atividades econômicas externas ao grupo, e Convenção da Diversidade Biológica, Convenção da Diversidade Cultural e sistema de proteção aos direitos humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), com importância particular a Convenção Nacional de Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial. As prerrogativas constitucionais, em especial no que tange aos direitos territoriais, foram normatizadas pelo Decreto 4.887, de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. No que tange ao universo dos povos e comunidade tradicionais, cuja matéria jurídica abrange as comunidades quilombolas, os direitos territoriais e culturais foram consagrados pelo Decreto 6.040 de 7 de fevereiro de 2007 (COSTA FILHO, 2015).

No Brasil, o Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006, que institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas – PNAP considera os quilombos como Áreas Protegidas (AP). As APs são “áreas naturais e seminaturais definidas geograficamente, regulamentadas, administradas e/ou manejadas com objetivos de conservação e uso sustentável da biodiversidade”. Este é um reconhecimento de que assegurar os direitos territoriais das comunidades quilombolas, dado seu modo de vida, contribui para a conservação ambiental. Além disso, as áreas remanescentes de quilombos são importantes espaços de preservação da história, onde se projetam a identidade étnica, a tradicionalidade, a valorização de aspectos éticos, culturais, estéticos e simbólicos da conservação do patrimônio natural e a defesa do interesse nacional e público. Afinal, todos esses territórios contribuem para serviços ecossistêmicos como abastecimento de água potável em grandes e médios centros, ar puro e estocagem de carbono, reservas de fármacos, além de contribuir para garantir a soberania alimentar e impulsionar a economia local, regional e nacional.

Além disso, os conhecimentos tradicionais relacionados ao uso da biodiversidade tem sua valorização e salvaguarda contemplados na Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), por meio do Decreto nº 6.040 de 2007, que busca promover o desenvolvimento sustentável desses povos com o objetivo de reconhecer, fortalecer e garantir seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições. Neste desígnio que institui a Política Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais, o conceito operacional tem a seguinte definição:

Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (DECRETO 6.040 apud Costa Filho, 2015, p. 81).



Destaca-se que entre os Povos e Comunidades Tradicionais são encontradas as Comunidades de Terreiro, territórios tradicionais dos povos originários e das comunidades negras que trazem em sua cosmovisão a íntima relação com a biodiversidade, manifestando assim, na sua filosofia de vida e em sua liturgia, uma relação indissociável ao bioma onde se encontram. As comunidades de terreiros são guardiãs da sabedoria, fonte da produção de conhecimento agroecológico e são mantenedoras da ciência do bem viver e dos laços psíquicos e afetivos que as organizam. Mesmo assim, são os principais alvos do racismo religioso, do desrespeito e da intolerância religiosa no Brasil

O racismo estrutural, em diversas dimensões de sua manifestação, como no racismo ambiental que invisibiliza a relação religiosa com a natureza; o racismo religioso que demoniza as manifestações religiosas dos povos africanos, dos povos originários e afrodescendentes na Diáspora e o racismo intelectual que julga como inferior os saberes desses povos, oprime e traz ainda maiores desafios aos esforços de compreensão da realidade específica das comunidades de terreiro. O povo negro, as comunidades tradicionais, as religiões de matriz africana e afro-brasileiras são os principais alvos do racismo religioso, do desrespeito e da intolerância religiosa no Brasil.

Essa conjuntura propõem a necessidade da contratação de profissionais que detenham notório saber e experiência nesta temática para o levantamento dos danos imateriais sofridos pelas pessoas que confluem com essa cosmovisão de mundo e relacionavam-se diretamente com o Rio Paraopeba. É imprescindível o cuidado com a metodologia a ser adotada para identificar os terreiros e casas em que se organizavam esses povos, assim como os praticantes de suas liturgias com uma metodologia adequada baseada na identidade, pois essas pessoas tendem a ter limitações em se posicionarem publicamente devido ao alto grau de perseguição histórica que sofreram seus antepassados e que sofrem elas mesmas ainda nos dias atuais.



PÚBLICO-ALVO POTENCIAL DA ATI

Dimensionar o público potencial da ATI – NACAB foi desafiador e fundamental para definições importantes que remetem à extensão da equipe, aspectos da logística e estratégia de atendimento e acolhimento da assessoria técnica à população da Região 3.

Partimos do pressuposto de que o atendimento da ATI deve ser feito à toda população atingida dos municípios da Região 3, sem restrições quanto à distância do rio Paraopeba ou em relação às diversas formas de afetação sofridas.

Frisamos que estamos diante de uma **mensuração parcial e aproximada do público-alvo potencial**, pois o processo de reparação está em sua fase germinal, o que permite supor a ocorrência de redefinição de critérios, de forma mais qualificada e tecnicamente embasada, que amplie o quantitativo apresentado neste plano. Esta imperfeição também se explica pelas limitações que o ferramental e os dados disponíveis nessa fase de planejamento nos impõem.

A partir dos dados produzidos desde os diagnósticos participativos desenvolvidos durante as reuniões de escuta e reuniões de devolutiva e validação, bem como dos estudos de dados estatísticos, foi possível observar que **a complexidade que envolve os territórios municipais é fator limitador e complicador no processo de definição do público alvo.**

Tal complexidade, inerente à um território tão extenso e diverso, conjuntamente com o processo de construção do ferramental balizador da reparação integral, que envolve a produção de parâmetros de avaliação de danos e identificação de pessoas e comunidades atingidas, podem vir a ampliar o público-alvo, dado a definição e redefinição de critérios de identificação, classificação, avaliação e mensuração de danos e atingidos pelo rompimento da barragem. Diante da indefinição do contingente populacional de atuação da assessoria técnica, mas também da existência de alguns critérios objetivos reconhecidos por acordo judicial, utilizamos algumas estratégias para definição do público potencial:

1. Identificação por meio de georreferenciamento de edificações na faixa de 1km a partir de cada margem do rio;
2. Identificação, através da mediação das comissões de atingidos, do contingente populacional de comunidades para além da faixa de 1km a partir de cada margem do rio e através da consulta a dados informados por órgãos públicos e entidades locais.
3. Identificação por meio de georreferenciamento de edificações na Comunidade Quilombola de Pontinha



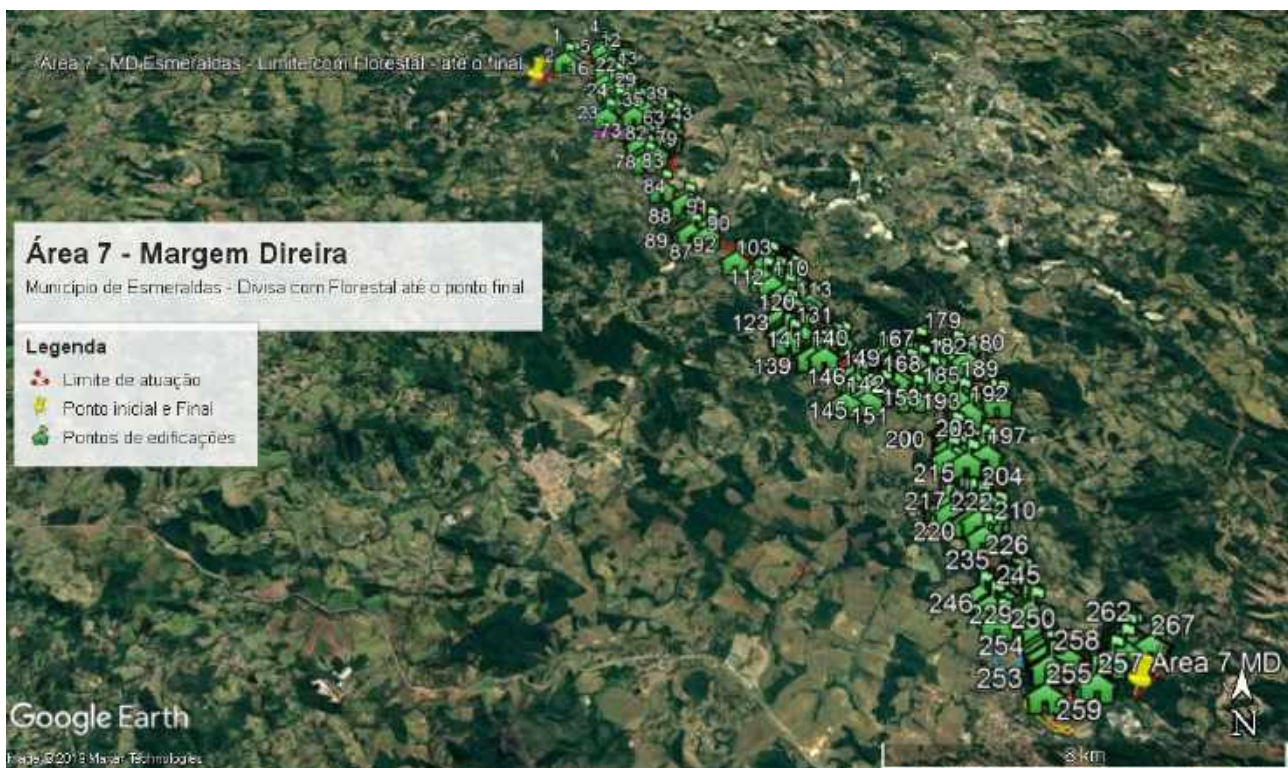


Figura 10 : Exemplo de mapa de Georreferenciamento das edificações a 1km do leito do Rio Paraopeba para o Município de Esmeraldas, Minas Gerais.

A partir das análises por satélite e por dados primários quantitativos, o número estimado de pessoas que serão atendidas pela ATI, por município, é:

Tabela 4 : Estimativa de público que será atendido por município.

MUNICÍPIO	ESTIMATIVA*
Pará de Minas	790
Pequi	637
Florestal	1472
São José da Varginha	598
Maravilhas	167
Papagaios	310
Fortuna de Minas	1194
Paraopeba	2435
Caetanópolis	116
Esmeraldas	5942
TOTAL	13661

*Média de 3,2 pessoas por família, segundo PNAD 2017/IBGE



Todavia, embora apontemos tal número, **é provável que a quantidade de atendidos na região 3 aumente ao longo do processo de reparação.** Para projeção desta ampliação optou-se por trazer dados reportados ao Nacab de uma experiência recente de ATI na bacia do rio Doce, especificamente, o caso do **Centro Alternativo de Formação Popular Rosa Fortini**, que atende os territórios de Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado e Chopotó (Distrito de Ponte Nova) desde outubro de 2018.

Na experiência dessa assessoria, a previsão estabelecida em contrato com a Fundação Renova era de atendimento à 650 famílias. Todavia, atualmente, após 4 anos do desastre, o atendimento é exercido à aproximadamente 2.000 famílias do município, o que representa um acréscimo de 200,7% à previsão inicial. A experiência da Caritas em Mariana e da AEDAS em Barra Longa também sinalizam para a necessidade de se definir um gatilho de renegociação. Desta forma, o NACAB propõe que este gatilho seja de **15%**, ou seja, a cada 15% de incremento no contingente populacional atendido será necessária a reavaliação e renegociação do orçamento da ATI.

Considerando a lógica do gatilho de renegociação, o orçamento deverá, portanto, ser revisado após a ocorrência de acréscimo de 15% do universo de 13.661 pessoas.

Ainda, no caso de ocorrência de situação futura que demande a realização de estudos técnicos não previstos ou orçados nesse plano de trabalho, bem como em casos fortuitos ou de força maior que demandem despesas excepcionais e ou emergenciais não passíveis de previsão, a entidade irá apresentar pedido circunstanciado, que será objeto de novas negociações, através de procedimento específico a ser formulado e encaminhado pelas instituições de justiça.

Como esta mensuração (13.661) se traduz como a mais concreta e objetiva quantificação de pessoas inicialmente atendidas pelo NACAB, todo o orçamento do Plano de Trabalho para a Reparação Integral de Danos aos Atingidos pelo Desastre está baseado neste quantitativo.

Pelas dificuldades de definição do público, apesar do quantitativo de público alvo de 13.661 pessoas atingidas, a contratação da equipe fixa se dará de forma gradual do 1º a 6º mês de atuação do NACAB, quando se pretende chegar próximo à integralidade do atendimento, garantindo maior precisão na relação equipe técnica e pessoas atingidas.

O incremento deste processo e, conseqüentemente, de seus resultados ainda é incerto e devem ser desenhados e negociados com cautela junto os atores envolvidos nas decisões relacionadas ao processo de reparação. A ATI, neste contexto, **não terá a função de determinar quem é ou não atingido**, mas de acolher todas aqueles que se sentirem atingidos e contribuir para que a construção dos critérios relacionados à esta definição seja construído com participação social e por meio de pesquisas específicas.



ESCOPO E METODOLOGIA DE EXECUÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

Os procedimentos metodológicos descritos no Plano de Trabalho tem como foco principal a **participação ampla e informada dos atingidos** no processo de reparação integral dos danos e o apoio organizacional para o acompanhamento dos programas, planos e projetos relacionados a eles. O NACAB entende a participação social em seu caráter amplo, que não se restringe à representação formal e incorpora um processo de diálogo e troca de informações e saberes entre os diferentes atores envolvidos, num movimento em que estruturas e ocasiões de participação são fortalecidas e forjadas, bem como o protagonismo dos grupos sociais, por meio da construção compartilhada de instrumentos técnicos e políticos, práticas formativas e atividades informativas.

O NACAB acredita que o envolvimento dos interlocutores nos processos de planejamento e implantação das atividades é a forma mais efetiva de se atingir os objetivos estratégicos da reparação integral. Para tal, entende-se que a participação é um requisito fundamental no sentido de promover a articulação entre os atores sociais, fortalecendo a coesão das comunidades e melhorando a qualidade das decisões, tornando mais fácil atingir os objetivos almejados.

O NACAB aposta que o engajamento das pessoas e comunidades atingidos nas atividades aumentará na medida em que se tornarem (co)autores de processos, procedimentos, atividades e soluções. Os processos participativos não são aqueles nos quais apenas se assegura a oportunidade da participação, mas aqueles que a promovem em todos os sentidos, porque nela deposita sua própria condição de vitalidade. Nesse sentido, propõe-se que as ações sejam planejadas e executadas de forma dialógica com as comunidades e instituições comprometidas com a proteção do direito à **reparação integral**.

Diante do desafio de co-construir e fortalecer estruturas e condições de participação partimos de algumas premissas.

- Participação qualificada depende de formação e comunicação.
- Para que exista pauta coletiva é necessário que as pessoas e grupos a reconheçam na coletividade, em espaços de participação.
- Mobilização social é o pilar da coletivização da demanda e, por consequência, do fortalecimento dos espaços de participação.
- Os espaços de participação são co-contruídos.
- As demandas coletivas podem ser tratadas individualmente, desde que as diretrizes para tratamento também sejam construídas coletivamente.
- O diálogo no âmbito individual é fundamental para esclarecer as pautas coletivas e para motivar



à participação.

- Demandas individuais e coletivas podem ser desenhadas e reveladas a partir de processos de formação, ou seja, elas podem não existir à priori.
- Os componentes históricos e culturais dos grupos sociais devem ser considerados na construção de espaços de participação e de pautas coletivas.

A estratégia de implantação do PTr consiste na execução de cinco grandes blocos de ações que possuem interfaces temporais e que funcionarão de forma integrada para garantir o reconhecimento das demandas por reparação, construção de evidências para negociar a reparação dos danos e a construção participativa de projetos e programas coletivos voltados às soluções e compensação dos danos coletivos e individuais. São eles:

1. Ações preparatórias: Ações de construção das condições necessárias ao desenvolvimento operacional e executivo de todas as atividades/produtos/serviços propostos no Plano de Trabalho.

2. Ações emergenciais: ações de assessoria destinadas às famílias e comunidades visando o atendimento de suas demandas urgentes e a cessação da violação de direitos, além de ações que visam levantar e/ou produzir informações sobre a realidade do território em suas múltiplas dimensões e ações que subsidiam outras ações que se sucedem no tempo.

3. Ações permanentes: ações perenes que devem ser desenvolvidas a contar do momento em que as condições para a sua execução são estabelecidas até o final dos trabalhos da ATIR3.

4. Ações transversais: ações que não tem relação com o objetivo-fim da ATIR3, mas que contribuem para o aprimoramento/otimização dos processos.

5. Ações pontuais: ações com começo, meio e fim bem delimitados, intermitentes. Podem ser pré-planejados ou surgirem como demanda ao longo da execução do projeto.

Tais **blocos** por sua vez são divididos em macroações: tratam-se de ações amplas, vinculadas à consecução dos objetivos estratégicos do projeto (metas globais do projeto) que habitualmente incorrem em grandes entregas de produtos e serviços. Via de regra, dependem de uma resposta coordenada das múltiplas gerências que compõe o projeto. Para cada um destes blocos que estruturam a atuação da ATI são apresentados os itens temáticos de trabalho. Os blocos de informação abaixo apresentam a estrutura executiva do Plano de Trabalho. Organizamos os blocos de ações como capítulos, nos quais os itens temáticos de trabalho serão descritos e, logo, as estratégias para implantação de cada um. Cabe mencionar que tanto a metodologia quanto os blocos de ações foram construídos com forte contribuição dos atingidos e aprovados por eles durante o campo de devolutiva do plano de trabalho.



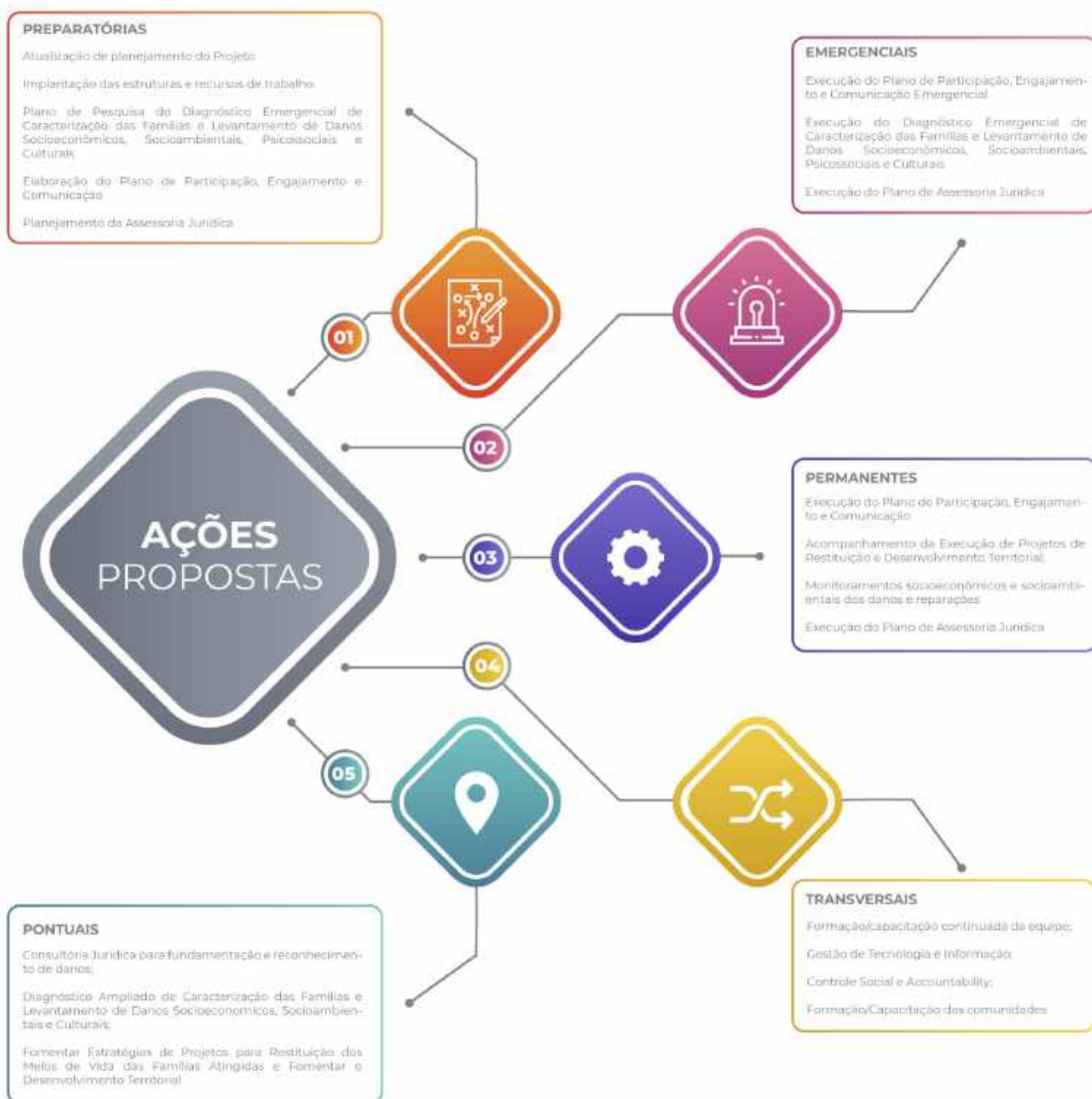


Figura 11: Fluxograma ilustrativo das ações propostas por eixo de atuação.



BLOCO 1 : AÇÕES PREPARATÓRIAS

Serão desenvolvidas ações necessárias à estruturação dos trabalhos da ATI, conforme os objetivos estabelecidos. Trata-se de organizar a base operacional e executiva que dará suporte ao desenvolvimento das atividades do Plano de Trabalho. São previstas as seguintes atividades preparatórias:

1. Atualização de planejamento do Projeto
2. Implantação das estruturas e recursos de trabalho
3. Plano de Pesquisa do Diagnóstico Emergencial de Caracterização das Famílias e Levantamento de Danos Socioeconômicos, Socioambientais, Psicossociais e Culturais
4. Elaboração do Plano de Participação, Engajamento e Comunicação
5. Planejamento da Assessoria Jurídica
6. Planejamento das Formações continuadas

ATUALIZAÇÃO DE PLANEJAMENTO DO PROJETO

Projetos podem ser compreendidos como um esforço temporário empreendido para consolidar algum resultado almejado, que pode revelar-se, dentre outras coisas, em forma de produto(s) e/ou serviço(s). Ao almejar um resultado é natural despendar energia em torno do descortinamento, na medida do possível, de etapas e condições necessárias ao atingimento de tal resultado. Esse esforço sistemático de elucidação de etapas, condições e recursos necessários ao atingimento de um determinado objetivo pode ser compreendido como *planejamento*.

Sendo assim, planejar um projeto é esforçar-se, embebido(a) de imaginação, discussão e investigação para consolidar etapas, condições e recursos necessários para alcançar um resultado, produto e/ou serviço. Entretanto, deve-se sempre ter em mente que existe uma distância entre aquilo que imaginamos ser necessário para consecução de um resultado/produto/serviço e aquilo que o mundo - em toda sua força, diversidade e mutabilidade, exige para esta consecução. Por mais que o planejamento do projeto leve à uma projeção da ideia sobre o mundo é o pousar da ideia sobre o mundo, aqui interpretado como *implementação do projeto*, que revela, de fato, o quão aderente este projeto é ao mundo - mundo este imbuído de inflexões e arqueamentos. Ora tais atritos entre projeto e realidade vem pelo fato de não se imaginar/investigar todas as etapas necessárias ao alcance do resultado desejado no momento do planejamento, outras vezes a fricção entre projeto e realidade vem em função de alterações drásticas do mundo, ao ponto do projeto pousar em mundo, já não conhecido por aqueles responsáveis por sua gestão.



Esta falta de aderência que porventura pode ser observada entre o projeto e o real cenário de sua implementação exige, muitas das vezes, a adaptação/atualização do planejamento inicialmente elaborado para o atingimento dos resultados almejados. No caso deste projeto alguns fatores levaram a necessidade de revisão do plano inicialmente elaborado, destacando-se dois: a pandemia de Covid-19; a nova realidade temporal para execução do projeto que passou de 48 meses para 23 meses e um novo cenário orçamentário para as ATI. A atualização do planejamento se desdobra em sete microações, sendo cinco delas dedicadas à revisão do plano de trabalho original e duas dedicadas à criação de fluxos inicialmente não previstos. Os eixos de revisão são os seguintes: (i) metas e objetivos; (ii) operacionalização; (iii) governança; (iv) orçamento; (v) cronograma. Já as microações não previstas inicialmente dedicam-se à consolidar dois planos: sendo um de (vi) monitoramento e avaliação e outro de (vii) encerramento. Abaixo segue detalhamento das setes ações listadas anteriormente.

1. Atualização de metas e objetivos do projeto;

Nesta microação procurar-se-á fixar metas e resultados mais aderentes à nova realidade temporal e orçamentária do projeto de execução e projeto, preservando os objetivos globais validados junto aos atingidos.

Produto: Plano de Metas e objetivos atualizado

2. Atualização das atividades operacionais necessárias para consecução do projeto;

Tendo em vista a atualização de metas/serviços/produtos e as condições de isolamento impostas pela pandemia da Covid-19, tal etapa é dedicada à revisão das atividades operacionais inicialmente previstas para o projeto.

Produto: plano operacional atualizado

3. Atualização da Estrutura de Governança necessária para o projeto;

Etapa destinada a trazer mais detalhes acerca das posições, cargos e fluxos decisórios que permearão o projeto.

Produto: um organograma atualizado com atribuições das equipes

4. Atualização do Orçamento;

Tal etapa é dedicada à garantir uma previsão orçamentária para cada um dos produtos/serviços almejados no contexto da ATIR3. Faz-se aqui um esforço de estimar o custo mensal/global por serviço e produto almejado.

Produto: uma peça orçamentária atualizada.



5. Atualização do Cronograma;

Tendo em vista a atualização de metas/serviços/produtos e as condições de isolamento impostas pela pandemia da Covid-19, tal etapa é dedicada à revisão dos prazos inicialmente previstos para o projeto.

Produto: cronograma de execução atualizado.

6. Monitoramento e Avaliação (M&A);

Trata-se de fixar diretrizes e métodos de acompanhamento e avaliação do projeto ao longo de sua execução de modo a garantir que este atinja seus objetivos inicialmente previstos. Sendo assim, ao falar-se de M&A neste projeto estima-se (i) a criação de uma rotina de produção, armazenamento, organização, síntese, interpretação e endereçamento de informações para subsidiar o processo de compreensão do nível de execução financeira e operacional do orçamento e atividades previstas para o projeto; (ii) a gestão do projeto a partir dos resultados encontrados; (iii) a comunicação dos resultados financeiros e operacionais da M&A para os atingidos e demais stakeholders do projeto; (iv) a participação dos atingidos no processo de M&A das atividades/resultados da ATIR3.

Produto: Plano de Monitoramento e Avaliação do Projeto

7. Desmobilização e Encerramento;

Tendo em vista que projetos são um esforço temporário para o alcance de um determinado resultado, deve-se prever o momento de desmobilização e encerramento do mesmo. Esta etapa é dedicada ao planejamento das etapas/condições e recursos necessários para o encerramento do projeto com a devida: (i) desmobilização das equipes montadas; (ii) desmobilização dos escritórios e demais estruturas/serviços montados e contratados; (iii) devida comunicação do fim do projeto para os atingidos e demais stakeholders do projeto; (iv) verificação e documentação das entregas inicialmente previstas; (v) prestação de contas do recurso alocado.

Produto: um plano de encerramento do projeto.

IMPLANTAÇÃO DAS ESTRUTURAS E RECURSOS DE TRABALHO

a) Contratação de Recursos Humanos

A qualidade, multidisciplinaridade e comprometimento com as demandas dos atingidos são pré-requisitos fundamentais para a formação da equipe técnica do NACAB. O dimensionamento da equipe se fundamenta na necessidade de um acompanhamento ativo e cotidiano das pessoas e comunidades atingidas, visando definir um corpo de profissionais que seja numericamente suficiente para garantir um atendimento de qualidade. O NACAB defende que cada técnico da área social se torne referência para as famílias que acompanhará ao longo do processo de reparação.



Para que isso seja possível, nossa experiência de 17 anos assessorando atingidos por barragens, atesta que cada técnico deve acompanhar até, no máximo, 60 famílias. Esta razão é que vai permitir ao técnico construir uma relação de confiança, com qualidade na comunicação, nos registros e acompanhamento das demandas, bem como na construção dialogada de alternativas para a reparação. O acolhimento e escuta, de forma customizada e estreita garantirá a qualidade na mobilização social e, por consequência, na coletivização de demandas.

Entendemos que o aumento do número de famílias por técnico pode significar sobrecarga de trabalho, alta rotatividade de mão de obra, aumento de custo e comunicação falha. As consequências podem ser desastrosas, implicando na deslegitimação e no enfraquecimento da assessoria técnica, o que compromete a paridade de forças entre as partes e o direito ao contraditório das comunidades atingidas. Tal contexto significa terreno fértil para o crescimento da pobreza, dos conflitos, das opressões, das desesperanças, das desinformações e desmobilizações sociais.

Alguns aspectos constituintes da equipe técnica devem ser observados:

Multidisciplinaridade: os profissionais devem ser de variados campos disciplinares e vertentes de formação, selecionados para atender à multidimensionalidade dos danos e das ações necessárias ao processo de reparação integral;

Interdisciplinaridade: os profissionais contratados, diante da interdependência dos fatores de danos, devem atuar em prol de uma articulação disciplinar, o que requer capacidade de escuta e trabalho em equipe;

Compromisso social: o comprometimento com a defesa dos direitos dos atingidos deve ser fundamento do trabalho da equipe técnica, a fim de evitar o desvirtuamento da atuação da ATI;

Experiência em trabalho com coletivos e comunidades: os profissionais da equipe técnica, em decorrência da natureza coletiva e participativa da ATI, devem preferencialmente ter experiência em trabalho com comunidades e outros coletivos sociais, assim como com produção compartilhada de conhecimento e ações sociais;

Capacidade de atendimento: o dimensionamento da equipe técnica se fundamenta na necessidade de um acompanhamento ativo e cotidiano das pessoas e comunidades atingidas, visando definir um corpo de profissionais que seja numericamente suficiente para garantir um atendimento de qualidade.

Para atuação na Região 3, tendo como base experiências anteriores e estudos de logísticas e dinâmicas territoriais, consideramos que o dimensionamento inicial ideal seja 1 (um) técnico para cada 60 famílias. Neste caso, prevê-se que cada família tenha pelo menos 1 (uma) visita de acompanhamento por mês, o que equivale a três visitas diárias em média por técnico por edificação mensal. Essa frequência pode mudar de acordo o índice de vulnerabilidade. A descrição detalhada dos perfis profissionais e de suas funções, bem como do organograma geral, estão no tópico Recursos Humanos. As atividades previstas para etapa são:



1. Realização de pesquisa de salários por empresa especializada a fim de que o NACAB estabeleça uma política de salários em compatibilidade com o mercado e em atendimento às exigências do termo de compromisso firmado com as Instituições de Justiça, proporcionando condições de justa remuneração aos profissionais ante as exigências da função/cargo, visando garantir a permanência e motivação das equipes.

2. Contratação de equipe com as especificações técnicas demandadas;

3. Análise preliminar de todo o material de estudos e pesquisas e documentação produzidos no âmbito da reparação pela Vale S.A. e instituições de justiça e fiscalização ambiental, a ser referência técnica inicial para o desenvolvimento das ações aqui previstas;

4. Realização de treinamentos da equipe técnica mobilizada para alinhamento das ações e atividades previstas no Plano de Trabalho;

b) Aquisição de Bens Duráveis

O desempenho das atividades de ATI exigirá a aquisição de bens duráveis para sua concretização, conforme previsto no capítulo de orçamento deste plano de trabalho, envolvendo o estabelecimento de condições ambientais de trabalho adequadas (conforto, ergonomia, segurança, higiene) para as equipes técnicas nos locais de realização das atividades; recursos tecnológicos para processamento e operacionalização dos trabalhos da equipe técnica; recursos tecnológicos de comunicação entre os atingidos e as equipes técnicas, possibilitando o diálogo e construção coletiva, cuja necessidade se tornou mais premente, ante a pandemia da COVID-19; e recursos para realização de reuniões e encontros com os atingidos e nas comunidades, dentre outros.

Os regramentos para aquisição de bens são os pertinentes às exigências contidas no Termo de Compromissos com as Instituições de Justiça, complementadas pelas orientações expedidas por estas e o Regulamento e Princípios de Compras e Contratações (RPCC) do NACAB.

Todas as atividades, ações, aquisições ou compras de bens e as contratações de obras, serviços e trabalhadores necessários às finalidades do NACAB reger-se-ão pelos princípios da ética, legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade, razoabilidade, eficiência e isonomia.

O NACAB possui um setor de compras específicos que cuidará da execução dos procedimentos na aquisição de bens duráveis, sempre atento às melhores condições de mercado e visando obter as condições mais vantajosas para execução das finalidades almejadas.

Caberá ao NACAB a correta destinação, conservação e manutenção dos bens para o devido uso nas atividades. Após a finalização dos trabalhos da ATI, os bens terão a destinação apropriada conforme previsto no Termo de Compromisso firmado com as Instituições de Justiça.



c) Aquisição de Bens não Duráveis

Os bens não duráveis serão aqueles consumidos e exauridos na realização das atividades.

Assim, como os bens duráveis, a aquisição destes bens seguirá o regramento estipulado no Termo de Compromisso firmado com as Instituições de Justiça, orientações expedidas e o previsto no RPCC do NACAB.

Estas atividades ficarão a cargo do setor de compras do NACAB que promoverá as devidas diligências para cumprimento das exigências previstas e obtenção das condições mais vantajosas, conforme as práticas de mercado.

d) Estruturas Física para Operacionalização das Atividades

As equipes técnicas do NACAB irão se relacionar cotidianamente com as comunidades, o que requer proximidade física para garantir atendimento, instrumentalização e construção coletiva efetivas. Em termos de estrutura física, iremos trabalhar com um escritório gerencial, um administrativo e institucional, que também abrigará a gerência de qualidade da água e avaliação de riscos à saúde, três escritórios centrais e também com estruturas locais adaptadas, garantindo assim, acesso constante aos atingidos e qualidade no suporte técnico.

Os escritórios centrais consistem em estruturas voltadas às operações de gabinete da equipe técnica do NACAB, tendo a amplitude e infraestrutura necessárias para abrigar a gestão do trabalho territorial, do atendimento, do diagnóstico, do acompanhamento e da avaliação ao longo do processo de reparação. Eles ficarão instalados em municípios com capacidade de oferta de serviços, infraestrutura e recursos humanos, que também são estratégicos em termos de logística de atendimento.

As estruturas locais adaptadas consistirão no espaço físico privilegiado para os atendimentos e acolhimento das pessoas e famílias atingidas. Logo no período de estruturação da Assessoria Técnica Independente do Nacab, a partir do diálogo com as comissões de atingidos, serão identificados as estruturas comunitárias passíveis de adaptação para servir de espaço físico de atendimento e acolhimento aos atingidos pela equipe do Nacab, a exemplo de escolas, centros comunitários, galpões, etc. Nos casos em que não houver nenhuma opção adaptável, a ATI, conjuntamente com a comissão de atingidos, irá improvisar estruturas para garantir o atendimento e acolhimento das famílias, em perspectiva coletiva e individualizada.



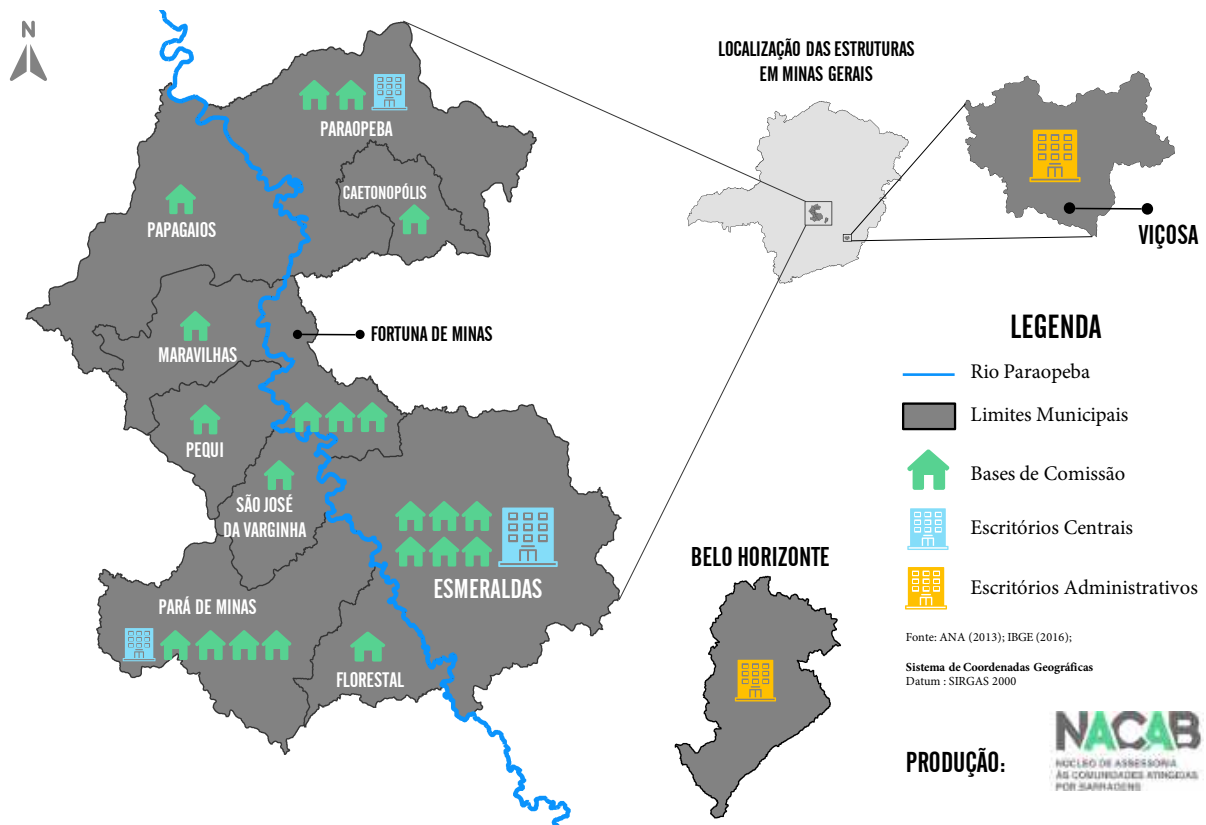


Figura 12: Localização das estruturas operacionais do Plano de Trabalho de Assessoria Técnica.

As tabelas abaixo objetivam a abrangência territorial dos escritórios centrais:

Tabela 5 : Municípios e comissão de atingidos do Escritório Central de Pará de Minas.

ESCRITÓRIO CENTRAL DE PARÁ DE MINAS	
MUNICÍPIO	COMISSÃO DE ATINGIDOS
Pará de Minas	Córrego do Barro
	Chacreamento Paraopeba
	Chacreamento Vargem Grande
	Muquém
Florestal	Valentim, Ribeirão do Ouro e Marinheiros
São José da Varginha	Cachoeirinha, Fundão, Mata da Juliana e Mata das Macenas
Pequi	Soledade e Pindaíbas
Fortuna de Minas	Beira Córrego
	Córrego da Areia
	Três Barras
Maravilhas	Maravilhas
Papagaios	Papagaios



Tabela 6 : Municípios e comissão de atingidos do Escritório Central de Esmeraldas.

ESCRITÓRIO CENTRAL DE ESMERALDAS	
MUNICÍPIO	COMISSÃO DE ATINGIDOS
Esmeraldas	Vista Alegre
	Taquara
	São José
	Riacho
	Padre João, Vinhático, Bambus
	Cachoeirinha

Tabela 7 : Municípios e comissão de atingidos do Escritório Central de Paraopeba

ESCRITÓRIO CENTRAL DE PARAPEBA	
MUNICÍPIO	COMISSÃO DE ATINGIDOS
Paraopeba	Produtores Rurais
	Comunidade Quilombola de Pontinha
Caetanópolis	Shopping da Minhoca

O escritório gerencial, localizado em Belo Horizonte, tem como objetivo centralizar a equipe gestora do Plano de Trabalho da Assessoria, assim como viabilizar e facilitar os trabalhos de relacionamento cotidiano necessários com as demais partes envolvidas no acompanhamento e desenvolvimento das ações, a saber:

- Instituições de Justiça autoras;
- Demais Instituições de Justiça;
- Comitê Técnico da UFMG
- Juizado da Sexta Vara de Fazenda Pública;
- Vale S.A.

Por fim, o escritório administrativo e institucional, localizado em Viçosa, objetiva abrigar a coordenação geral institucional e toda a estrutura administrativo-financeira gerencial, dada a proximidade da diretoria da entidade, que acompanha e autoriza as transações. Pela proximidade da UFV, a gerência de qualidade da água e avaliação de risco à saúde também ficará lotada nesta estrutura.

Os equipamentos e materiais necessários ao desenvolvimento do trabalho estão devidamente descritos no item orçamento. O NACAB buscará realizar compras locais, a fim de promover distribuição do recurso adquirido nos territórios atingidos. O formato de distribuição/doação será acordado de forma dialogada com as comissões.



e) Contratação de Serviços

Na execução do plano de trabalho está prevista a contratação de serviços para consecução dos trabalhos da ATI e alcance das finalidades propostas.

As contratações seguirão as exigências previstas no RPCC do NACAB bem como no Termo de Compromisso e Orientações expedidas pelas IJs, visando garantir processo de contratação isonômico e impessoal e em preços médios condizentes com a prática de mercado, sempre alicerçado nos pilares da transparência e obtenção da condição mais vantajosa para alcance dos objetivos e finalidades planejados. Esta atribuição caberá ao setor de compras do NACAB.

PLANO DE PESQUISA DO DIAGNÓSTICO EMERGENCIAL DE CARACTERIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS E LEVANTAMENTO DE DANOS SOCIOECONÔMICOS, SOCIOAMBIENTAIS, PSICOSSOCIAIS E CULTURAIS

A Assessoria Técnica Independente possui objetivos que dizem respeito à produção de conhecimento sobre a realidade socioeconômica, socioambiental, psicossocial e cultural do território em que atuará. Mais especificamente, constituem objetivos da assessoria nessa seara:

- i. Identificação dos danos socioambientais, socioeconômicos, psicossociais e culturais decorrentes do rompimento da barragem B1 da Mina Córrego do Feijão e caracterização social, econômica, demográfica e cultural dos atingidos através de pesquisas diagnósticas quantitativas e qualitativas, de monitoramento e avaliação de dimensões pertinentes;
- ii. Promover a construção de conhecimento coletivo junto às comunidades para que possam participar dos processos de negociação por direitos de forma qualificada e com consciência ampla de sua realidade e suas reivindicações.

Além disso, por meio das pesquisas diagnósticas, produzir-se-á subsídios para a construção de novos parâmetros/critérios para a aplicação do auxílio emergencial.

Devido à complexidade das características socioeconômicas, demográficas, culturais e ambientais da Região 3, das diferenças internas do próprio território bem como da multiplicidade dos danos sofridos pelos atingidos, faz-se necessário unificar as diversas frentes de pesquisas propostas neste Plano de Trabalho em um único “Plano de Pesquisa do Diagnóstico Emergencial de Caracterização das Famílias e Levantamento de Danos Socioeconômicos, Socioambientais, Psicossociais e Culturais”. Este Plano visa organizar e orientar as pesquisas diagnósticas quanto aos objetivos compartilhados entre os diferentes campos do conhecimento, quanto aos desafios e ao percurso metodológico a ser implementado, quanto à otimização de tempo e alocação de recursos, sejam eles financeiros ou humanos. Ademais, a integração entre as diferentes frentes do diagnóstico se faz necessária para evitar “a fadiga de escuta” dos atingidos, minimizando a redundância de visitas para o levantamento de dados.



É importante enfatizar que este Plano de Pesquisa buscará estratégias para contornar as limitações impostas pelo contexto de pandemia vivenciado atualmente no Brasil . Nesse sentido, as medidas de isolamento instituídas pelas autoridades sanitárias nos níveis estadual e dos municípios da Região 3 impõem desafios substantivos de ordem metodológica, sobretudo no que diz respeito ao levantamento de dados primários junto ao público-alvo a ser investigado. A operacionalização da pesquisa neste contexto estabelece restrições que deverão ser superadas com inventividade e de forma dialogada tanto em instâncias de articulação dos trabalhos das assessorias técnicas, tais como a Coordenação Metodológica e Finalística e o GT Covid-19, como com os próprios atingidos.

A elaboração do Plano de Pesquisa se dará a partir da construção de um Grupo de Trabalho Intergerencial (GTI) visando a conjugação multidisciplinar das competências da equipe técnica da Assessoria. Esse GTI trabalhará a partir de dois eixos distintos, que ao final do processo será unificado em um todo coerente que explicita as interações entre as dimensões humanas e ambientais, quais sejam: **Eixo 1 - Plano de Integração de Pesquisa com Seres Humanos e, Eixo 2 Plano de Integração de Pesquisas Sobre Meio Físico e Biótico.**

Dessa forma, constituem desafios a serem respondidos pelo “GTI Plano de Pesquisa”, dentre outros:

i. construir um “framework” teórico, conceitual, metodológico e empírico para a consecução das diferentes frentes de trabalho do diagnóstico. Para tanto, prevê-se a realização de estudos de casos, nacionais e internacionais, sobre desastres socioambientais; levantamento de bibliografia “estado da arte” sobre pesquisas de levantamento de danos e caracterização de populações atingidas; sistematização de dados primários (já produzidos pela ATI na fase de elaboração deste Plano de Trabalho) e secundários sobre danos e violações de direitos vivenciados no território de abrangência das pesquisas. Ao cabo dessas ações, pretende-se estabelecer as dimensões analíticas fundamentais bem como a variáveis de interesse a serem levantadas.

ii. construir um desenho metodológico de pesquisa contendo definição dos objetos de investigação (público-alvo no que diz respeito às pesquisas envolvendo seres humanos), plano de coleta de dados descrevendo as metodologias de levantamento de dados primários e secundários, quantitativos e qualitativos; e, por fim a construção inicial de instrumentos de levantamento de dados bem como de protocolos de abordagem com os sujeitos da investigação.

iii. construir o planejamento operacional dos diagnósticos contendo o levantamento das necessidades em termos infraestrutura, equipamentos e recursos humanos, cronograma das investigações, elaboração de ações de comunicação e relacionamento com os atingidos visando informá-los sobre a importância da participação ampla e informada nesses diagnósticos.

A) Eixo 1 - Elaboração do Plano de Integração de Pesquisa com Seres Humanos



Como supracitado, dada a complexidade do território e dos danos causados pelo rompimento da Barragem B1 da Mina Córrego do Feijão em Brumadinho, faz-se necessária a realização de uma série de pesquisas diagnósticas que ofereçam uma clara contextualização da atual realidade da Região 3, o que fundamentará diversas ações a serem desenvolvidas pela assessoria técnica do NACAB bem como subsidiará as Instituições de Justiça no processo de reparação integral dos danos sofridos pelos atingidos.

Além disso, as pesquisas empreendidas no âmbito da ATI visam produzir os dados necessários para que as pessoas e comunidades atingidas possam participar de maneira informada nas diversas situações que envolvem o processo de reparação, e tenham seu protagonismo qualificado na proposição de planos e medidas que vislumbram a retomada de modos de vida e projetos econômicos.

Neste contexto, pesquisas serão atividades de suma importância na condução da assessoria técnica para orientar os atingidos nos processos de negociação sobre a trajetória da reparação individual, coletiva e também para o desenvolvimento territorial, incluindo alternativas econômicas e alternativas de restauração ambiental.

No que diz respeito à pesquisa que envolve seres humanos, apresentamos alguns eixos estruturantes da investigação que serão objeto e reflexão nos trabalhos de elaboração do Plano de Pesquisa.

1. Caracterização social, econômica, demográfica e cultural dos atingidos
2. Caracterização sociocultural das comunidades quilombolas, povos tradicionais e do patrimônio cultural da Região 3
3. Diagnóstico dos danos socioeconômicos, socioambientais, psicossociais e culturais causados aos atingidos pelo rompimento da barragem
4. Levantamento dos ativos locais, vocações econômicas e caracterização de danos às cadeias produtivas regionais
5. Identificação de políticas públicas que possam auxiliar no desenvolvimento territorial
6. Construção participativa de critérios para realização do pagamento emergencial e recebimento dos auxílios emergenciais (DRP)

B) Eixo 2 - Elaboração do Plano de Integração de Pesquisas Sobre Meio Físico e Biótico

Pesquisas sobre meio físico e biótico possuem caráter quantitativo e qualitativo e possibilitam conhecer a realidade ambiental de uma determinada região. O conhecimento da realidade contribui de maneira significativa para a construção da cidadania ambiental, uma vez que seus elementos são fundamentais para a tomada de decisão por atores públicos e privados na elaboração de alternativas de transformação no sentido de harmonizar a relação entre as pessoas e estas com o meio ambiente. Tendo em vista que o meio ambiente é a base da sobrevivência humana, é fundamental a realização de pesquisas que ofereçam um panorama das condições ambientais e que subsidiem a implementação de medidas de reparação integral dos danos na Região 3. Nesse sentido, todas as linhas de pesquisas sobre meio físico e biótico apresentadas neste Plano de Trabalho se baseiam nas primeiras deman-



das apontadas pelos atingidos da Região 3 durante o Campo de Escuta. Ademais, ressalta-se que a importância dessas pesquisas se baseia na interdependência entre ser humano, água, solo, ar, fauna e flora, concretude essa que se torna mais evidente a partir das consequências sistêmicas e negativas do rompimento da barragem B1 da Vale S.A.

Salienta-se que os estudos que serão apresentados no âmbito do Plano de Integração de Pesquisas Sobre Meio Físico e Biótico atendem às especificidades da realidade dos atingidos da Região 3 e, portanto, suplementam as análises feitas por outras instituições, enriquecendo as discussões acerca dos danos causados pelo rompimento da barragem da mina do córrego do Feijão. Ademais, o atendimento integral das demandas dos atingidos implicará na construção, adaptação e implementação de metodologias atinentes às peculiaridades locais, respaldando a participação informada dos atingidos no processo de reparação integral. Embora os objetivos dos estudos a serem realizados pelo NACAB estejam centrados prioritariamente no atendimento às demandas dos atingidos, os resultados dos estudos produzidos pelas diferentes instituições, tais como Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM), Serviço Geológico do Brasil (CPRM), Agência Nacional de Águas (ANA), Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais (Copasa), Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA), Comitê Técnico-Científico da UFMG, AECOM, Ramboll, entre outras entidades notórias, serão considerados como elementos de referência para análises comparativas, fornecendo o embasamento necessário para formulação de teses, antíteses e, quando couber, sínteses.

Dentre os eixos que compõem a pesquisa envolvendo meio físico e biótico e que serão trabalhadas na elaboração do Plano de Pesquisa, encontram-se:

1. Diagnóstico dos danos socioambientais causados pelo rompimento sobre os fatores bióticos e abióticos da Região 3
2. Diagnóstico Territorial Socioambiental
3. Diagnóstico dos prejuízos e interrupções de abastecimento e captação de água pós-rompimento
4. Diagnóstico dos conflitos por uso e apropriação de recursos naturais causados direta ou indiretamente pelo rompimento

ELABORAÇÃO DO PLANO DE PARTICIPAÇÃO, ENGAJAMENTO E COMUNICAÇÃO

A elaboração de um Plano de Participação, Engajamento e Comunicação é uma ação de ordem primária da ATI, ligada ao objetivo 7 que é *“Comunicar de forma eficaz todos os fatos e processos que influenciam o processo de reparação integral dos danos sofridos e garantir o direito à informação qualificada e o protagonismo das pessoas, comunidades na produção, interpretação e compartilhamento de conteúdos informativos.”* Este plano é um compilado que contempla a entrega de outros produtos menores, aqui chamados de “microações” que serão abaixo discriminados.

O primeiro a ser aqui descrito é o Plano de Comunicação Midiática. O objetivo deste plano específico é conhecer os hábitos de comunicação no território, as mídias e linguagens mais pregnantes e os prin-



cipais problemas de ordem comunicacional mapeados no território. Esse compilado de informações coletadas em pesquisa, somadas a dados socioeconômicos, demográficos e culturais da região, permitem entender o público e ser mais assertivo, tanto no modelo de entrega das informações inerentes ao projeto, quanto na construção do melhor modelo de participação social e engajamento. Além disso, a criação deste guia comunicacional possibilita o melhor preparo da equipe técnica da ATIR3 e das comissões de atingidos para o desenvolvimento das atividades com qualidade técnica, uniformidade em toda a região e bases político-metodológicas sólidas.

Outro produto previsto para ser realizado neste momento inicial é a Construção de uma Identidade Visual que represente a ATI R3. Este produto será feito externamente com uma contratação pontual. A identidade visual é a primeira sintetização simbólica das informações coletadas no plano de comunicação midiática e tem o objetivo de gerar coesão e rápida identificação comunicacional junto aos atingidos, atores institucionais e todo o público de interesse.

Outro plano que precisa de ser elaborado de modo preparatório é o Plano de Ação da Demanda Emergencial. Desde as primeiras consultas às pessoas e comunidades atingidas, a equipe envolvida na construção deste Plano de Trabalho está recebendo demandas emergenciais e sendo acessada por telefone e redes sociais pelos atingidos. Tendo isso em vista, foi mapeada a necessidade de fixar diretrizes que garantam a qualificação e acolhimento das demandas, sendo necessário portanto o planejamento de fluxos, a concentração das informações em canais específicos e a construção de instrumentos para que as demandas e informações não fossem perdidas ao longo tempo.

Integrado a este plano está prevista a Implementação de um Sistema para gestão das manifestações das pessoas e comunidades atingidas. Esse sistema materializa todo um fluxo de acolhimento e tratamento das demandas e se configura como um instrumento que reforça a importância do cuidado com a memória dos atingidos. Além do armazenamento seguro dos dados, o sistema facilita o processo de monitoramento das tratativas e acompanhamento dos status de cada uma dessas solicitações. Assim é possível construir um relacionamento responsável com as pessoas e comunidades atingidas.

Um ponto ainda não abordado nas questões que tangem o Plano de Participação, Engajamento e Comunicação é a pandemia do novo coronavírus que implica em uma série de mudanças nos modelos anteriormente previstos para comunicar e gerar participação. Uma vez que as equipes devem trabalhar, pelo menos em um primeiro momento, em regime de *home office*, os benefícios da comunicação face a face são perdidos e alguns problemas naturais de comunicação se intensificam. Presencialmente é mais fácil gerar empatia entre os colaboradores do projeto, compreensão quanto às atividades necessárias, cooperação e coesão no trabalho. Todavia, quando o trabalho é transferido integralmente para a esfera digital, essa parte importante da comunicação se perde. É necessário então criar estruturas mais metódicas de comunicação para não perder o controle dos fluxos e evitar desentendimentos e rusgas. O Fluxograma de Comunicação Organizacional determina os canais, aplicativos de suporte, linguagem e o fluxo ideal de comunicação dos interlocutores no projeto. Este guia deve ser acompanhado por um treinamento interno e monitorado frequentemente do cumprimento das instruções ali determinadas para realizar ajustes e reforçar o uso.



A definição das estruturas, condições e Arranjos de Participação Comunitária também têm se revelado um grande desafio para a atuação das ATIs, já que a cultura política local acaba por influenciar os resultados destes processos. É imprescindível portanto que o tema “participação” seja constantemente revisitado junto às comunidades, para que neste processo os atingidos reflitam sobre e transformem sua cultura política local de forma não arbitrária.

Neste contexto de pandemia, garantir isso ficou ainda mais desafiador, dada a impossibilidade de realizar reuniões comunitárias presenciais e a real dificuldade na tradução desse modelo para outras esferas, tendo em vista a limitação ou impossibilidade de acesso às infraestruturas comunicacionais por parte dos atingidos, principalmente aqueles que vivem em comunidades rurais. Por isso, os arranjos de participação deste plano de trabalho se ocupam em levar em consideração este embargo e prevêem formas personalizadas à realidade de cada comunidade, de modo que garanta engajamento, protagonismo e participação. Além disso, estamos promovendo e participando de discussões com as outras ATIs, Instituições de Justiça e o Comitê Metodológico sobre possibilidades de realocação de recursos relacionados à logística e custeio - que não serão empenhados com mobilidade dos técnicos em campo neste momento de pandemia - para qualificar o acesso das comissões à infraestrutura de relacionamento remoto (wi-fi, computadores, celulares, pacotes de dados etc). Estão sendo realizadas consultas às comissões sobre um modelo de relacionamento à distância e diagnósticos com dados secundários sobre a infraestrutura disponível e possíveis formas de incremento desta para facilitar o acesso a internet e redes de telefonia.

Além da estrutura de comunicação, estamos planejando momentos de formação das comissões a fim de discutir o papel da comissão de atingidos no processo de reparação. Esses grupos, organizados para elegerem a assessoria técnica, serão instigados a refletir sobre os conceitos de representação, participação, comunicação comunitária e mobilização. Os arranjos de participação, as demandas e necessidades de formação serão discutidas e definidas com consulta às comissões e comunidades. A forma de participação e representação em reuniões e fóruns intercomunitários e demais instâncias de decisão também será fruto de uma (co)construção com os atingidos.

Outra ação preparatória incluída no Plano de Participação, Engajamento e Comunicação é o Mapeamento de Atores Político-Institucionais Locais. No entendimento desta ATI, o processo de reparação não pode ser pensado apenas com o objetivo de retomar às condições de vida das pessoas e comunidades atingidas ao cenário anterior ao desastre-crime. É preciso ir além: promover e fomentar a resiliência comunitária e desenvolver os territórios atingidos. Nós acreditamos que o desenvolvimento territorial só é possível se for sustentável - tanto no sentido ambiental, social e econômico quanto ao longo do tempo - e tiver o engajamento e participação das pessoas que vivem nesses territórios. Nesse sentido, é muito importante considerar a existência e fomento de redes locais.

O mapeamento desses atores locais de maneira preparatória às atividades que serão executadas pela ATI, é muito importante para conhecer os atores políticos-institucionais locais e fomentar uma estratégia de relacionamento que seja mais aderente ao cenário de atuação. Esse mapeamento será feito com a participação dos atingidos e com o protagonismo destes, tanto para o melhor aproveitamento possível das informações, tanto como um dos passos para uma formação política que possa fomentar a resiliência comunitária.



a) Análise e disponibilização dos documentos produzidos até o momento no curso da Ação Civil Pública para embasar o desenvolvimento das ações previstas

Considerando a necessidade de estruturar o trabalho da Assessoria Jurídica e o objetivo de garantir o caráter informacional da Assessoria Técnica Independente, o planejamento das atividades da Assessoria Jurídica contará com a participação da equipe jurídica na análise dos documentos produzidos no curso das Ações Cíveis Públicas. Tal expediente é importante para ensejar o alinhamento de informações referentes aos diversos aspectos jurisdicionais e processuais que impactam direta ou indiretamente o trabalho da ATI.

Para assegurar o acesso a essas informações por todos os setores da ATI, será feita a reunião dos principais documentos da Ação Civil Pública em curso, nº 5010709-36.2019.8.13.0024, para que os membros da equipe NACAB possam acessá-los e analisá-los. A necessidade deste arquivamento se dá pela garantia de que as pessoas que chegarão para contribuir com o trabalho terão acesso às informações, de forma que possam estar familiarizadas com o processo histórico em torno da Ação Civil Pública - seus avanços e retrocessos, conquistas e perdas. Garante-se, assim, a preservação da memória e da linearidade dos fatos e encadeamento de seus desdobramentos para a execução dos trabalhos de ATI.

b) Desenho institucional e definição territorial da equipe da Assessoria Jurídica

Na seara das ações preparatórias, também será realizado o desenho institucional da equipe da Assessoria Jurídica, a partir da verificação do número de atingidos por território, para garantir a melhor distribuição da equipe, considerando as possíveis demandas em cada base da Assessoria Técnica Independente.

A importância desse desenho se dá pela necessidade de buscar fluxos para disseminação de informações, descentralização do acolhimento e resolução de demandas e colaboração entre os membros. O correto dimensionamento das equipes de base busca dispensar equitativamente no território o acolhimento e atendimento jurídico para responder da melhor forma aos anseios dos atingidos.

c) Alinhamento de informações para início da atuação da Assessoria Jurídica

Fazer com que colaboradores, independentemente do seu ponto de atuação, estejam bem alinhados informacionalmente, envolvidos com os desafios do dia-a-dia, bem como com o objetivo de futuro da ATI, é um desafio que deve ser enfrentado desde o início da atuação da assessoria.

Alicerçado no objetivo informacional, a Gerência Jurídica promoverá reuniões para fomentar o alinhamento de informações na equipe. Em tais reuniões visa-se promover a troca de informações, de forma a assegurar o nivelamento acerca do curso dos processos judiciais. Essas ações serão realizadas



de forma a garantir que o trabalho de campo seja fundamentado nas discussões mais atuais em torno do processo judicial e da reparação.

APOIO JURÍDICO AO SETOR ADMINISTRATIVO DO NACAB

Caberá ainda, à Assessoria Jurídica, o apoio nas rotinas administrativas do NACAB, envolvendo as atividades meio que darão suporte ao funcionamento da entidade e cumprimento da sua atividades fim, envolvendo os procedimentos de contratação de pessoas, serviços e aquisição de bens, além do suporte na gestão de pessoas (trabalhistas e previdenciários) e recolhimentos de tributos e contribuições decorrentes do desempenho das atividades.

PLANEJAMENTO DAS FORMAÇÕES CONTINUADAS

Ao definir pela formação de equipes multidisciplinares, e considerando todas as complexidades que envolvem o trabalho de uma assessoria técnica independente, o Nacab prevê um “Plano de Formação Permanente”, sistemático, voltado para capacitar sua equipe técnica. Ele visa fixar diretrizes orientadoras das formações e definir ações necessárias para uma capacitação continuada.

Estes espaços formativos, também tem um caráter avaliativo e de monitoramento, buscando promover a integração entre as ações desenvolvidas, aprofundar e nivelar conceitos, de forma que promova uma unidade na ação institucional, levantando novas demandas de capacitação e definição dos conteúdos estratégicos. Considerando a diversidade dos diferentes campos de atuação profissional da equipe técnica, será realizado um mapeamento de ativos internos para identificar expertises dos profissionais envolvidos, de modo que possa potencializar a ação formativa do conjunto da equipe. Este trabalho será realizado a partir da constituição de um Grupo de Trabalho Interno - GTI intergerencial, coordenado pela gerência de desenvolvimento territorial e agroecologia com a participação da coordenação geral na tomada de decisões.



BLOCO 2 : AÇÕES EMERGENCIAIS

O Eixo Ações Emergenciais tem como objetivo atuar no escopo do processo emergencial de reparação de pessoas e comunidades da Região 3 atingidas pelo rompimento da Barragem da Vale S.A da Mina Córrego do Feijão em Brumadinho.

Conforme descrito no item “Danos Apontados por Pessoas e Comunidades Durante o Campo de Escuta”, é urgente e necessário a execução de medidas por parte da Assessoria Técnica voltadas à interrupção de violações de direitos pela Vale S.A. É inequívoco o fato de que a interrupção do uso do rio Paraopeba ocasionou uma série de transformações, constrangimentos, frustrações, prejuízos e sofrimentos àquelas pessoas e comunidades que dependem direta ou indiretamente da água, vazante, lazer, turismo, paisagem e memória que este importante afluente do rio São Francisco historicamente ofereceu. A equipe técnica do NACAB, ao longo das suas incursões à região, primeiramente no contexto do processo de escolha da assessoria técnica, e num outro momento, já durante as atividades participativas de construção do Plano de Trabalho, observou e registrou uma série de falhas e ineficiências relacionadas às medidas fundamentais para que o desastre não se amplie no tempo e no espaço, chamadas de apoio emergencial pela Vale S.A.

Os problemas são muitos e diversos. Como vimos, registramos desde falhas relativas à cobertura parcial de medidas, como auxílio financeiro e fornecimento de água mineral e insumos produtivos, à total ausência de qualquer medida, não obstante a urgência e liminaridade das pessoas e comunidades. Associadas à arbitrariedade e fragilidade de critérios, e também à ineficiência na aplicação de critérios e medidas previstas, as falhas nas ações emergenciais de reparação se tornaram, assim, uma preocupação central para a equipe técnica do NACAB.

Essa preocupação se deveu, primeiramente, por serem estes problemas o principal alvo de críticas, apreensão e sofrimento das pessoas e comunidades atingidas visitadas, mas também por serem dramáticas pela potencialidade que possuem de agravar e acumular os danos até então manifestados.

Essa preocupação já estava evidenciada na Ação Civil Pública instaurada pelas instituições de justiça, quando a mesma manifestava a gravidade dos danos e o risco de cumulatividade caso não fossem instituídas medidas de caráter emergencial, que envolve, dentre outros direitos, à assessoria técnica independente e à participação informada das pessoas atingidas. Segundo o MPMG:

Conforme demonstrado, está sendo preciso a intervenção judicial e de instituições públicas para obrigar a agravante a fazer o que deve ser feito: adotar medidas que garantam a sobrevivência e a dignidade dos atingidos. [...] Destarte, sob o influxo dessas considerações é premente observar que as medidas de apoio que a requerida deve prestar às necessidades emergenciais dos atingidos, têm demonstrado uma eficiência abaixo do desejado, o que enseja uma assessoria

técnica multidisciplinar independente para a identificação dos danos e sua adequada reparação dos prejuízos sofridos não só pela população de Brumadinho, mas por todos os atingidos ao longo da bacia do Rio Paraopeba (MPMG, 2019, p. 138).

A partir da manifestação das instituições de justiça sobre a urgência na tratativa de determinados danos que ferem frontalmente a sobrevivência e a dignidade das pessoas e comunidades atingidas, dado que envolve o próprio reconhecimento da ré Vale S.A, de sua responsabilidade quanto às medidas de reparação, consideramos que a assessoria técnica independente, no caso em discussão, o NACAB, não só é parte deste processo emergencial de reparação, mas é partícipe fundamental na resolução e reparação das diversas falhas, arbitrariedades e ineficiências das medidas emergenciais já identificadas e passíveis de identificação. Entendemos que a não concentração imediata nesses problemas, tal como inferido pela posição das instituições de justiça em relação à tutela provisória fundamentada em urgência e evidência, pode vir a acarretar no agravamento e cumulatividade dos danos, os deixando passíveis, por pura ineficiência e morosidade, de irreversibilidade.

Para tanto, serão realizadas frentes emergenciais:

1. Execução do Plano de Participação, Engajamento e Comunicação Emergencial
2. Execução do Diagnóstico Emergencial de Caracterização das Famílias e Levantamento de Danos Socioeconômicos, Socioambientais, Psicossociais e Culturais
3. Execução do Plano de Assessoria Jurídica

EXECUÇÃO DO PLANO DE PARTICIPAÇÃO, ENGAJAMENTO E COMUNICAÇÃO EMERGENCIAL

Os principais eixos de atuação deste plano foram descritos no bloco de ações preparatórias. As primeiras microações a serem realizadas são aquelas de caráter emergencial. Entre essas ações mais urgentes está o tratamento e encaminhamento de demandas emergenciais das pessoas e comunidades atingidas, o monitoramento do trabalho das comissões bem como o relacionamento com as comunidades e atores de interesse para a construção e manutenção do processo de reparação.

A instalação de estrutura operacional emergencial para acolhimento, acompanhamento e encaminhamento de demandas relacionadas ao cumprimento dos deveres da Vale S.A. para com os atingidos é nossa prioridade. A Vale S.A. não mostra mudanças em sua atuação negligente para com a vida de pessoas e a manutenção do território destruído pelo desastre-crime, mantendo todo o cenário em completa vulnerabilidade. As pessoas e comunidades atingidas não têm conhecimento claro sobre os critérios de pagamento emergencial; param de receber ração e silo sem explicação; bem como se paralisa a entrega de água para consumo, itens que são obrigações da empresa. Como se não bastasse, a atuação da Vale S.A. neste momento de restrições devido à pandemia do novo coronavírus, se mostra completamente irresponsável às normas de saúde pública propostas pelas secretarias de saúde dos municípios e governo de estado, realizando incursões às propriedades dos atingidos sem tomar os devidos cuidados.



Sendo assim, já estão em curso fóruns de discussão entre as ATIs, IJs e o Comitê Metodológico para alinhamento, monitoramento e construção dos fluxos de encaminhamento das demandas para as entidades responsáveis pela resolução. Entende-se que, com o contexto da pandemia, é importante que os movimentos em campo sejam sincronizados visando a preservação da saúde e da vida de todos e todas. Em reuniões com o Comitê Metodológico, foram previstas as seguintes datas¹ para o início de atividades presenciais:

- **Reuniões com grupos de até 10 pessoas**, mantendo cuidados de distanciamento social (afastamento, no mínimo de dois metros entre elas) e uso de máscara e disponibilização de álcool em gel nos ambientes, **só a partir de setembro de 2020**.
- **Visitas domiciliares** e entrevistas devem ser realizadas com um número mínimo de técnicos, mantendo cuidados de distanciamento social, uso de máscara e álcool em gel, **só a partir de setembro de 2020**.
- Seminários e assembleias, **só a partir de outubro de 2020**.
- Coleta de materiais em campo com contato mínimo com os atingidos devem ser realizados com um número mínimo de técnicos, mantendo cuidados de distanciamento social, uso de máscara e álcool em gel, **só a partir de 01/06/2020**.

Algumas ações emergenciais já tiveram início em consonância aos formatos que o contexto permite. Representantes das comissões estão sendo contactados por telefone e whatsapp regularmente para o acompanhamento do contexto, mapeamento de demandas urgentes e expectativas relacionadas ao trabalho desta ATI. As informações coletadas nessas conversas serão desdobradas em diversos produtos, como a sistematização de demandas coletivas e relatórios de monitoramento e acompanhamento das atividades que estão sendo executadas pela Vale S.A.

EXECUÇÃO DO DIAGNÓSTICO EMERGENCIAL DE CARACTERIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS E LEVANTAMENTO DE DANOS SOCIOECONÔMICOS, SOCIOAMBIENTAIS, PSICOSSOCIAIS E CULTURAIS

Para subsidiar as ações da ATI, a efetivação de medidas emergenciais bem como da ampliação da sua abrangência, é essencial a realização de um diagnóstico emergencial para a caracterização das famílias atingidas, para identificação de danos causados pelo rompimento da barragem e, decorrente dos anteriores, para construção de critérios de reparação. O Diagnóstico Emergencial é caracterizado pela concentração de esforços em estudos de curta duração voltados à identificação e análise dos principais problemas relacionados ao acesso aos apoios de caráter de urgência, considerando critérios já estabelecidos, pelo necessário levantamento de danos ao conjunto de atingidos (contemplados ou não pelo critério territorial), bem como a sistematização e análise de documentos que evidenciam os critérios de reconhecimento de pessoas e comunidades atingidas. De posse desses dados e após fazer uma análise crítica dos documentos, torna-se possível a rediscussão e negociação de critérios de re-

¹Todas as possibilidades de datas para início das atividades presenciais devem ser reavaliadas 5 (cinco) dias antes, podendo, considerando o avanço da pandemia, serem adiadas.



conhecimento das necessidades de acesso aos mecanismos de reparação emergencial, como o auxílio financeiro, o fornecimento de água para consumo humano e animal, o fornecimento de insumos e produtos, a orientação jurídica e o acolhimento psicossocial. Ainda no âmbito da pesquisa, de forma emergencial, será realizado um levantamento, por meio de dados secundários, sobre estudos e laudos socioeconômicos e socioambientais, provenientes da contaminação do rio Paraopeba, já realizados na região. As pesquisas diagnósticas emergenciais são apresentadas a partir de três distintas dimensões, quais sejam: socioeconômica, socioambiental e desenvolvimento territorial.

DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA

1. Caracterização social, econômica, demográfica e cultural dos atingidos

Uma parte considerável dos danos e demandas de reparação apresentadas pelos atingidos da Região 3 é relativo a aspectos socioeconômicos. O diagnóstico socioeconômico visa produzir conhecimentos sobre o perfil sociodemográfico, a dinâmica social e econômica em que as pessoas e comunidades atingidas estão inseridas, considerando as diversas escalas da vida social e os processos de afetação por danos sociais e ambientais decorrentes do rompimento da barragem e da interdição do uso e apropriação do rio Paraopeba.

Esses estudos serão desenvolvidos a partir de metodologias quantitativas (por amostragem) e qualitativas e irão não só evidenciar as transformações negativas decorrentes do comprometimento da bacia hidrográfica, mas como apontar as potencialidades em termos de oportunidades de desenvolvimento territorial.

Como dito neste documento na seção destinada à descrição do Plano de Pesquisa, as dimensões analíticas a serem investigadas serão determinadas a partir de uma criteriosa revisão bibliográfica, da realização de pequenos estudos de casos similares ao do presente objeto de investigação, além das informações empíricas sobre danos que já foram levantadas junto aos atingidos na fase de campo da elaboração do presente Plano de Trabalho desta ATI. Entretanto, de antemão, podemos apontar que algumas dimensões sociodemográficas serão objeto de levantamento sistemático de informações nesta etapa do diagnóstico, tais como aqueles relativos à caracterização do núcleo familiar atingido: endereço, nome completo de cada membro, sexo, parentesco, data e local de nascimento, nº de documento, CPF, escolaridade, situação ocupacional, renda, entre outras de mesma natureza.

2. Caracterização sociocultural das comunidades quilombolas, povos tradicionais e do patrimônio cultural da Região 3

Trata-se da realização de estudo etnográfico do processo de afetação por danos sociais e culturais, considerando alguns grupos sociais específicos: comunidades quilombolas, povos e comunidades tradicionais, territórios familiares, territórios de pesca e ritos religiosos. Para a realização do estudo serão realizadas técnicas de pesquisa qualitativas com os grupos já identificados e os que ainda serão identificados nas pesquisas emergenciais. Não se define a priori as metodologias a serem utilizadas. No entanto, pressupõe-se a utilização de métodos de ordem qualitativa de pesquisa, incluindo o uso



de grupos focais e outras técnicas como a cartografia social, diagnósticos rápidos participativos, entrevistas em profundidade, entre outras. A proposta desses estudos objetiva a compreensão das redes de sociabilidades, dos patrimônios culturais, das relações de parentesco, das dimensões do sagrado e das relações com o rio Paraopeba e outros elementos da natureza.

Cabe aqui ressaltar que todas as ações diagnósticas e intervenções a serem realizadas junto às comunidades quilombolas no processo de reparação, respeitarão a convenção 169 da OIT, que estabelece a necessidade de construir protocolos de consulta de forma participativa. Tal construção será realizada na etapa emergencial de execução do Plano de Trabalho.

3. Caracterização dos danos socioeconômicos e psicossociais causados aos atingidos pelo rompimento da barragem

O objetivo desse diagnóstico é levantar os danos provocados pela barragem da Vale junto aos núcleos familiares atingidos ao longo da Bacia do Rio Paraopeba, visando obter uma reparação justa e completa dos mesmos. Este diagnóstico será executado tanto na fase emergencial, quanto em momento posterior, visando subsidiar a construção de critérios de reparação. O conteúdo irá variar de acordo com a fase. De uma forma geral, a partir de metodologias quantitativas e qualitativas, ele irá realizar a identificação e caracterização os diferentes tipos de danos sofridos pelos núcleos familiares atingidos ao longo da Bacia do Rio Paraopeba, bem como caracterizar os tipos de atingidos. O conteúdo irá variar com as fases de sua execução. O diagnóstico de levantamento de danos provocados pelo rompimento da barragem irá contemplar, dentre outros, os seguintes aspectos:

- Caracterização das atividades econômicas do núcleo familiar atingido e eventuais impactos sofridos nessa dimensão;
- Eventuais danos sofridos pelo núcleo familiar atingido no uso de serviços públicos e infraestrutura local;
- Eventuais danos psicossociais, morais e imateriais sofridos pelo núcleo familiar atingido;
- Eventuais danos patrimoniais;

DIMENSÃO SOCIOAMBIENTAL

O relatório de pesquisa do diagnóstico emergencial socioambiental será organizado em quatro partes e os aspectos que o incorporam foram definidos com base nas preocupações e manifestações dos atingidos durante o campo de escuta e na expertise técnica da equipe de trabalho.

1. Diagnóstico dos Danos Socioambientais Causados pelo Rompimento sobre os Fatores Bióticos e Abióticos da Região 3

A primeira parte trata do Diagnóstico dos danos socioambientais causados pelo rompimento sobre os fatores bióticos e abióticos da Região 3 e tem o objetivo de compreender os danos ambientais causados pelo rompimento sobre os fatores bióticos e abióticos utilizando dados secundários provenientes de séries históricas pré e pós-rompimento. Diversos aspectos serão analisados como:





ÁGUA, RECURSOS HÍDRICOS E SEDIMENTOS

Considerando a necessidade de se fazer avaliações comparativas dos cenários “antes” e “depois” do rompimento da barragem B1 da Mina do Córrego do Feijão, bem como estabelecer bases comparativas com dados primários, serão pesquisados, compilados e analisados estudos e séries históricas oficiais de parâmetros físicos, químicos e biológicos da água e sedimentos do rio Paraopeba, bem como de seus afluentes. Como parte fundamental desse processo, serão compilados e avaliados os dados e informações produzidos pelo Comitê Técnico-Científico da UFMG. As informações levantadas, além de subsidiar critérios de apoio emergencial e medidas de reparação integral, serão periodicamente compartilhadas e discutidas com os atingidos e demais partes envolvidas.



SOLO

Considerando que o rompimento promoveu o carreamento de diversos materiais ao longo de extensos trechos de cursos d'água e que se desconhece com precisão as proporções de alastramento de possíveis contaminantes para além do leito fluvial, há que se considerar a necessidade de se caracterizar e conhecer a saúde dos solos da região, principalmente nas áreas de várzea do rio Paraopeba, antes e após o rompimento, tendo em vista ainda a aptidão da Região 3 para atividades agrossilvipastoris. Para tanto, devem ser realizadas consultas às documentos oficiais, como as produções do Comitê Técnico-Científico da UFMG, bem como outras fontes de pesquisas, trabalhos científicos e referências bibliográficas sobre o tema para a Região 3. As informações levantadas irão possibilitar a sistematização dos dados e elaboração de um cenário das condições pedológicas pretéritas e atuais, subsidiando ações de reparação integral. Os resultados desses levantamentos iniciais serão ainda compartilhados com os atingidos, objetivando esclarecer a situação atual dos solos da Região 3 e as conseqüentes repercussões sobre as atividades agrossilvipastoris.



AR

Durante o Campo de Escuta, os atingidos da Região 3 demonstraram preocupação com a qualidade do ar após o rompimento da barragem B1, devido à presença de material particulado em suspensão provenientes do rejeito seco e tóxico depositado nas margens do rio Paraopeba. Além disso, a maior movimentação de caminhões nas estradas de terra que dão acesso às zonas rurais, para atendimento às comunidades com problemas de abastecimento de água após o rompimento, tem resultado também no aumento de particulados em suspensão, o que é um motivo a mais de preocupação das comunidades atingidas, considerando os efeitos adversos dos poluentes atmosféricos na manifestação de doenças das vias respiratórias crônicas e agudas. Nesse sentido, faz-se necessário o levantamento da existência de registros das estações de monitoramento da qualidade do ar localizadas nas proximidades da Região 3 e, em caso de existirem séries históricas, avaliar possíveis alterações após o rompimento e suas repercussões sistêmicas sobre a saúde das populações humanas.





ICTIOFAUNA

De acordo com o Atlas Biodiversidade em Minas Gerais (2005), a bacia hidrográfica do rio Paraopeba apresenta uma alta riqueza de espécies de peixes. Além disso, muitos dos atingidos da Região 3 relataram a realização de atividades de pesca (lazer e/ou comercial) no rio Paraopeba. Com base nessas informações, serão realizados levantamentos sobre a riqueza e diversidade ictiológica do rio Paraopeba, correlacionando as informações obtidas com outros estudos que permitam identificar alterações locais pós-rompimento nas comunidades de peixes e, se possível, com destaque para o trecho do rio na Região 3 e para as espécies de importância socioeconômica para a população local.



ANIMAIS DOMÉSTICOS

Animais domésticos: durante o Campo de Escuta, vários atingidos demonstraram preocupação relativa aos prejuízos à saúde animal que a contaminação da água, solo e ar, proveniente do rompimento, pode acarretar. Além disso, alguns atingidos manifestaram não ter ciência dos resultados dos testes em animais domésticos que já foram realizados por alguns órgãos competentes (ex.: IMA), solicitando à ATI a busca e compartilhamento dessas informações, dada a importância regional na criação de animais destinados à alimentação humana (ex.: pecuária de corte e de leite e avicultura).



PRODUTOS VEGETAIS

Considerando-se os possíveis impactos advindos da infiltração e percolação do material existente no rio Paraopeba para as margens e outras áreas, há que se considerar a possível contaminação dos produtos vegetais destinados ao consumo humano provenientes tanto de culturas agrícolas quanto de formações nativas/naturais. Para tanto, será necessário avaliar o estado em que essas culturas e formações se encontram e buscar uma correlação entre elas e as decorrências dos danos no rio, objeto este que será alcançado por meio do levantamento de estudos realizados por órgãos competentes acerca da qualidade dos produtos vegetais na Região 3.

2. Diagnóstico Territorial Socioambiental

A segunda parte do relatório será composta pelo Diagnóstico Territorial Socioambiental. A realização desse diagnóstico permitirá compreender a dinâmica territorial da Região 3, identificando e classificando usos do solo relativos à ocupação humana para subsidiar a elaboração de novos critérios para o apoio emergencial e proposição de medidas socioambientais de reparação integral.

3. Diagnóstico dos Prejuízos e Interrupções de Abastecimento e Captação de Água Pós-Rompimento

O Diagnóstico dos prejuízos e interrupções de abastecimento e captação de água pós-rompimento, que compõem a terceira parte do documento, se justifica pelo fato de que a Região 3 abrange municí-



pios, como Paraopeba e Pará de Minas, que tiveram suspensas a captação de água no rio Paraopeba após o rompimento da barragem B1. Nesse sentido, faz-se necessária uma série de estudos, tais como: levantamento da situação de acesso aos recursos hídricos e usos da água por parte das comunidades atingidas; levantamento dos prejuízos socioambientais relativos às interrupções de abastecimento de água; elucidação das repercussões sistêmicas da paralisação das captações de água nas propriedades às margens do rio Paraopeba; mapeamento e levantamento das condições atuais de operação e qualidade da águas das estações de tratamento de água (ETAs) em funcionamento na Região 3; mapeamento sobre a segurança de fontes individuais / comunitárias de abastecimento de água, entre outros desdobramentos sobre a quantidade e qualidade dos recursos hídricos.

Para cumprir essas etapas será realizado um levantamento sistemático das outorgas e cadastros de uso insignificantes pertinentes dentro da Região 3, ligadas ao uso do rio Paraopeba, e um levantamento amostral com os produtores rurais que utilizavam a água, mas que não possuem outorga. Esse levantamento permitirá a construção de um panorama situacional pré-rompimento. Após o cumprimento dessa etapa, será realizado um levantamento das ações mitigatórias adotadas pela Vale S.A e outras instituições com o objetivo de validar tais ações, segundo os critérios construtivos, e avaliar os impactos e desdobramentos temporais destas ações.

4. Diagnóstico dos Conflitos por Uso e Apropriação de Recursos Naturais Causados Direta ou Indiretamente pelo Rompimento

E por fim, a quarta parte, o Diagnóstico dos conflitos por uso e apropriação de recursos naturais causados direta ou indiretamente pelo rompimento. Dentre os diversos conflitos socioambientais, destacam-se os que estão em torno do uso dos recursos naturais, dos problemas fundiários e as deficiências na articulação institucional dos territórios. Assim, será realizado inicialmente um mapeamento qualitativo e quantitativo dos conflitos que refletem interesses antagônicos e convergentes relativos à disputa material e simbólica pelo uso e apropriação de recursos naturais na Região 3. O mapeamento tem como objetivo a construção de um material cartográfico, bem como um diagnóstico que sirva de instrumento para defesa dos direitos e também de elaboração e execução de políticas voltadas à reparação dos danos, preservando a sustentabilidade e democratização da apropriação do território, bem como das condições naturais para os grupos política e economicamente fragilizados

DIMENSÃO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL AGROECOLÓGICO

Os danos provocados ao longo da Bacia do Paraopeba, afetou diretamente os modos de vida e produção das famílias, comprometendo suas fontes de renda e subsistência. Considerando a intervenção de outros agentes de desenvolvimento como a Vale, o Comitê Pró- Brumadinho do Governo de Minas, as gestões municipais, entre outros, em ações de reparação econômica é fundamental importância mensurar e identificar os danos coletivos e as condições encontradas em todas as comunidades impactadas. A dimensão do desenvolvimento territorial e agroecologia participa das ações de pesquisas e diagnóstico apresentando proposições que visam identificar e mensurar os danos coletivos e difusos vivenciados nas comunidades. Desta forma, buscando compreender os impactos, propor caminhos e soluções voltadas para que os atingidos possam ter assegurados a restituição dos seus modos de vida,



construindo proposições de soluções locais e de produção de informações que possam assegurar a tomada de decisões e definição quanto às medidas de reparação propostas, fortalecendo o protagonismo dos atingidos e de suas comunidades na construção de soluções. Portanto é fundamental promover o levantamento dos ativos locais, vocações econômicas e caracterização dos danos às cadeias produtivas regionais, novos modelos de desenvolvimento sustentável e implementação de políticas públicas efetivas nos territórios.

a) Construção participativa de critérios para realização do pagamento emergencial e recebimento dos auxílios emergenciais (DRP)

Compreendemos que no âmbito das ações emergenciais temos duas estratégias de que devem estar articuladas ao longo do trabalho da ATI. Primeiro, temos os casos em que o direito ao auxílio financeiro emergencial já está garantido, que são aquelas situações em que as pessoas atingidas encontram-se no interior da faixa de 1km a partir de cada margem do rio Paraopeba. Nesses casos, o trabalho volta-se para a efetivação dos direitos já estabelecidos em acordo judicial. Na outra frente de trabalho, situam-se os casos em que o reconhecimento dos direitos ainda não foram determinados, que são as situações de pessoas e comunidades atingidas que estão localizadas além dos 1Km. Nesses casos, as ações se concentram, sobretudo, na inclusão dessa população no rol de direitos concernentes aos auxílios financeiros emergenciais e reparação emergencial relacionadas ao consumo de água para uso humano e animal, assim como às atividades econômicas dependentes do rio e de suas áreas de várzeas.

A construção de critérios para fins de proposição no Plano de Reparação Emergencial é uma das atividades centrais do eixo Ações Emergenciais e será realizada de forma participativa, com base no DPRP e diagnóstico quantitativo e outras reuniões voltadas à este fim e validação dos resultados finais.

Diagnóstico e planejamento Rápido Participativo - DPRP

O Diagnóstico e Planejamento Rápido Participativo - DPRP é um método de pesquisa que permite conhecer a realidade e planejar intervenções a partir da geração de um conjunto de informações tendo as pessoas que constituem e a constroem os protagonistas da produção de conhecimento sobre a realidade que vivem. Assim, todas as etapas da produção do DPRP são preferencialmente realizadas com os integrantes da realidade ou dinâmica social, econômica, cultural e ambiental pesquisada.

O DPRP estabelece um processo dialógico, isto é, conforma uma relação de construção mútua de conhecimento na qual o grupo produz o diagnóstico para o próprio grupo, bem como o planejamento para ação. Quatro aspectos fundamentais que caracterizam o DPRP podem ser destacados: Autocognhecimento; mobilização; negociação; processo. Várias técnicas de pesquisas podem ser desenvolvidas durante o processo de DRP. A escolha da técnica a ser utilizada vai variar de acordo com o contexto e o objeto de pesquisa. Algumas delas são:



- Mapa
- Diagrama de Venn
- Calendário sazonal
- Travessia
- Entrevista semi-estruturada
- Matriz
- Diagrama de fluxo
- Diagramas históricos
- Ordenação de bem estar
- Rotina diária
- Diagrama de setores (“pizza”)

No contexto das ações emergenciais, se buscará compreender através do DPRP, preferencialmente, os aspectos históricos, socioespaciais, relacionais, ambientais e econômicos das comunidades e coletividades atingidas, tendo como foco a identificação de danos e dos problemas relacionados à reparação emergencial, bem como o levantamento de subsídios para construção dos critérios de reconhecimento emergencial de danos e atingidos.

Vale a pena lembrar que as metodologias dos diagnósticos mencionados acima serão construídas de forma integrada entre as gerências e executadas, principalmente, pelas equipes interdisciplinares de campo. Em função do contexto COVID-19 instaurado no país serão criadas estratégias metodológicas que possam contornar as limitações impostas por essa realidade. Na possibilidade de ocorrerem atividades de campo serão sempre respeitadas normas e medidas de segurança sanitária, prezando pela saúde dos atingidos e da equipe de trabalho.

EXECUÇÃO DO PLANO DE ACESSORIA JURÍDICA

a) Orientação jurídica emergencial

A partir do início do trabalho de campo, tendo em consideração o contexto da pandemia do novo coronavírus (COVID-19), a Assessoria Jurídica buscará garantir aos atingidos atendimentos individuais ou coletivos para acolhimento de demandas de caráter emergencial. O objetivo desta ação é a estimulação da rediscussão dos critérios para oferecimento do pagamento emergencial, negociando novos parâmetros para o reconhecimento de pessoas atingidas.

A partir destes atendimentos, as demandas serão tratadas verificando a necessidade de diligências ou a elaboração de orientações, e pedidos, visando a solução do problema apresentado. Dos expedientes encaminhados, também desdobrarão insumos para o aperfeiçoamento da apresentação de possíveis fatos e argumentos que possam alargar a margem do pagamento emergencial.

Considerando a condição atual da COVID-19, o atendimento presencial aos atingidos poderá ficar



prejudicado ou reduzido significativamente, sendo certo que no momento atual a orientação das Instituições de Justiça e Coordenadora Metodológica e Finalística das ATIs predita um possível retorno a campo somente após 30 de agosto (reuniões até 10 pessoas) e após 30 de setembro (reuniões de mais de 10 pessoas).

Tal cenário exige adequação das funções logísticas e de comunicação da ATI, para a construção de alternativas tecnológicas que permitam o acolhimento e atendimento a distância.

b) Elaboração da quesitação ao Comitê Técnico Científico-UFMG

A partir da decisão judicial proferida pelo Excelentíssimo Juiz da 2ª Vara da Fazenda Pública de Belo Horizonte em 05 de março de 2020, as ATIs passaram também a exercer a função processual de assistentes técnicos dos autores da causa, conservando, lado outro, as funções inerentes a assessoria técnica independente, quais sejam a de oportunizar uma melhor interface entre os substituídos e seus substitutos processuais através da participação informada.

As ATIs, portanto, incorporaram competências e prerrogativas próprias do Processo Civil Brasileiro, incidindo, portanto, no trabalho do perito judicial, dentre outras formas, através da quesitação.

Desde a investidura dessas competências e prerrogativas processuais, a assessoria tem buscado aprimorar suas metodologias para atuar junto ao Comitê Técnico Científico da UFMG - perito do Juízo. Internamente, a gerência jurídica tem coordenado esforços multidisciplinares envolvendo todas as demais gerências, no âmbito de um grupo de trabalho, para estudar as pesquisas e desenvolver crítica adequada a seu aperfeiçoamento. Através desse expediente, a gerência jurídica tem fomentado a construção de quesitos iniciais endereçados às pesquisas publicadas pelo Comitê Técnico Científico da UFMG.

Ao passo da seleção da proposta vencedora de cada uma das chamadas, abre-se o prazo de quesitação pelo Juízo, o NACAB elaborará quesitos iniciais que serão encaminhados à Coordenação Metodológica e Finalística (CMF), e posteriormente às Instituições de Justiça (autores dos feitos). A partir desse fluxo, garantir-se-á aderência e atenção às demandas vindas do território para possível influência nas pesquisas de modo a evitar seu descolamento da realidade.



BLOCO 3 : AÇÕES PERMANENTES

Neste bloco apresentamos as ações que perpassam toda a atuação do Nacab em relação às pessoas e comunidades da Região 3, ou seja, os procedimentos, práticas e técnicas dos processos nevrálgicos previstos neste plano de trabalho. As ações estão sintetizadas nos seguintes tópicos:

1. Execução do Plano de Participação, Engajamento e Comunicação
2. Acompanhamento da Execução de Projetos de Restituição e Desenvolvimento Territorial;
3. Monitoramentos socioeconômicos e socioambientais dos danos e reparações
4. Execução do Plano de Assessoria Jurídica Permanente;
5. Construção da Matriz de Danos

EXECUÇÃO DO PLANO DE PARTICIPAÇÃO, ENGAJAMENTO E COMUNICAÇÃO

A comunicação e a produção de informação em linguagem adequada às pessoas atingidas pelo rompimento da barragem da Mina do Córrego do Feijão, são pilares metodológicos estratégicos para a participação ativa e efetiva desses atores no processo de reparação dos danos sofridos. Diante da diversidade social presente no território, a comunicação deve ser pensada para reduzir as assimetrias informacionais em relação ao processo, tornando compreensível para as comunidades procedimentos, atores, técnicas e decisões que fizerem parte do caso.

Assim, visando proporcionar apoio e esclarecimento aos grupos de atingidos, serão desenvolvidas estratégias de comunicação que consideram as demandas e as particularidades das comunidades da Região 3, de acordo com o plano elaborado na etapa de ações preparatórias. Especialmente no contexto de pandemia, com a impossibilidade do relacionamento face a face, é preciso levar em conta ainda os hábitos de comunicação no território, as mídias e linguagens predominantes e as principais dificuldades para contato e acesso à materiais e meios de comunicação.

Tendo em vista a nova realidade, para promover envolvimento e participação das pessoas nas discussões, o planejamento de comunicação propõe o uso de mídias digitais, como redes sociais, site, blog e e-mail, mas também mídias offline, com a criação de produtos de múltiplo alcance, que estejam presentes nas regiões e que despertem diferentes sentidos para informar e estabelecer relacionamentos com o público. Abaixo listamos alguns canais e formatos mapeados como possíveis para serem utilizados neste processo, mas cabe destacar que após as pesquisas realizadas no Plano de Comunicação Midiática serão elencadas ações mais específicas e estratégicas à lógica de cada comunidade.



MÍDIAS DIGITAIS

Com a necessidade do isolamento social, as mídias digitais se tornaram a alternativa mais viável para a manutenção do relacionamento com as comunidades, ainda que tenha suas limitações de uso. Já se sabe que muitas comunidades não têm acesso à internet, quiçá sinal de telefone, o que dificulta ainda mais o relacionamento e a manutenção da informação absorvida por esses indivíduos neste cenário. Entendemos que, antes do rompimento da barragem, muitas famílias e indivíduos podiam viver sem a necessidade de ter hábitos de uso de internet ou telefone e que agora, com todos os processos que envolvem a reparação, eles se vêm obrigados a participar de esferas de debate e informação que antes não existiam em suas rotinas. Tendo isso em vista, a ATI tem buscado juridicamente a possibilidade de instalar pontos públicos de internet nas comunidades, bem como a disponibilização de chips de telefone, pois entendemos que estas são necessidades básicas para realização da participação.

Serão utilizadas redes sociais como whatsapp, facebook, instagram, mas também site próprio e de terceiros para publicar materiais informativos, questionários e realizar contatos com os atores estratégicos e locais. Já estão sendo utilizados aplicativos para a realização de videoconferências e conferências telefônicas. Procuraremos explorar dentro destes canais digitais, formatos e linguagens diversificados com conteúdos sonoros e visuais. Alguns exemplos de materiais que serão criados com o propósito informativo e veiculados em mídias digitais são:

1. Boletins quinzenais sobre o trabalho da ATI e novidades;
2. Criação de site, blog e redes sociais próprios da ATI R3;
3. Criação de conteúdos textuais, sonoros, audiovisuais e gráficos para as plataformas digitais da ATI R3;
4. Clipping de notícias;
5. Criação de um podcast/programa de rádio da ATI;
6. Envio de release para jornalistas e atores políticos.

É importante ressaltar que alguns destes produtos não serão possíveis a realização internamente, por isso é prevista a contratação externa e pontual de serviços para a construção de toda a identidade visual que subsidiará a criação posterior de peças gráficas e documentos; criação do site e blog; e criação de vídeos semestrais que servirão como um relatório audiovisual de acompanhamento das tarefas feitas no semestre

No atual contexto de distanciamento social, é necessário prever também a reinvenção dessas mídias não apenas como espaços de caráter informativo, mas também colaborativo. Pensar nas mídias digitais como um espaço para outras formas de diálogo e escuta, uma vez que espaços de escutas e acolhimentos atualmente estão impedidos e as circunstâncias apontam para possíveis retornos altamente restritivos. Dessa forma, propomos que os espaços online criados possam trazer retornos recíprocos entre assessoria e atingidos. Isso significa que eles devem promover e incentivar o diálogo entre os próprios atingidos. Alguns exemplos de ações de engajamento e participação nas mídias digitais:



1. Formulação de posts que presumem interação;
2. Abrir os canais das redes sociais como espaços de escuta e resposta aos atingidos;
3. Criação de grupos de whatsapp ou facebook para comunidades e comissões junto à ATI para interação;
4. Criação de programa de rádio/podcasts participativo e informativo;
5. Formação para produção de conteúdo (vídeos de denúncia ou troca de experiências entre os próprios atingidos), entre outras.

Sabemos que pensar num plano de comunicação e participação social baseado no virtual pode favorecer as assimetrias sociais que já existem na região. Por isso, também foram elaboradas estratégias de mídia offline que sejam plausíveis para o momento, evitando uma possível disseminação do novo coronavírus. Neste momento a proposta é também fortalecer o papel das comissões para garantir que, com a ausência da ATI nos territórios, os atingidos sintam confiança nesses atores locais.

MÍDIAS OFFLINE

Embora o uso da internet tenha aumentado exponencialmente nos últimos anos, o acesso à rede ainda é muito excludente. Já se sabe que muitas comunidades não têm acesso à web, quiçá sinal de telefone. Isso dificulta as estratégias de relacionamento e informação adotadas no contexto de pandemia, já que a rede é a primeira alternativa para a manutenção do contato à distância.

Então, além do trabalho no ambiente digital e do fortalecimento do papel das comissões no território, pretendemos intensificar a utilização de materiais de comunicação offline local. Listamos abaixo alguns exemplos de ações e materiais comunicacionais possíveis de serem realizados no período da pandemia e outros que só poderiam ser realizados após as medidas de isolamento social cessarem:

- Uso de carro de som para informar;
- Uso de faixas e outdoors nas comunidades;
- Afixação de cartazes em locais públicos como postos de saúde e praças;
- Participação em programas fixos nas rádios locais;
- Divulgação de notícias nas rádios locais;
- Envio de Boletins e outros materiais impressos por correios;

O processo de se informar a ponto de garantir uma real conscientização sobre os fatos, exige um nível alto de envolvimento e participação das pessoas nas discussões. Para isso, a criação de mecanismos atraentes de interação com as comunidades são fundamentais e é neste quesito que se faz necessário contar com a criatividade, multidisciplinaridade e domínio multimídia de profissionais da comunicação. Uma comunicação bem feita surte efeito em toda a cadeia de processos, já que é esperado que uma comunidade efetivamente informada possa exercer maior controle sobre a garantia de seus direitos e a real execução dos deveres de outrem, o que resulta em maior responsabilização dos agentes envolvidos.



Dado o volume de eventos e processos que acometem a ATI Região 3, é crucial que se estruture um fluxo reduzido de intermediadores da coleta de informação. Ou seja, para dar conta da dimensão dos processos inerentes ao território, um profissional (analista) da comunicação estará em cada um dos escritórios previstos neste plano de trabalho, garantindo assim que o compartilhamento informacional não se perca no caminho através de intermediadores e ainda uma visão estratégica da comunicação in loco. Esses inputs que advêm do campo são preciosos para a manutenção de planos comunicacionais condizentes com a lógica local.

Além das estratégias de comunicação descritas acima, as atividades permanentes da ATI perpassam por acolher, tratar, registrar, encaminhar e comunicar as devolutivas das demandas feitas pelos atingidos e atingidas. A maneira como essas atividades serão executadas por essa ATI serão explicadas abaixo:



ACOLHIMENTO

O acolhimento das demandas das pessoas e comunidades serão identificadas por meio de escutas individuais/familiares ou em espaços coletivos de participação e poderão ser classificadas enquanto demandas individuais ou demandas coletivas. O que esta ATI entende como cada um desses tipos de demanda está descrito a seguir.

DEMANDAS INDIVIDUAIS

Demandas que são realizadas em função da expectativa de atendimento na perspectiva individual ou familiar. Esse tipo de demanda será acolhido por meio de abordagens ativas e sob demanda.

ABORDAGEM ATIVA

A população também poderá acionar a equipe do NACAB por diferentes meios: nas bases de atendimento, convocando por e-mail, WhatsApp e telefonemas. Sempre que isso acontecer um técnico deverá acolher preferencialmente pessoalmente a demanda e incluir a pessoa ou família nas atividades realizadas pela ATI, principalmente se esta família se compreender como atingida.

SOB DEMANDA

A população também poderá acionar a equipe do NACAB por diferentes meios: nas bases de atendimento, convocando por e-mail, WhatsApp e telefonemas. Sempre que isso acontecer um técnico deverá acolher preferencialmente pessoalmente a demanda e incluir a pessoa ou família nas atividades realizadas pela ATI, principalmente se esta família se compreender como atingida.

Devido ao contexto da pandemia, os acolhimentos serão feitos de maneira remota até que haja o entendimento por parte das ATIs e Instituições de justiça que é seguro para todas e todos a ida dos técnicos a campo para realização de visitas presenciais às pessoas e famílias atingidas.



DEMANDAS COLETIVAS

Além dos atendimentos/escutas individuais, a ATIr3/NACAB propõe às comissões a construção de uma agenda regular - de preferência mensal - para definição de reuniões coletivas. Buscaremos ocupar os espaços de participação que já existem nos territórios e construir outros na medida em que os atingidos e atingidas acharem necessário. Nossa proposta inicial é a construção de 4 espaços coletivos - reuniões com a comunidade ou inter-comunitárias, assembleias, reuniões com as comissões e reuniões temáticas - de acompanhamento, construção, encaminhamento identificação das demandas coletivas e de identificação de possíveis pessoas atingidas.

REUNIÕES COM A COMUNIDADE OU INTERCOMUNITÁRIAS

As reuniões com a comunidade ou intercomunitárias tem como objetivo compor um espaço participativo para diálogo e de tomadas de decisões. Além disso, também será um espaço de informação, trocas de conhecimento e construção de propostas. Participarão desse espaço membros de uma comunidade ou território, a comissão dos atingidos e entidades convidadas.

REUNIÕES COM AS COMISSÕES

A reunião com as comissões terá como objetivo ser um espaço deliberativo para discussão, aprofundamento de algumas temáticas e ações de interesse de uma ou mais comunidade. Também será um espaço para compartilhamento e difusão de informações. Participarão dessa instância, os membros pertencentes do arranjo participativo definido em cada comunidade. A equipe técnica de campo irá mobilizar e acompanhar todas as reuniões.

REUNIÕES TEMÁTICAS

Ocorrerão reuniões temáticas que será um espaço para discussão e deliberação e formação em temas específicos, demandados pelas comunidades atingidas. Participarão dessas reuniões atingidas envolvidos na temática em discussão.

AS ASSEMBLÉIAS

As Assembleias serão um espaço para compartilhamento de informações e para tomada de decisões relativas às pautas específicas e extraordinárias. As assembleias serão abertas para todas as pessoas que desejarem participar. Elas serão acompanhadas de um processo de mobilização face-a-face, por mídias sociais, mídias como rádio, e peças como cartazes e panfletos.

As estratégias para coletivização de demandas, assim como da negociação e concretização, serão traçadas com comissão/comunidade e equipe multidisciplinar da ATIr3/NACAB.



Esses espaços coletivos serão gravemente impactados pelo contexto da pandemia. De acordo com os encaminhamentos produzidos na reunião do dia 29/05/2020 entre as ATIs e o Comitê Metodológico, esses momentos coletivos só poderão ser realizados, inicialmente, a partir de outubro - o que ultrapassa o período entendido por esta ATI de ações emergenciais. Este grupo está responsável por discutir a atuação das assessorias até que durem as medidas de isolamento e distanciamento social para a redução da contaminação da Covid-19.



REGISTRO

Após o acolhimento, às demandas serão registradas em um sistema de gerenciamento de processos e informações desenvolvido especialmente para o processo de reparação. O registro no sistema tem como objetivo permitir a adequada execução do fluxo de gestão das demandas. Além da descrição da demanda, o registro deverá conter, no mínimo, o fluxo de encaminhamento, a data de retorno e os responsáveis/áreas da Vale S.A. envolvidas no seu tratamento. Além disso, o registro garantirá a construção de um conhecimento integral acerca do histórico de relacionamento das famílias com a ATIr3/NACAB e com Vale S.A., bem como dos principais problemas existentes em cada território. Desta forma garantimos que os dossiês por família sejam constantemente alimentados e que os relatórios sejam emitidos com mais celeridade, preservando o direito à memória dos atingidos e atingidas.



TRATAMENTO DAS DEMANDAS

O desenho das soluções das demandas se dará de forma participativa. A intenção é unir o saber e experiência do atingido acerca seu território e modo de vida com a experiência técnica da ATIr3/NACAB. Compreendemos que assim construiremos soluções factíveis, viáveis e efetivas para superar os danos. À ATI cabe mobilizar as reuniões coletivas para deliberação sobre a construção coletiva. Espera-se que nestes espaços as diretrizes, planos, projetos e programas sejam desenhados e decididos pelos atingidos e atingidas. Os encaminhamentos serão, então, transmitidas à Vale S.A, de forma que a empresa possa contribuir com suas opiniões e críticas. Atuamos para que as negociações e as construções de acordos sejam feitas no território, com a presença da população atingida.



MONITORAMENTO DO TRATAMENTO DAS DEMANDAS

O monitoramento será feito pela equipe do NACAB com objetivo de acompanhar o processo de acolhimento, registro, negociação e implantação das demandas. Além disso, o monitoramento das demandas tem como objetivo sistematizar e ampliar o conhecimento do território acerca do volume, conteúdo e status de resolução das demandas solicitadas para a Vale S.A. e instituições de justiça, com o intuito de identificar pontos críticos e promover maior eficiência e eficácia a sua gestão.

Como produtos específicos deste item destaca-se a elaboração de pareceres sobre o status de construção e negociação das demandas. Estes pareceres deverão ser integralizados nos Relatórios Trimestrais de acompanhamento geral do Plano de Trabalho de Assistência Técnica. Além disso, prevemos a criação de instrumentos mais lúdicos que possam ser construídos e desenvolvidos com os atingidos que

visem o levantamento e monitoramento de conquistas, avanços e violações ao longo do processo, em consonância com o princípio da centralidade da vítima. Um exemplo desse instrumento é o monitoramento através de vídeos feitos pelos próprios atingidos retratando pontos específicos da realidade deles. Tal ponto se faz importante por estar alinhado com a proposta de engajamento na garantia de direitos.



CONSTRUÇÃO DE PROPOSTAS DE REPARAÇÃO

Com a identificação das demandas coletivas, os passos seguintes serão para a construção de propostas de reparação nos espaços coletivos em conjunto com os atingidos. Nessa etapa, a equipe técnica especializada da ATI estará em constante diálogo com as pessoas e famílias atingidas em um processo co-constutivo na busca de propostas pertinentes e eficazes ao território. O método para construção de projetos e programas com abrangência territorial serão realizados através de grupos focais em cada comunidade, tendo como base principal o engajamento da comissão de atingidos e de potenciais líderes comunitários engajados em iniciativas coletivas.

Para além dos pontos descritos, é pertinente uma atenção voltada para as atividades culturais das regiões e como suas dinâmicas podem contribuir no processo da Assessoria Técnica e reparação integral. É importante ter acesso às ações já previstas na região e construir uma agenda de festividades, feiras, atividades culturais e cotidianas do território. Através da integração nesta rotina é possível gerar uma comunicação criativa e co-criadora. Ademais, é preciso ter em mente que o processo de reparação em si, é desgastante e também violento, de modo que ao longo do tempo, o ímpeto da conquista pelos direitos pode ser arrefecido, o que pode provocar distanciamento dos atingidos no próprio processo de reparação. Uma vez que o foco da reparação deve ser a centralidade da vítima, cabe também à assessoria implementar estratégias de participação e engajamento que possam estar alinhadas com a vida cotidiana, ludicidade e lazer de acordo com a especificidade de cada comunidade. Tais atividades podem ser como jogos, bingo, leilão, participação e incentivo de grupos de atividades como costureiras, jovens, corais. Vale apontar que esses espaços também podem se tornar espaços de referência para promoção da participação frente a reparação integral. Ademais a participação e envolvimento com essas atividades pode permitir à assessoria técnica o desenvolvimento de uma percepção acerca das violações e danos menos palpáveis.



ENCAMINHAMENTO E NEGOCIAÇÃO COM A VALE

Após a consolidação da proposta de reparação para uma determinado demanda, seja ela individual ou coletiva, essa proposta será compartilhada com a Vale S.A e, caso haja abertura de um processo de negociação, os advogados da ATI em conjunto com os coordenadores de área referente ao tema e as pessoas atingidas interessadas irão participar e acompanhar o processo de negociação. Estes espaços de negociação serão as reuniões comunitárias e assembléias. Já os espaços de negociação individual deverão ser definidos em diálogo com as Instituições de Justiça.





COMUNICAÇÃO SOBRE AS DECISÕES DAS DEMANDAS COLETIVAS

Os retornos sobre as negociações deverão ser realizados em espaços coletivos, por meio de estratégias de comunicação e por meio de interações face-a-face. O direito à informação garante que as famílias e comunidades tenham ciência do status do processo de negociação coletiva e das propostas ofertadas pela Vale. Somente desta forma eles poderão ser protagonistas do processo de reparação integral.

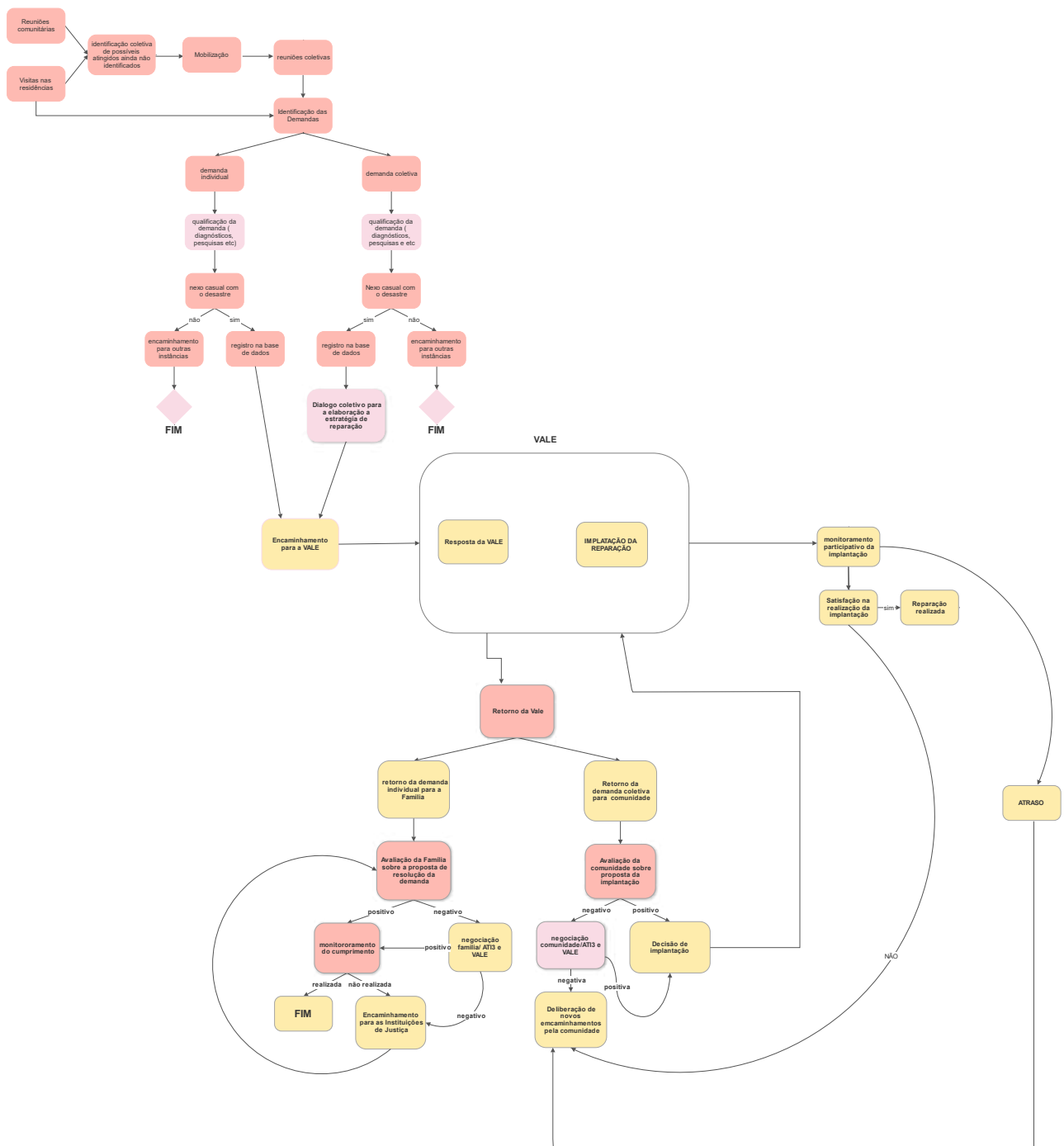


Figura 13: Proposta de fluxo de comunicação para gestão e tratamento de demandas.

RELACIONAMENTO COM ATORES POLÍTICO INSTITUCIONAIS

Outra ação permanente da ATIR3/NACAB é o relacionamento estratégico com o atores políticos - institucionais. A seguir, vamos citar alguns desses atores já identificados e descrever a forma de relacionamento que visamos construir.

A) COMISSÃO DE ATINGIDOS

No Termo de Referência publicado pelas Instituições de Justiça visando efetivar o direito à assessoria técnica independente às pessoas e comunidades atingidas pelo rompimento da Barragem B1 há menções objetivas sobre a legitimidade das Comissões de Atingidos no processo de reparação, sua composição e irrestrição. Os seguintes pontos merecem destaque:

- 3.3.1. As comissões de pessoas atingidas são reconhecidas como interlocutoras legítimas no âmbito das questões atinentes à escolha das assessorias técnicas e no processo de reparação integral dos danos sofridos.
- 3.3.2. As comissões de pessoas atingidas devem buscar em sua composição garantir a participação dos diversos grupos de atingidos presentes no seu território, assegurando ainda, sempre que possível, a paridade de gênero e a inclusão de minorias e de grupos vulneráveis.
- 3.3.3. As comissões de pessoas atingidas serão abertas à participação de qualquer pessoa atingida no território, divulgando-se antecipadamente as suas reuniões.
- 3.3.4. As comunidades indígenas, quilombolas e tradicionais terão direito à formação de suas próprias comissões de pessoas atingidas, respeitadas suas formas próprias de organização social (DPU; MPF; MPMG; DPMG, 2019, p. 3)

Compreendemos que a legitimidade das Comissões de Atingidos nos processos participativos e deliberativos relativos à reparação de danos é inquestionável. Todavia, temos, a partir dos estudos preliminares contextuais à construção do Plano de Trabalho, entendimento de que a formação desses coletivos é complexa, pois envolve uma conjunção impelida por uma situação de crise (desastre-criminoso), que aglutina diversos atores, com papéis, capital social, econômico e vulnerabilidades históricas distintas. Não há, ainda, um estudo aprofundado e amplo sobre os territórios atingidos e as comissões, mas os dados coletados ao longo dos Campos de Escuta e Validação, além dos monitoramentos com as comissões que estão sendo executados sistematicamente nos permitem fazer algumas inferências. O principal interlocutor da ATIR3/NACAB são as comissões de atingidos formadas pela intervenção das Instituições de Justiça no contexto de escolha da assessoria. Portanto, a ATI buscará co-construir um processo inclusivo em que as comissões sejam protagonistas nos processos de desenho e implantação de soluções para reparação de danos. Isso não quer dizer que pessoas e coletivos que não estejam representadas nas comissões estarão à parte dos processos decisórios. As estratégias de relacionamento com as comissões, pessoas, famílias, grupos, enfim, com todos que vivenciam os territórios atingidos, já foram descritas nesta seção.



B) ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

Além do relacionamento cotidiano com as comissões, pessoas e comunidades, o NACAB também promoverá relacionamento com atores institucionais. Esperamos que o resultado do diálogo institucional seja a construção de um processo integrado, em que as partes estejam devidamente informadas e implicadas no processo de reparação. Ao construirmos um processo articulado evitaremos retrabalho e acirramento de conflitos, o que favorece a qualidade das negociações, desenho e implementação de planos e projetos voltados à reparação.

COMITÊ TÉCNICO CIENTÍFICO - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)

O Comitê Técnico-Científico da UFMG tem como objetivo auxiliar de forma técnico - Científica, o Juízo da 6ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Belo Horizonte a identificação e avaliação dos impactos decorrentes do rompimento da Barragem da Mina Córrego do Feijão, tendo como produtos o relatório de Avaliação Consolidado e o Plano de Recuperação.

Devido a esse objetivo, é fundamental que haja uma cooperação constante entre NACAB, as outras assessorias técnicas, coordenação metodológica do MPMG e Comitê, para que as atividades in loco, diagnósticos, e produtos se complementam no processo de reparação dos danos e para que se evite sobreposição de atividades, re-trabalhos, coletas de dados duplicados, desgaste dos atingidos e desperdícios de recursos.

Além disso, o diálogo constante entre NACAB e Comitê se faz pertinente para que a assessoria técnica faça a intermediação entre e o Comitê e os atingidos evitando ruídos de comunicação e entendimentos e inviabilidade dos trabalhos.

Nesse sentido, visando a co-construção dos processos, a colaboração entre as instituições, o NACAB sugere que seja elaborado um plano de trabalho entre as assessorias técnicas, comitê técnico científico e coordenação metodológica do MPMG.

SETOR PÚBLICO

Além das atividades preparatórias de apresentação institucional com o setor público, o NACAB sugere um processo contínuo de diálogo, com intuito de alinhar e implantar atividades complementares de acompanhamento aos atingidos, principalmente no âmbito da assistência social e saúde. É de extrema importância que os atores públicos que atuam no território conheçam a equipe e os propósitos do NACAB, para que possam atuar de forma complementar, quando possível, no acompanhamento aos atingidos, principalmente no âmbito da assistência social e saúde. É de extrema importância que os atores públicos que atuam no território conheçam a equipe e os propósitos do NACAB, para que possam atuar de forma complementar, quando possível.



FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES

A Fundação Cultural Palmares está inserida no contexto de discussão das medidas de reparação dos danos nos territórios quilombolas atingidos. Para articular uma ação integrada, a ATI propõe um canal de diálogo aberto e contínuo com a Fundação. É imprescindível que os técnicos demandados pela Fundação Cultural Palmares e que atuarão no território estejam em consonância com a atuação do NACAB e que a Comunidade Quilombola da Pontinha tenha controle desse processo. Nesse sentido, iremos trabalhar para que as atividades de pesquisa e produções técnicas da Fundação sejam acompanhadas pela comunidade, sendo papel da ATI fazer a tradução desses materiais para uma linguagem mais adequada à população.

COMITÊ PRÓ-BRUMADINHO

O Comitê Pró-Brumadinho é responsável por coordenar as ações estaduais de recuperação, mitigação, compensação dos danos causados a população atingida pelo rompimento da barragem. Para isso, comitê trabalhara de forma interinstitucional e dialogará com a sociedade civil organizada.

Diante dessa atuação, o dialogo entre NACAB e Comitê Pró-Brumadinho se faz necessário. A assessoria técnica poderá apoiar o Comitê no sentido de qualificar, junto aos atingidos, o entendimento sobre seu papel, as ações de mobilização das OITIVAS e as de comunicação. Além disso, as gerências e a equipe de especialistas do NACAB estarão disponíveis para colaborar com a equipe do Comitê Pró-Brumadinho nas discussões metodológicas de compensação dos danos.

COORDENAÇÃO METODOLÓGICA FINALÍSTICA DO MPMG

O NACAB entende a importância de uma relação próxima entre a instituição e coordenação metodológica do MPMG. Nesse sentido, a Coordenação geral, as gerências e os especialistas vão está disponíveis para colaboração nas atividades convergentes, a fim de conseguirem alçarem os melhores resultados. Diante disso, o NACAB entende a importância de se construir um plano de trabalho entre a instituição e a coordenação metodológica a fim de se tornarem o trabalho eficiente.

ERNST & YOUNG

A Ernst & Young empresa responsável por fazer auditoria financeira das assessorias técnicas necessitará ter um diálogo direto e constante com o Nacab. Diante disso, a Coordenação Geral e a equipe administrativa estarão disponíveis para contribuir de forma eficiente com os trabalhos necessários.

RELAÇÃO COM A VALE S.A

Como resultado do diálogo inicial com a Vale S.A. e Comissões dos Atingidos, o NACAB pretende estabelecer acordos de relacionamento com a empresa. Sugere-se que seja realizada uma reunião mensal com estes Vale e Pessoas e Comunidades atingidas, com o acompanhamento e assessoramento do NACAB, que tenha os seguintes objetivos:



- Apresentação dos resultados de monitoramento das demandas dos atingidos.
- Deliberação sobre a tratativa das demandas dos atingidos.

Considerando a fragmentação da Bacia do Rio Paraopeba em 5 regiões, assessoradas por 3 distintas entidades, como forma de generalizar avanços em termos de negociações e também empecilhos contra retrocessos, pretende-se realizar, com periodicidade a ser negociada, reuniões entre a Vale S.A e pessoas e comunidades atingidas, com a presença de todas as ATIs atuantes na bacia.

O NACAB recomenda que todas estas reuniões sejam acompanhadas pelas Instituições de Justiça. Como diretrizes comuns ao trabalho de todas as ATIs atuantes na Bacia do Paraopeba, e que serão seguidas pelo NACAB, destacamos que:

O NACAB não irá se reunir com a Vale S.A sem a presença das pessoas e comunidades atingidas, atores centrais do processo de reparação.

Todas as reuniões ordinárias serão comunicadas ao processo judicial com pelo menos sete dias de antecedência e conter ATA, Lista de Presença, Fotos e outras formas de registro, a serem disponibilizadas ao processo judicial, Instituições de Justiça e pessoas e comunidades atingidas.

RELAÇÃO COM MOVIMENTOS SOCIAIS E OUTRAS ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR

O NACAB entende a importância de atuar em rede com os diferentes atores interessados no processo de reparação, entre eles instituições de terceiro setor e movimentos sociais, pois potencialmente podem agir de forma complementar e contribuir com suas experiências e conhecimentos. Essa relação deve ser pautada pelo diálogo que compreenda a dinâmica complexa das comunidades como um universo integrado por fenômenos interdependentes e não, simplesmente, por partes dissociadas de uma mesma realidade social.

ACOMPANHAR E OFERECER SUBSÍDIOS TÉCNICOS AOS AGENTES IMPLEMENTADORES DE SOLUÇÕES LOCAIS NO PROCESSO DE REPARAÇÃO

As soluções de reparação levantadas pelos atingidos e validadas a partir do estudo de cada proposta, são apresentadas aos agentes implementadores, que podem ser a Vale ou agentes públicos gestores de cada tipo de solução. Durante o processo de implementação o NACAB tem o papel de Acompanhar e Oferecer subsídios técnicos aos agentes implementadores de soluções locais no processo de reparação, que inclui acompanhar a execução da solução, produzir relatórios de acompanhamento e manter os atingidos informados sobre o andamento.



As ações estão ancoradas em promover um diálogo interinstitucional com outros atores sociais como a própria VALE, o governo do Estado, as prefeituras, entre outros, para conhecer e contribuir com proposições e subsídios técnicos a partir dos estudos realizados, bem como de potencializar a capacidade dos atingidos em participar de espaços de proposição que tenham a ver com as mudanças das suas condições de vida e renda nos processos de reparação.

MONITORAMENTOS SOCIOECONÔMICOS E SOCIOAMBIENTAIS DOS DANOS E REPARAÇÕES

Monitoramento de ativos locais, cadeias produtivas e vocações econômicas. O conjunto de ações apresentados abaixo pretende consolidar essa proposta.



AÇÃO 1

Identificação e cadastro das propriedades rurais atingidas

Faz-se necessário identificar todas as propriedades afetadas ao longo da faixa do Rio Paraopeba na Região 3 (180 km), para se determinar o atingido e sua relação com as propriedades atingidas. Ressalta-se ainda que, é possível que propriedades ao longo dos afluentes do rio Paraopeba (Região 3) também sejam identificadas/cadastradas. Inicialmente, será feita a compilação dos dados já existentes e, quando da realização dos trabalhos de campo, serão identificadas outras propriedades atingidas, permitindo sua correlação com o público atingido (proprietário, posseiro, arrendatário, assentados, dentre outros). Essas propriedades devem ser identificadas/cadastradas e georreferenciadas.



AÇÃO 2

Identificação da população atingida e os prejuízos causados pela interrupção da pesca e extração minerária no rio Paraopeba

Observou-se que muitos usuários diretos do rio Paraopeba tiveram sua atividade geradora de renda interrompidas, especialmente, aqueles relacionados à atividade da pesca e atividade minerária (por exemplo, extração de areia). Neste caso, faz-se necessário delimitar esse universo populacional, identificá-lo e caracterizar a sua relação econômica com o rio. Além disso, as atividades devem ser georreferenciadas, quando possível.

Inicialmente, também será feita a compilação dos dados já existentes e, quando da realização das mobilizações e dos trabalhos de campo, provavelmente outros atingidos serão identificados e cadastrados. Por conseguinte, deve-se definir um valor indenizatório (individual/difuso), com base no cadastro socioeconômico e lapso temporal daqueles indivíduos/comunidades que ficarão sem a disponibilidade da sua fonte de renda.





AÇÃO 3

Realização do georreferenciamento e classificação do uso e coberturas das terras das propriedades rurais atingidas.

Com a identificação/cadastro das propriedades atingidas, deve-se fazer a sua delimitação por meio do georreferenciamento. A partir desta espacialização, obtém-se o quantitativo da área e a classificação do uso e cobertura das terras (terras agrícolas, área de preservação permanente, florestas, dentre outros), sendo construído um Sistema de Informações Geográficas - SIG.

Essa espacialização poderá ser obtida por meio de levantamentos topográficos já existentes disponibilizados pelos responsáveis pela propriedade rural ou por órgãos oficiais (Sistema de Gestão Fundiária - SIGEF/INCRA ou Cadastro Ambiental Rural - CAR/MMA). Caso não haja, será feito o levantamento topográfico. Por conseguinte, a definição do uso e a cobertura das terras nas propriedades rurais devem ser feitas com a coleta de dados primários (in loco) e com dados secundários (por exemplo, imagens de satélite). Esses dados cartográficos serão processados, e, tratados em ambiente SIG.



AÇÃO 4

Identificação das atividades geradoras de renda nas propriedades rurais e determinação dos respectivos prejuízos causados.

Com a identificação e espacialização das propriedades atingidas, serão identificadas as atividades geradoras de renda, especialmente, aquelas relacionadas ao impedimento/comprometimento do uso do rio Paraopeba. A descrição, quantificação e comprovação dessas atividades serão consubstanciadas por imagens de satélites, registros agrícolas/pecuários, empréstimos agrícolas, recibos de compra/venda, declarações de técnicos de empresas de assistências técnicas (por exemplo, EMATER), dentre outros. Essas atividades devem ter seus prejuízos quantificados, sendo o valor indenizatório calculado a partir de parâmetros que serão construídos participativamente.



Determinação do quantum de desvalorização imobiliária nas propriedades rurais atingidas

Com o comprometimento do rio Paraopeba, as propriedades rurais limítrofes com esse curso d'água terão seu valor de mercado afetado negativamente. Assim, faz-se necessário se determinar esse quantum de desvalorização imobiliária, sendo possível através de técnicas de engenharia de avaliações de imóveis rurais e de glebas urbanizáveis. O valor indenizatório (perda do valor de mercado da propriedade rural) deve ser calculado com base em normas técnicas e literatura especializada.

Monitoramento de Fatores Vulnerabilizantes e de danos (definidos a partir dos resultados do diagnóstico emergencial)

Monitoramento pode ser compreendido como uma prática de produção, armazenamento, organização, síntese, interpretação e endereçamento de informações que tem por objetivo orientar as tomadas de decisões acerca de algum fenômeno da realidade.

Quando fazemos a previsão de monitoramento neste projeto, prevemos esta cadeia de processos para algumas dimensões socioeconômicas de interesse, sejam elas relativas a alguma característica populacional ou a alguma dimensão de dano que se manifesta de forma cumulativa e sinérgica ao longo do período de execução da Assessoria Técnica Independente.

A escolha das dimensões socioeconômicas e de danos a serem monitoradas serão determinadas de modo indutivo-dedutivo, isto é: (i) a partir da caracterização de aspectos socioeconômicos identificadas no diagnóstico emergencial; (ii) a partir do que os frameworks em pesquisas em contextos de desastres recomendam como eixos de monitoramento ; (iii) a partir dos resultados mais salientes da identificação de danos necessários para compreensão dos efeitos cumulativos e sinérgicos do rompimento da barragem (levando em consideração aspectos como a incidência da pandemia sobre um público já afetado pelo desastre-crime).

Sendo assim, do ponto de vista operacional teremos: (i) uma rotina de produção, armazenamento, organização, síntese, interpretação e endereçamento de informações para subsidiar o processo de compreensão dos danos gerados pelo rompimento; (ii) direcionamento orçamento e tempo da equipe técnica para isso.

De modo a garantir que as comunidades tenham informações técnico-científicas claras sobre os danos socioambientais do rompimento torna-se necessário acompanhar de maneira contínua os desdobramentos temporais dos danos identificados no diagnóstico emergencial e verificar o processo de mitigação desses danos. Para cumprir com esse objetivo, será construído um programa de monitoramento de danos socioambientais. Esse programa de monitoramento será dividido em quatro temas centrais, que ocorreram de forma transversal e simultânea.



O primeiro refere-se ao **monitoramento dos danos socioambientais causados pelo rompimento sobre os fatores bióticos e abióticos da Região 3**. Essa ação tem como objetivo acompanhar e realizar análises críticas-comparativas dos dados produzidos por outras instituições, públicas e/ou privadas, relacionados aos danos ambientais causados pelo rompimento. Esse acompanhamento possibilitará compreender a dinamicidade da situação socioambiental e a evolução e/ou perpetuação dos danos resultantes do rompimento da barragem B1 da mina do Córrego do Feijão.

Para construção do objetivo proposto, dividiu-se esse produto em duas etapas que se repetirão a cada trimestre. A primeira etapa será composta pelo levantamento de dados secundário produzidos, no trimestre anterior, por outras instituições, incluindo neste caso, os dados produzidos pela empresa Vale S.A e pelo Comitê Técnico Científico da UFMG. Esse levantamento contínuo atualizará de forma sistemática o banco de dados previamente construído na etapa emergencial.

Após essa etapa serão realizadas análises críticas-comparativas sistematizadas visando a compreender a magnitude dos danos e atualizar as informações já obtidas em outros produtos. Os resultados obtidos ainda serão comparados com os dados obtidos via coletas de dados primários previstas no produto pontual denominado “Análises dos fatores bióticos e abióticos”, realizado de forma mista entre a gerência socioambiental, a gerência de qualidade da água e avaliação de risco à saúde, bem como, eventualmente, por consultorias externas especializadas.

O segundo tema proposto dentro do programa de monitoramento é o **monitoramento dos conflitos por uso e apropriação de recursos naturais causados direta ou indiretamente pelo rompimento**. Esse monitoramento tem como objetivo promover a atualização contínua do diagnóstico emergencial, fornecendo elementos para a mediação dos conflitos. Para construção desse objetivo será realizado trimestralmente o levantamento de novos conflitos ou agravamento dos conflitos já caracterizados. Para isso serão utilizadas fontes documentais e levantamentos participativos junto aos atingidos. Todos os novos conflitos identificados serão caracterizados e classificados de acordo com sua magnitude e origem. Esses conflitos serão então integrados ao mapeamento quali-quantitativo dos conflitos, produzido durante a etapa emergencial. Esse produto servirá como instrumento para fomentar políticas de mediação efetiva dos conflitos, a gestão participativa do território e a construção coletiva das tomadas de decisão.

A terceira micro ação proposta nesta seção é o **Monitoramento dos prejuízos e interrupções de abastecimento e captação de água pós-rompimento**. Essa ação tem como objetivo acompanhar e analisar os desdobramentos temporais das interrupções de abastecimento e captação de água pós-rompimento, além das medidas específicas de reparação referentes a esses danos. Para tal, serão realizadas análises pormenorizadas de prejuízos não levantados na etapa emergencial, desdobramentos sistêmicos temporais sobre os prejuízos já identificados, considerando os prejuízos diretos do rompimento e os possíveis danos causados pelas medidas mitigatórias construídas pela Vale S.A.

A quarta micro ação proposta é o **Monitoramento de riscos de cheias**. Esse monitoramento tem como objetivo avaliar o comportamento do rio Paraopeba em cenários de cheias com conseqüente extravasamento de sedimentos. A demanda por esse produto partiu de uma preocupação coletiva dos



atingidos quanto ao comportamento do rio durante o período chuvoso, identificada durante o Campo de Escuta. Recentemente, chuvas intensas dentro do bacia do rio Paraopeba inundaram pastos, casas e plantações aumentando o sinal de alerta para inundações recordes após o rompimento.

Para finalizar esse tópico, a quinta micro ação proposta é de **Avaliação de Risco à Saúde**. A sistematização de dados primários e secundários de contaminação ambiental (água, sedimentos, solo, ar, ictiofauna, animais de criação e produtos agrícolas) proporcionará a realização de estudo de Avaliação de Risco à Saúde. Tal estudo terá como referência as “Diretrizes para elaboração de estudo de avaliação de risco à saúde humana por exposição a contaminantes químicos” do Ministério da Saúde, cuja metodologia envolve as seguintes: (i). levantamento e avaliação da informação do local; (ii) levantamento das preocupações da comunidade; (iii) seleção dos contaminantes de interesse; (iv) mecanismos de transporte; (v) identificação e avaliação de rotas de exposição; (vi). determinação de implicações para a saúde pública; (vii) conclusões e recomendações.

Desta forma, visando promover o conhecimento quanto ao comportamento desse rio frente ao possível extravasamento de material depositado no leito para fora da calha, serão realizados uma série de estudos hidrológicos e o mapeamento das áreas inundáveis. Todo esse processo passará ainda por uma validação e aferição de campo usando como base observações em campo e relatos de inundações de atingidos. Os resultados dessa avaliação subsidiarão os atingidos na tomada de decisões referentes à reparação integral.

Durante toda etapa de monitoramento as gerências irão trabalhar junto à comunicação na produção de informações a serem repassadas aos atingidos. Esta etapa é importante na busca de um processo informado e participativo que garanta o protagonismo dos atingidos. É importante salientar que devido ao contexto de pandemia instaurado no Brasil, todas as ações explicitadas anteriormente poderão passar por modificações metodológicas para adequação ao cenário seguindo todas as recomendações sanitárias inerentes à situação.

ACOMPANHAMENTO PSICOSSOCIAL E SAÚDE

A proposta da Assessoria Técnica para o aprimoramento do acompanhamento psicossocial e de saúde da Região 3 possui como pilares:

1. Produção de informações detalhadas sobre as populações e territórios diretamente atingidos;
2. Interlocução com os agentes e instituições dos poderes públicos locais para o atendimento das demandas de curto, médio e longo prazos.

O atendimento à população atingida via equipamentos de atenção básica é uma premissa assumida para evitar o efeito perverso da multiplicação, sobreposição ou concorrência em termos de atuação, referência e cobertura dos serviços de saúde e socioassistenciais, de responsabilidade da gestão pública. A abordagem e a relação direta entre assessoria e cidadão, portanto, apenas se dará nos momentos



de diagnóstico e coleta de dados.

Apresentaremos o escopo do acompanhamento psicossocial e saúde em três seções. Na primeira são apresentadas as características gerais dos serviços socioassistenciais e de saúde dos municípios da Região 3. Esse diagnóstico apresenta dados secundários coletados nas plataformas de informações dos Ministérios da Saúde e do Desenvolvimento Social e oferece um panorama das deficiências e potencialidades das gestões públicas municipais nessas áreas. Na segunda seção são apresentadas as características gerais do levantamento de informações de atingidos a ser realizado pela Assessoria. Por último, são apresentadas as estratégias de atuação junto ao poder público com foco no fornecimento de informações que subsidiem o aprimoramento dos serviços.

PANORAMA DAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO 3

ASSISTÊNCIA SOCIAL

Um dos mais importantes indicadores para a avaliação da capacidade de atuação dos municípios na área da Assistência Social é o IDCRAS (Índice de Desenvolvimento dos Centros de Referência da Assistência Social). O índice avalia o escopo e a qualidade do atendimento à população realizado nos equipamentos de atenção básica e é composto por três dimensões. A dimensão *estrutura física* leva em consideração as características estruturais e arquitetônicas do edifício, bem como existência de diferentes espaços de trabalho, acessibilidade e disponibilidade de recursos para a atuação profissional (especialmente computadores e internet). A dimensão *Serviços e Benefícios* avalia a quantidade de famílias acompanhadas, disponibilidade de profissionais, execução e oferta de serviços, tempo semanal de funcionamento e articulação com a rede. A terceira dimensão, *Recursos Humanos*, avalia a quantidade e a diversidade do corpo de profissionais do equipamento. O nível de exigência varia segundo o porte do município e a escala de pontuação vai de 1 (insuficiente) até 5 (superior).

A maioria dos municípios da Região 3 são de Pequeno Porte I (7). Dentre esses, três possuem níveis de IDCRAS³ satisfatórios (acima de 4) e quatro possuem notas intermediárias (dentro do intervalo entre 3 e 4). A situação dos municípios de Porte Médio é bastante distinta, enquanto Pará de Minas pontua 4,33 no IDCRAS, Esmeraldas possui uma nota baixa e insuficiente (2,17). O município de Paraopeba (Pequeno Porte II) também possui uma nota considerada baixa (2,33).

Os municípios com notas inferiores a 4 são a maioria na Região 3. Em geral, as deficiências mais comuns aos municípios nas faixas 2 e 3 de IDCRAS são a quantidade inadequada de famílias acompanhadas, o horário reduzido de funcionamento semanal, a ausência de acessibilidade completa e ausência de espaços como salas de reuniões e salas de acolhimento e ainda a carência de profissionais e a não existência de, pelo menos, um assistente social e um psicólogo. Dentre todos os municípios da Região, Esmeraldas e Paraopeba podem ser apontados como aqueles que demandam um assessoramento prioritário e diferenciado em termos de atenção básica, uma vez que são os únicos que se encontram na faixa 2 de IDCRAS.

³ O dado mais recente de IDCRAS refere-se ao ano de 2017. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/vigilancia/index5.php>



Tabela 8 : Índice de Desenvolvimento dos Centros de Referência de Assistência Social (IDCRAS) – Municípios Região 3

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DOS CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (IDCRAS) – MUNICÍPIOS REGIÃO 3					
MUNICÍPIO	PORTE	DIMENSÃO ESTRUTURA FÍSICA	DIMENSÃO RECURSOS HUMANOS	DIMENSÃO SERVIÇOS BENEFÍCIOS	IDCRAS 2017 SINTÉTICO
Caetanópolis	1	2	4	4	3,33
Paraopeba	2	3	2	2	2,33
Papagaios	1	5	5	3	4,33
Maravilhas	1	1	5	3	3
Pequi	1	4	3	3	3,33
Fortuna de Minas	1	5	5	4	4,67
São José da Varginha	1	4	4	2	3,33
Pará de Minas	3	5	5	3	4,33
Florestal	1	5	4	3	4
Esmeraldas	3	2	1,5	3	2,17

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social (elaboração própria).

No plano da referência especializada em Assistência Social, dado o porte dos municípios da região, apenas 3 possuem equipamento e profissionais para esse tipo de atendimento. O IDCREAS (Índice de Desenvolvimento dos Centros de Referência Especializada em Assistência Social)⁴, a exemplo do índice anterior, tem por objetivo mensurar a capacidade de atuação dos equipamentos. As dimensões são também as mesmas, alterando-se basicamente os nomes e especificidades dos serviços ofertados e as exigências de quantidade e diversidade de profissionais. O município de Pará de Minas alcançou nota máxima de IDCREAS (5), o que indica uma excelente capacidade instalada para a oferta de serviços especializados no município. Por sua vez, o município de Esmeraldas alcançou nota intermediária de 3,67 e o município de Paraopeba a nota insuficiente de 2,67, com destaque negativo para a dimensão estrutura física, que recebeu nota 1.

Por último, vale considerar o indicador de execução financeira. Essa taxa leva em consideração o empenho do município em executar todo o orçamento federal destinado à Assistência Social. Na Região 3, quatro municípios deixaram de executaram, no ano de 2017, a totalidade dos valores transferidos. A cidade de Maravilhas, que possuía naquele ano um IDCRAS de nota 3, pôde executar apenas 30% do orçamento. Caetanópolis e Pequi executaram, respectivamente, 64% e 66% do valor global e São José da Varginha executou 87% do orçamento. As dificuldades de execução financeira estão geralmente relacionadas com a baixa capacidade de gestão, desde a realização de licitações até a prestação de contas,

⁴ O dado mais recente de IDCERAS refere-se ao ano de 2017. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/vigilancia/index5.php>



passando pela contratação e gestão de pessoal. Não por acaso, todos os municípios com insuficiência de execução registram também notas intermediárias de IDCRAAS.

Tabela 9: Índice de Desenvolvimento dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (IDCREAS) – Municípios Região 3 com presença de CREAS.

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DOS CENTROS DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (IDCREAS) – MUNICÍPIOS REGIÃO 3					
MUNICÍPIO	PORTE	DIMENSÃO ESTRUTURA FÍSICA	DIMENSÃO RECURSOS HUMANOS	DIMENSÃO SERVIÇOS BENEFÍCIOS	IDCRAS 2017 SINTÉTICO
Paraopeba	2	1	4	3	2,67
Pará de Minas	3	5	5	5	5
Esmeraldas	3	4	4	3	3,67

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social (elaboração própria).

Reconhecer a heterogeneidade do território e os principais obstáculos à oferta de serviços socioassistenciais configura-se como um primeiro passo para o entendimento dos limites e possibilidades de interlocução da assessoria junto aos serviços públicos objetivando uma reparação efetiva e sustentável.

SAÚDE

A realidade da atenção pública municipal à saúde nos municípios da Região 3 não difere muito do panorama da política de proteção social. Em geral, nota-se certa heterogeneidade na cobertura da atenção primária e na capacidade de atendimento ofertado pelos poderes públicos locais. Observa-se ainda gargalos e desafios significativos para o avanço da agenda da saúde, em especial frente aos novos desafios epidemiológicos decorrentes do rompimento da barragem em Brumadinho.

O indicador aqui analisado para verificar a linha de base do potencial de atenção do Sistema de Saúde nos municípios será o IDSUS (Índice de Desempenho do SUS)⁵. Segundo o Ministério da Saúde (2019), o IDSUS é um conjunto de indicadores simples e compostos, que buscam fazer uma aferição contextualizada do desempenho do Sistema de Único de Saúde (SUS) quanto ao cumprimento de seus princípios e diretrizes. São priorizados os indicadores de atenção básica à saúde. Por um lado, serão considerados os indicadores de acesso potencial obtido, que avalia a cobertura da Estratégia de Saúde da Família, a cobertura dos serviços de saúde bucal e a cobertura pré-natal, compreendida como a proporção de nascidos vivos de mães que fizeram, pelo menos, 7 consultas de pré-natal.

Por último, a efetividade da atenção básica será mensurada por meio da proporção de internações sensí-

⁵ Os dados mais recentes do IDSUS referem-se ao ano de 2011. Disponível em: <http://idsus.saude.gov.br/mapas.html>



veis à atenção básica (ISAB). Esse indicador serve para analisar a efetividade do cuidado na atenção básica, uma vez que avalia o quanto as políticas de atenção básica são capazes de prevenir internações decorrentes de condições de saúde controladas e acompanhadas pelas equipes da estratégia de saúde da família.

O IDSUS nos municípios da Região 3 varia de 5,01 até 9,29, em uma escala de 0 a 10. Os municípios melhor posicionados são: Florestal, São José da Varginha, Fortuna de Minas, Maravilhas e Papagaios. Na outra ponta, os municípios com maiores dificuldades para a implementação da política de atenção básica em saúde, no ano de aferição dos indicadores, foram Paraopeba, Esmeraldas e Caetanópolis. Considerar a diversidade de cenários é um passo fundamental para a atuação da assessoria no trabalho conjunto com os municípios.

Tabela 10: Índice de Desenvolvimento do Sistema Único de Saúde (IDSUS) para os Municípios Região 3.

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (IDSUS)					
MUNICÍPIOS REGIÃO 3					
MUNICÍPIO	ATENÇÃO BÁSICA ACESSO POTENCIAL OBTIDO			ATENÇÃO BÁSICA EFETIVIDADE	IDSUS³
	COBERTURA ESF	COBERTURA SAÚDE BUCAL	COBERTURA PRÉ-NATAL¹	ISAB²	
Caetanópolis	10	3,59	6,01	6,22	6,46
Paraopeba	7,4	0	5,96	6,68	5,01
Papagaios	10	10	6,8	10	9,20
Maravilhas	10	10	6,52	10	9,13
Pequi	10	7,36	6,00	8,32	7,92
Fortuna de Minas	10	10	6,57	10	9,14
São José da Varginha	10	10	7,29	9,87	9,29
Pará de Minas	5,82	7,76	8,28	10	7,97
Florestal	10	10	7,04	9,92	9,24
Esmeraldas	3,97	7,07	7,34	6,16	6,14

Fonte: Ministério da Saúde (elaboração própria)

¹ Proporção nascidos vivos de mães com 7 ou mais consultas de pré-natal

² Proporção de Internações Sensíveis a Atenção Básica - ISAB

³ As variáveis selecionadas são uma amostra da quantidade total de componentes do IDSUS com ênfase nos indicadores de atenção básica.

EXECUÇÃO DO PLANO DE ASSESSORIA JURÍDICA PERMANENTE

A) Orientação jurídica

A gerência jurídica da ATI tem como dever principal a manutenção do fluxo de informações pertinentes aos processos judiciais que tutelam os interesses dos atingidos. A complexidade da ação coletiva já constituiria obstáculo bastante a necessitar interlocução que permita melhor entendimento a quem não detém formação jurídica, quanto mais os procedimentos que estão em curso referentes ao caso de Brumadinho. Trata-se de gigantesca e complexa reunião de ações civis públicas com valor de causa bilionário e altíssimo apelo social, cujo processamento mereceu diversas customizações jurisdicionais, como a perícia realizada por comitê técnico acadêmico, audiências de instrução mensais, perito assistente das partes constituído por ATIs, dentre outros.

Para a manutenção da participação informada, no que tange aos aspectos jurídicos, relevantes aos atingidos será necessário a construção de plano de formação em direitos e garantias constitucionais em que os fundamentos das instituições do direito e de noções constitucionais possam ser oportunizados para a sedimentação posterior dos novos conceitos com os quais o convívio comunitário produzirá sua apropriação linguística própria.

Concomitante a isso, e de maneira permanente, haverá o fornecimento de informações através de diversas mídias, para as quais a gerência jurídica produzirá conteúdo, o acompanhamento de processos e acordos judiciais e extrajudiciais e, ainda, a articulação de soluções com órgãos públicos e a empresa Vale S.A, dentre outras atividades.

Importa destacar a singularidade de escopo e finalidade do trabalho: não se prestará assessoria judicial, e sim jurídica. Dessa forma, múltiplas metodologias e espaços individuais e coletivos permitirão um maior aprofundamento na consolidação do de demandas, buscando analisar os danos sofridos de maneira técnica e criteriosa, para posterior estratégia de reparação integral.

b) Elaboração de quesitos complementares

Considerando a função de assistente técnico reconhecida judicialmente pelo ilustre magistrado às assessorias técnicas, a atividade de quesitação se dará ao longo da atividade pericial do Comitê Técnico Científico da UFMG, direcionada às chamadas em curso, através dos quesitos suplementares, numa perspectiva do monitoramento permanente da execução das pesquisas no território.



CONSTRUÇÃO DA MATRIZ DE DANOS

a) **Construção de diagnósticos consolidados de danos individuais homogêneos, coletivos e difusos, consistente na identificação, categorização, mensuração e valoração das perdas e prejuízos decorrentes do rompimento da barragem de rejeito de minério de Córrego do Feijão em Brumadinho, MG.**

O NACAB desenvolverá como ferramenta gerencial de informações um sistema informatizado para reunião de todos os dados levantados durante a execução do plano de trabalho. A partir dele será possível o levantamento dos danos individuais homogêneos, coletivos e difusos, ultimando a construção derradeira de uma matriz de danos.

A matriz de danos buscará identificar, categorizar e mensurar as perdas e os danos declarados pelos atingidos decorrentes do rompimento da barragem BI, em Brumadinho.

Para isso será contratada uma consultoria capaz de realizar uma pesquisa que irá, a partir das violações de direitos vivenciados pelos atingidos desde o evento do rompimento da barragem de rejeitos até o momento, passando pelas ações de resposta ao desastre e condução das medidas de reparação, mapear, analisar e categorizar os danos levantados com o objetivo de propor uma matriz de valoração indenizatória, que seja parte do necessário e urgente processo de reparação justa e integral.

VALORAÇÃO DOS DANOS ECONÔMICOS INDIVIDUAIS E COLETIVOS DOS ATINGIDOS

Todas essas ações, realizadas de forma coordenada com as Pesquisas Diagnósticas, serão fundamentais para a construção de parâmetros de avaliação e valoração de danos, instrumental de suma importância para garantir a paridade de forças e a centralidade da vítima no processo de reparação integral.

Quando tratamos de uma situação de crime-desastre, como a que acometeu as pessoas, comunidades e municípios da bacia do rio Paraopeba, estamos diante de uma situação *sui generis*, com raros precedentes, sendo o mais notável, o desastre-crime que atingiu a bacia do Rio Doce em 2015. Tal situação de excepcionalidade gera enormes dificuldades não só em relação à identificação de pessoas e coletividades atingidas, mas também dos danos sofridos e suas respectivas indenizações e compensações, em especial, pelo caráter dinâmico dos danos, que se expressam de formas variadas, em suas dimensões materiais e imateriais, assim como, pela ausência de um plano prévio da Vale S.A de reparação em contextos de desastre. Esse processo torna-se ainda mais complexo diante da assimetria de poder existente entre a ré e as vítimas, que tende a se refletir na imposição de parâmetros de avaliação e valoração de danos pela primeira, complexificando ainda mais a situação de sofrimento social, perpetuando injustiças sociais e ambientais.

No caso de um desastre como o que lidamos aqui, a consideração do caráter dinâmico e continuado, regional e situacional da produção e reprodução dos danos, em suas dimensões materiais e imateriais, é imperativo para a construção de parâmetros de avaliação e valoração que sejam justos e tenham a vítima em sua centralidade. Os danos são dinâmicos e continuados, porque o desastre não se restrin-



ge ao dia 25 de janeiro de 2019, se reproduzindo cotidianamente nas diversas situações de prejuízos econômicos e sofrimento social que são minimizadas ou potencializadas de acordo com os rumos do processo de reparação.

Os danos são regionais porque afetam toda uma região interligada por relações socioecológicas, ambientais, laços históricos-culturais e cadeias econômicas que devem ser analisadas a partir de sua particularidade socioterritorial, dado que interage e condiciona a reprodução dos danos e também o processo de reparação. Por fim, os danos são situacionais pois acometem espaços de vida e produção reais, compostos por pessoas e coletividades que sentem, traduzem e sofrem o desastre a partir das suas histórias individuais e coletivas, projetos de vida e perspectivas de futuro, profundamente abalados pelo contexto de crise.

Nesse sentido, quaisquer parâmetros de avaliação e valoração de danos que se pretenda ser justo e dar centralidade à vítima deve, não só considerar o caráter dinâmico, regional e situacional da produção e reprodução dos danos, mas também a importância da participação das vítimas em sua construção, pois somente a partir delas é possível acessar os múltiplos fatores de danos e sua multidimensionalidade, assim como bases concretas de avaliação e valoração dos danos, sobretudo por terem, os atingidos, a capacidade de traduzir o ambiente de reparação e as realidades sociais objetivas em que as compensações e indenizações serão efetivadas.

Por fim, em consonância com a ordem jurídica, é fundamental que esses parâmetros sejam também construídos a partir de experiências de reconhecimento sociopolítico de direitos e decisões judiciais, levando em conta, assim, prerrogativas e jurisprudências observadas em situações semelhantes ao de desastre em questão, seja em âmbito nacional, seja em esfera internacional.



BLOCO 4 : AÇÕES TRANSVERSAIS

As ações transversais descritas a seguir garantirão que o NACAB, em parceria com atingidos, monitorem o Plano de Trabalho de forma assertiva, transparente e de modo a gerar informações qualificadas, que sustentem os processos de tomada de decisão e gerem as evidências necessárias para responder à sociedade sobre os resultados alcançados no trabalho.

São atividades transversais:

1. Formação/capacitação continuada da equipe;
2. Gestão de Tecnologia e Informação;
3. Controle Social e Accountability;
4. Formação/Capacitação das comunidades

FORMAÇÃO/CAPACITAÇÃO CONTINUADA DA EQUIPE

a) Treinamento do grupo de profissionais que compõe o projeto

Tendo como eixo central os objetivos estratégicos previstos no plano de trabalho, o engajamento comunitário e o conhecimento das diferentes realidades das famílias e comunidades atingidas, o plano de formação permanente deve ser sempre revisto e atualizado, para que as equipes técnicas possam estar no mesmo nível de integração e atuação. Serão desenvolvidas ações formativas diversas, bem como a produção de materiais educativos e de referências teóricas, que possam subsidiar a visão integral dos técnicos do Nacab, que serão disponibilizados para todos os envolvidos. Será definido um cronograma de formações continuadas e permanentes, seja das equipes gerenciais e operacionais. O conjunto destas ações buscam promover as competências e habilidades necessárias de forma continuada. Esta formação também será específica para algumas habilidades profissionais como treinamento para uso das ferramentas de análise de dados, metodologias de promoção do diálogo comunitário, mediação de conflitos, entre outros.

GESTÃO DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO

a) Supervisão e Manutenção da estrutura de Hardwares mobilizada no projeto

Esta microação é voltada à garantia, de maneira segura e ágil, das estruturas computacionais necessárias para a execução do projeto a partir da: (i) Construção de inventário dos equipamentos existentes; (ii) Configuração de painel de controle para monitoramento dos equipamentos do projeto; (iii) Supervisão dos quesitos de segurança dos equipamentos mobilizados pelo projeto; (iv) Execução de



manutenções pontuais; (v) Solicitação de manutenções; (vi) Aluguel de equipamentos não previstos inicialmente, quando necessário; (vii) Contratação de seguros não previstos inicialmente, quando necessário; (viii) Acompanhamento de manutenções ofertadas por terceiros; (ix) Suporte à equipe técnica em dúvidas pontuais relacionadas à uso de hardware.

b) Supervisão e Manutenção da estrutura de Softwares mobilizada no projeto

Esta microação é destinada à garantia, de maneira segura e ágil, das aplicações e softwares necessárias para a execução do projeto a partir da: (i) Construção de inventário das aplicações e softwares mobilizados/contratados; (ii) configuração de painel de controle para monitoramento dos softwares (validade de licenças e afins); (iii) supervisão dos quesitos de segurança dos softwares e aplicações mobilizadas, colocando-as em aderência à políticas de confidencialidade do projeto; (iv) execução de suporte aos profissionais, no uso de softwares e aplicações; (v) solicitação de manutenção/suporte aos fornecedores para temas que não seja possível uma resolução interna; (vi) contratação de softwares e aplicações não previsto inicialmente, quando necessário; (vii) Contratação de outros serviços web, quando necessário; (viii) Acompanhamento de suportes ofertadas por terceiros; (x) suporte em dúvidas pontuais relacionadas à uso de softwares.

c) Gestão da informação e conhecimento produzido no projeto

A gestão de processos e de informações dos trabalhos e ações consiste no estabelecimento de sistemas de controle e registro do conjunto de dados e processos, assim como a determinação de procedimentos, para viabilizar o acompanhamento e o desenvolvimento do Plano de Trabalho. Para isto deverá ser objeto de contratação o desenvolvimento e/ou implementação de sistema de gerenciamento de dados e processos de forma a possibilitar o registro, consulta e gestão das informações relativas à execução das atividades previstas e das informações e demandas levantadas junto aos atingidos.

Outros aspectos podem ser destacados como fatores que justificam o estabelecimento da gestão de processos e das informações. São eles:

- Promover a padronização das informações e eliminar eventuais inconsistências dos dados coletados, garantindo sua maior qualidade.
- Qualificar o monitoramento das atividades e acesso à informação pelos atingidos e consequentemente o controle social sobre as atividades da Assessoria Técnica Independente.
- Otimizar o tempo gasto para registro das ações por parte das equipes de campo.
- Garantir que as equipes contratadas pelo NACAB atuem subsidiadas por informações atualizadas e de qualidade.
- Tornar mais segura a disponibilidade de informações.
- Garantir a segurança e confidencialidade das informações relativas às atividades do NACAB.



De toda forma, o sistema deverá, na medida do possível, ser continuamente aperfeiçoado com base na experiência de campo e as demandas dos vários atores envolvidos na produção e gerenciamento de informações. Algumas funcionalidades serão desenvolvidas para iniciar os trabalhos:

1. Cadastro de pessoas físicas.
2. Cadastro e gestão de agendas.
3. Gestão de demandas individuais e coletivas.
4. Cadastro e caracterização de territórios.
5. Cadastro e caracterização de projetos.
6. Cadastro de Administradores.
7. Biblioteca e notícias.

Além da equipe técnica do NACAB, as comissões poderão acessar as agendas e notícias. Além do sistema desenvolvemos um aplicativo cuja função será informar as comunidades sobre as agendas e decisões, além de funcionar como um registro e monitoramento de manifestações e de demandas.

CONTROLE SOCIAL E ACCOUNTABILITY

a) Monitoramento e Avaliação Participativa das Atividades desempenhadas pela ATIR3

Tradicionalmente, estudos de Monitoramento e Avaliação (M&A) correspondem a processos sistêmicos pensados estrategicamente para mensurar o alcance de objetivos e resultados das ações propostas no contexto de um projeto. A avaliação pressupõe a construção de evidências capazes de atestar (ou não) o alcance dos objetivos do projeto e, portanto, apresentar os seus resultados e possibilidades de mudanças. Já o monitoramento é uma ferramenta de reorientação dos processos executivos ou, no limite, do planejamento das ações.

Portanto, o NACAB entende que processos de M&A podem significar, para os sujeitos envolvidos, mais do que um processo de verificação de resultados. A proposta, então, é realizar um estudo avaliativo que promova integração, participação e a construção de conhecimento pelos autores envolvidos. O NACAB pretende oportunizar que todos os envolvidos reflitam sobre a experiências pessoais e coletivas do processo implantado, o que tornará a M&A uma experiência humanizada e, sobretudo, participativa.

Outro aspecto que se destaca é que para efeito de isonomia, deverá ser contratada uma consultoria independente que possa realizar processos avaliativos de forma isenta dos atores envolvidos no processo, sobretudo para elaboração de pareceres comunitários sobre a qualificação do trabalho desenvolvido pelo NACAB.

Os objetivos da implantação do sistema de M&A são:

- Qualificar o projeto, revelando novas oportunidades de desenvolvimento do Plano de Trabalho e o estabelecimento de processo que permite correção de rotas e inovações.



- Acompanhar os resultados da equipe técnica por meio de indicadores de desempenho das ações e promover reflexão sobre a prática de desenvolvimento da assistência técnica e, assim, qualificar a gestão.
- Construir conhecimento sobre o processo pelas comissões, pessoas comunidade e, assim, promover o fortalecimento do controle social.
- Construir elementos de diálogo e comunicação, pois os resultados obtidos serão fundamentais para subsidiar a comunicação acessível entre os sujeitos que participam do processo de reparação.

A modelagem do sistema de indicadores e a metodologia de M&A será realizada após a contratação da assessoria técnica. A priori podemos afirmar que serão construídos indicadores de processo, quantitativos e qualitativos, que revelarão a eficiência da execução do plano e de impacto no âmbito da reparação integral. Estes serão acompanhados em tempo real pelos atores envolvidos na governança, uma vez que implantamos um sistema de tecnologia que permite tal acompanhamento. Já os indicadores de avaliação serão mensurados semestralmente por meio de pesquisas específicas da área ambiental, socioambiental e social.

Algumas dimensões que deverão ser monitoradas:

- Execução do escopo do Plano de Trabalho.
- Resultados e impactos do processo de reparação.
- Participação das comissões, pessoas e comunidades no processo de deliberação e negociação das medidas de reparação.
- Satisfação em relação aos trabalhos de assessoria técnica e comissão de atingidos.
- Envolvimento e engajamento de atores institucionais.
- Satisfação dos atingidos em relação às ações de reparação da Vale.
- Satisfação dos atingidos em relação ao atendimento público, principalmente assistência social e saúde.
- Vulnerabilidade social dos atingidos.

O sistema de indicadores será modelado a partir do diálogo da assessoria com as comissões, que deverão influenciar sobre a decisão de quais dados serão monitorados. Esperamos, também, a contribuição do Comitê Técnico Científico - UFMG nesta elaboração.

Na atuação da Assessoria Técnica Independente, pela diversidade temporal e processualidade característica, as atividades de avaliação e monitoramento perpassam não só as etapas de responsabilidade exclusiva da ATI, a exemplo das entregas e produtos, mas também a etapa em que estes resultantes estejam subsidiando o processo de reparação, seja quando apropriados pelas instituições de justiça, seja pelas vítimas atendidas, seja pela empresa poluidora-pagadora. Nesse sentido, com o objetivo de acompanhar as medidas de reparação, seja em seus aspectos indenizatórios ou reparatórios, o Nacab prevê, para além das ações previstas para os 30 meses seguidos da contratação, mais 18 meses dedicados à ações de monitoramento/acompanhamento, de natureza participativa, realizadas a partir do diálogo com os atingidos e das considerações prioritárias de suas percepções e avaliações, em soma que corresponde à 48 meses de trabalho da ATI. Nesta etapa, a comunicação se manterá, como forma



de garantir o compartilhamento de informações, com vistas a manter a participação informada e o controle social dos atingidos ao longo da execução das medidas de reparação.

Durante estes 18 meses de monitoramento/acompanhamento o NACAB atuará por meio de suas gerências, coordenações de campo e equipes de base reduzidas.

FORMAÇÕES/CAPACITAÇÕES DAS COMUNIDADES

O NACAB entende que o desenvolvimento pessoal e profissional, mobilização, envolvimento e comprometimento dos atores locais e equipe técnica passam, necessariamente, por ações de formação e capacitação em diversas áreas. Essas ações buscam promover o acesso à variedade de conhecimentos técnicos, favorecendo um percurso formativo dos sujeitos sociais atingidos e a construção coletiva e autônoma do conhecimento, contribuindo para a melhor atuação da ATI no processo de reparação integral.

As metodologias utilizadas pelo NACAB para promoção de formação fundamentam-se na co-construção - ou construção participativa - de conhecimentos, na medida em que envolvem uma diversidade de atores implicados no processo de desenvolvimento do território. Nos processos de formação prezamos pela valorização das experiências e saberes locais, como aspectos fundantes da construção do conhecimento. Propomos, assim, a execução de formações críticas que priorizem o empoderamento político no exercício da cidadania. Acreditamos que a educação deve ocupar, além dos espaços institucionalizados, as redes de fazeres e saberes da vida cotidiana.

Considerando a formação como uma visão integral de produção e construção de conhecimentos, os espaços formativos são diversos, desde encontros das comissões, reuniões comunitárias, participação em pesquisas e diagnósticos, reuniões interinstitucionais, entre outros, são considerados espaços formativos. Neles os atingidos vão criando uma consciência das complexidades decorrentes em um processo de reparação integral e do fortalecimento da própria identidade territorial, além de uma visão ampla dos seus direitos. Esta visão crítica e atualizada forjada em processos comunitários, a partir de instrumentais da educação popular, são fundamentais para o promover o engajamento e a própria consciência crítica.

Além das formações apresentadas abaixo, ao longo da execução deste Plano de Trabalho, serão levantadas novas demandas formativas específicas das comunidades de forma permanente, sistemática e contínua. Para realização das formações serão mobilizadas as equipes técnicas internas. A carga horária das formações será definida com os atingidos e a partir das realidades locais e da elaboração de um “Plano de Formação das Comunidades”, a ser elaborado com a contribuição de todas as gerências e das sugestões e necessidades das comissões.

Este percurso formativo será realizado em vários níveis, desde as comissões de atingidos e suas demandas para fortalecimento do seu papel nos processos de reparação, reuniões e assembleias comunitárias, ciclos de estudos e debates, oficinas e seminários temáticos, entre outros, a partir de um crono-



grama de ações a ser elaborado. Será constituído um material pedagógico orientador para as equipes multidisciplinares, com técnicas de facilitação, ementas de cursos e encontros, dinâmicas de integração, entre outras, considerando a transversalidade dos diversos temas que envolve o plano de trabalho. Alguns temas específicos que podem compor o plano de formação cidadã são:

Capacitação jurídica: fomentar a reflexão sobre as questões jurídicas que tangenciam o processo de reparação, o desenvolvimento da capacidade de pautar os direitos conquistados, tendo em vista a busca pelo empoderamento e a ampliação da autonomia dos atingidos;

Capacitações ambientais: Oportunizar discussões de temas relevantes relacionados à bacia hidrográfica do rio Paraopeba, dinâmicas hídricas, implicações ecossistêmicas da contaminação hídrica por rejeitos de mineração, desequilíbrios ambientais, incluindo desequilíbrios causados pelo aumento de resíduos sólidos consequentes de algumas medidas de reparação adotadas pela empresa, conceitos básicos de produção agroecológica, tecnologias de conservação e aproveitamento dos recursos naturais, etc.;

Outras temáticas: os resultados das pesquisas e diagnósticos vão também apontar temas chaves para formação, que vão desde as questões de acesso a políticas públicas, educação financeira, noções básicas de desenvolvimento, técnicas de comunicação comunitária, ferramentas de elaboração de projetos, tecnologias sociais, relações de gênero, entre outros outros, que poderão surgir e ser deliberadas pelas comissões dos atingidos e necessidades das equipes técnicas na abordagem territorial.



BLOCO 5 : AÇÕES PONTUAIS

As ações pontuais são caracterizadas por possuírem começo, meio e fim bem delimitados, intermitentes. Alguns aspectos foram pré-planejados baseados nas demandas dos atingidos que foram sistematizadas no campo de escuta. No entanto, outras demandas podem surgir ao longo da execução do projeto. Este bloco está organizado nas seguintes macroações:

1. Consultoria Jurídica para fundamentação e reconhecimento de danos;
2. Diagnóstico Ampliado de Caracterização das Famílias e Levantamento de Danos Socioeconômicos, Socioambientais e Culturais;
3. Acompanhamento da execução de projetos de restituição e desenvolvimento territorial.

CONSULTORIA JURÍDICA PARA FUNDAMENTAÇÃO E RECONHECIMENTO DE DANOS

Considerando o rol de danos a serem levantados pela assessoria técnica, a gerência jurídica compreende que muitos destes serão objetos de disputas, eis que a empresa ré contundentemente não os reconhece como passíveis de reparação, tanto por meio de indenização quanto de compensação.

Assim, à medida que essas demandas surjam, serão contratadas consultorias para a realização de pareceres técnicos, visando a fundamentação e o reconhecimento de danos.

São alguns deles:

a) Estudo sobre a reparação dos danos morais decorrentes da inviabilização de modos de vida, planos e construções coletivas e de futuro.

Realização de pesquisa e estudo doutrinário, normativo-positivo e jurisprudencial que subsidie a construção de uma inteligência sobre a possibilidade da reparação dos danos morais decorrentes da desconstrução de modos de vida, planos e construções coletivas dos atingidos pelo rompimento da barragem; analisar a possibilidade jurídica de reparação em função de disrupções nos sonhos (aspirações) e subjetividades dos atingidos; na frustração de expectativas, planejamentos e projetos de vida, cujas interrupções guardem nexos causais com o desastre em Brumadinho.

b) Estudo para mensurar os impactos e perdas nas atividades e cadeias produtivas locais, derivadas do evento desastre.

Realização de estudo para mensurar os impactos e perdas nas atividades e cadeias produtivas locais, derivadas do evento desastre. Após o estudo será desenvolvida uma tese jurídica para fundamentação

